

# ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

Ano 4 | n. 1 | 2017



Câmara dos Deputados  
Consultoria de Orçamento e  
Fiscalização Financeira



## **MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

55ª Legislatura – 2015-2019

### **PRESIDENTE**

Rodrigo Maia

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Fábio Ramalho

### **2º VICE-PRESIDENTE**

André Fufuca

### **1º SECRETÁRIO**

Giacobo

### **2ª SECRETÁRIA**

Mariana Carvalho

### **3º SECRETÁRIO**

JHC

### **4º SECRETÁRIO**

Rômulo Gouveia

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

#### **1º SUPLENTE**

Dagoberto Nogueira

#### **2º SUPLENTE**

César Halum

#### **3º SUPLENTE**

Pedro Uczai

#### **4º SUPLENTE**

Carlos Manato

### **DIRETOR-GERAL**

Lúcio Henrique Xavier Lopes

### **SECRETÁRIO-GERAL DA MESA**

Wagner Soares Padilha

# ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

Ano 4 | n. 1 | 2017



Câmara dos Deputados  
Consultoria de Orçamento e  
Fiscalização Financeira



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **DIRETORIA LEGISLATIVA**

Diretor: Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

### **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

Diretor: André Freire da Silva

### **COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Diretora: Ana Lígia Mendes

### **CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

### **REVISTA ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO**

Órgão responsável:

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da

Câmara dos Deputados – Conof

Anexo II, pavimento superior, ala B, sala 116

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

### **COLABORADORES:**

Artenor Luiz Bosio

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Elisangela Moreira da Silva Batista

Eugênio Greggianin

Fernando José de Medeiros

Gabriel Mendonça Tufenkjian

Hélio Martins Tollini

Luiza de Vasconcellos Machado

Márcia Rodrigues de Moura

Maria Emília Miranda Pureza

Túlio Cambraia

### ***Projeto gráfico de capa e miolo***

Diego Moscardini

### ***Diagramação***

Diego Moscardini

### ***Revisão***

Sandra Serra, Francisco Diniz e Danielle Ribeiro

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809

editora@camara.leg.br

---

Orçamento da União em foco : parâmetros, resultados fiscais e execução /  
Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.  
– Ano 1, n. 1 (nov. 2014) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara,  
2014-.

v.

Annual

ISSN 2358-9833

1. Orçamento público, periódico, Brasil. 2. Fiscalização orçamentária, periódico, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

---

CDU 336.12(05)

ORÇAMENTO DA UNIÃO  
**EM FOCO**

Parâmetros, resultados fiscais e execução

» *Período 2000 a 2017*

# Lista de siglas

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Bacen	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de prestação continuada
CF	Constituição Federal
Cide-Combustíveis	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
DF	Distrito Federal
EC	Emenda constitucional
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GND	Grupo de natureza da despesa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IGP-DI	Índice geral de preços – disponibilidade interna
INPC	Índice nacional de preços ao consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice nacional de preços ao consumidor amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa <i>Mortis</i> e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LC	Lei complementar
LDO	Lei de diretrizes orçamentárias
LOA	Lei orçamentária anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF	Ministério da Fazenda
NFPS	Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família

PIB	Produto interno bruto
PLOA	Projeto de lei orçamentária anual
Prodasen	Secretaria de Tecnologia de Informação (Senado Federal)
RAP	Restos a pagar
RCB	Receita corrente bruta
RCL	Receita corrente líquida
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda mensal vitalícia
RP	Indicador de resultado primário
RREO	Relatório resumido da execução orçamentária
Selic	Sistema especial de liquidação e custódia
Selor-CN	Sistema de elaboração orçamentária do Congresso Nacional
Siafi	Sistema integrado de administração financeira do governo federal
Siop	Sistema integrado de planejamento e orçamento
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPE	Secretaria de Política Econômica
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TJLP	Taxa de juros de longo prazo
UF	Unidade da federação
UO	Unidade orçamentária

---

# Sumário

Apresentação .....	13
<b>1</b> Parâmetros macroeconômicos (2000-2016) .....	15
Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2016) .....	16
Tabela 1 – PIB real e nominal (2000-2016) .....	17
Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2016).....	18
Gráfico 3 – Inflação acumulada nos últimos 12 meses (2016).....	19
Gráfico 4 – Taxa Selic (média % ao ano) (2001-2016) .....	20
Gráfico 5 – Taxa de câmbio média (2003-2016).....	21
Gráfico 6 – Estimativas para o PIB de 2016: avaliações bimestrais (SPE/MF) x relatórios de mercado (Focus).....	22
<b>2</b> Resultado fiscal do governo central (2000-2016) .....	23
Gráfico 7 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em valores nominais constantes) (2000-2016).....	24
Gráfico 8 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em % do PIB) (2000-2016).....	25
Gráfico 9 – Receita primária líquida prevista e realizada (em valor nominal corrente) (2002-2016).....	26
Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2002-2016).....	27
Tabela 3 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2016) .....	27
Gráfico 10 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2016) .....	28
Gráfico 11 – Resultado primário do governo central (em % do PIB) (2002-2016) .....	29
Gráfico 12 – Resultado primário do governo central (em bilhões de reais) (2002-2016) .....	30
Gráfico 13 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2005-2016) .....	31

	Gráfico 14 – Dívida bruta do governo geral x dívida líquida do setor público consolidado (2006-2016).....	33
	Gráfico 15 – Resultados primário e nominal e juros nominais (2002-2016) .....	34
<b>3</b>	<b>Carga tributária bruta (2002-2015) .....</b>	<b>35</b>
	Gráfico 16 – Carga tributária bruta (2002-2015) .....	36
	Gráfico 17 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2002-2015).....	37
<b>4</b>	<b>Receita (2004-2016) .....</b>	<b>39</b>
	Gráfico 18 – Receitas corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2016).....	40
	Gráfico 19 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2016) .....	41
	Gráfico 20 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (dividida em tributária, contribuições e demais receitas correntes) (2004-2016).....	42
	Tabela 4 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2015-2016).....	43
	Tabela 5 – Arrecadação mensal por categoria econômica e origem (2016).....	44
	Gráfico 21 – Evolução da receita corrente líquida x bruta (2000-2016).....	45
	Tabela 6 – Receita corrente líquida x bruta (em % do PIB) (2000-2016).....	46
<b>5</b>	<b>Execução orçamentária anual por esfera (2001-2017) .....</b>	<b>47</b>
	Tabela 7 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2017) .....	48
	Gráfico 22 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2016) – Orçamento fiscal.....	49
	Gráfico 23 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2016) – Orçamento da Seguridade Social.....	50
	Gráfico 24 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2016) – Orçamento de investimento.....	51
	Gráfico 25 – Autógrafo da LOA 2017 – Despesas primárias e financeiras .....	52
	Gráfico 26 – Autógrafo da LOA 2017 – Despesas discricionárias .....	52

	Tabela 8 – Execução orçamentária anual por esfera (2015-2017) .....	53
<b>6</b>	<b>Classificação da despesa orçamentária por natureza (2000-2016).....</b>	<b>55</b>
	Gráfico 27 – Dotação autorizada de despesas primárias: obrigatórias x discricionárias (2000-2016).....	56
	Gráfico 28 – Percentual liquidado x autorizado – despesas primárias (2002-2016) .....	57
	Gráfico 29 – Proporção da dotação do PAC em relação às despesas discricionárias (2004-2016).....	58
	Gráfico 30 – Execução das despesas financeiras e primárias (2016).....	59
	Gráfico 31 – Execução das despesas discricionárias (2016) .....	60
	Gráfico 32 – Despesas com pessoal e encargos sociais: autorizado x pago – GND 1 (2001-2016).....	61
	Gráfico 33 – Despesa executada com pessoal por elemento de despesa (2001-2016) .....	62
	Tabela 9 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2013-2017).....	63
	Gráfico 34 – Despesas com juros e amortização: autorizado x pago – GNDs 2 e 6 (2001-2016)...	64
	Gráfico 35 – Outras despesas correntes: autorizado x pago – GND 3 (2001-2016) .....	65
	Gráfico 36 – Execução dos investimentos – GND 4 (2001-2016) .....	66
	Gráfico 37 – Execução acumulada de investimentos (2016).....	67
	Gráfico 38 – Execução de inversões financeiras – GND 5 (2001-2016).....	68
	Gráfico 39 – Execução acumulada de inversões financeiras (2016).....	69
	Tabela 10 – Despesa dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social por GND (2015-2016).....	70
	Gráfico 40 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada por GND (2011-2016).....	71
<b>7</b>	<b>Transferências constitucionais e legais (2001-2016).....</b>	<b>73</b>
	Gráfico 41 – Transferências constitucionais e legais (2001-2016).....	74
	Gráfico 42 – Principais transferências constitucionais (2001-2016).....	75
	Gráfico 43 – Demais transferências legais (2001-2016) .....	76
	Gráfico 44 – Evolução do FPM x FPE (2001-2016) .....	77

<b>8</b>	<b>Previdência e Assistência Social (2000-2016)</b> .....	<b>79</b>
	Gráfico 45 – Previdência Social: receita, despesa e NFPS (2000-2016).....	80
	Gráfico 46 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e <i>deficit</i> (2003-2016) .....	81
	Gráfico 47 – Seguro-desemprego x abono salarial (2004-2016).....	82
	Gráfico 48 – Execução do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia (2004-2016).....	83
<b>9</b>	<b>Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2016)</b> .....	<b>85</b>
	Gráfico 49 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2016).....	86
	Tabela 11 – Nível de execução do PAC por GND (2015-2016) .....	87
	Tabela 12 – Nível de execução do PAC por GND e órgão (2015-2016) .....	88
<b>10</b>	<b>Execução orçamentária (2004-2016)</b> .....	<b>91</b>
	Tabela 13 – Execução por função (2004-2016).....	92
	Tabela 14 – Execução por função (2015-2016).....	94
	Tabela 15 – Execução por subfunção (2004-2016).....	96
	Tabela 16 – Execução por subfunção (2015-2016).....	99
	Tabela 17 – Execução por órgão (2004-2016).....	104
	Tabela 18 – Execução por órgão (2015-2016).....	108
<b>11</b>	<b>Créditos adicionais (2000-2016)</b> .....	<b>111</b>
	Gráfico 50 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente decorrentes de créditos adicionais (2000-2016).....	112
	Gráfico 51 – Créditos extraordinários (2001-2016).....	113
	Gráfico 52 – Créditos adicionais (2016).....	114
	Tabela 19 – Créditos adicionais (2016).....	114

<b>12</b>	<b>Limites de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) (2007-2016) ...</b>	<b>115</b>
	Gráfico 53 – Participação por órgão no contingenciamento (2016).....	116
	Gráfico 54 – Contingenciamento autorizado na LOA x limites dos decretos (2007-2016).....	117
	Gráfico 55 – Emendas x montante inicial do contingenciamento (2007-2016).....	118
<b>13</b>	<b>Execução de emendas (2010-2016) .....</b>	<b>119</b>
	Gráfico 56 – Total de emendas por órgão (2016).....	120
	Tabela 20 – Execução de emendas individuais exclusivas (2011-2016).....	121
	Tabela 21 – Percentual de pagamento de emendas individuais em relação ao valor autorizado (2011-2016) .....	122
	Tabela 22 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas por região/UF (2016) .....	123
	Tabela 23 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2011-2016) .....	125
<b>14</b>	<b>Restos a pagar (2012-2016) .....</b>	<b>127</b>
	Tabela 24 – Restos a pagar inscritos e pagos por GND (2016) .....	128
	Tabela 25 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras – PAC e demais (2016)....	128
	Tabela 26 – Restos a pagar por modalidade de aplicação (2016) .....	129
	Tabela 27 – Restos a pagar por Poder/órgão (2016) .....	130
	Tabela 28 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2012-2016) .....	131
	Tabela 29 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2012-2016).....	131
	Tabela 30 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas por órgão (2016).....	132

# Apresentação

Este boletim, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof), elenca as principais séries históricas e outras informações relacionadas à gestão do orçamento da União no período de 2000 a 2017. O objetivo é disponibilizar aos parlamentares e à sociedade, de forma simples e sintética, os principais parâmetros, resultados fiscais, receitas e despesas previstas e realizadas na lei orçamentária anual dos últimos anos.

A publicação contribui com o esforço da Câmara dos Deputados para oferecer à sociedade total transparência na alocação, execução e fiscalização dos recursos públicos. Ela inova ao reunir informações dispersas em diversos documentos e oferece ao leitor a possibilidade de avaliar o processo orçamentário sob diversas óticas.

Agradeço aos servidores da Conof que participaram diretamente da elaboração deste boletim, assim como aos parceiros dos diversos órgãos da Casa que contribuíram com este trabalho.

**Ricardo Alberto Volpe**

*Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização  
Financeira da Câmara dos Deputados (Conof)*

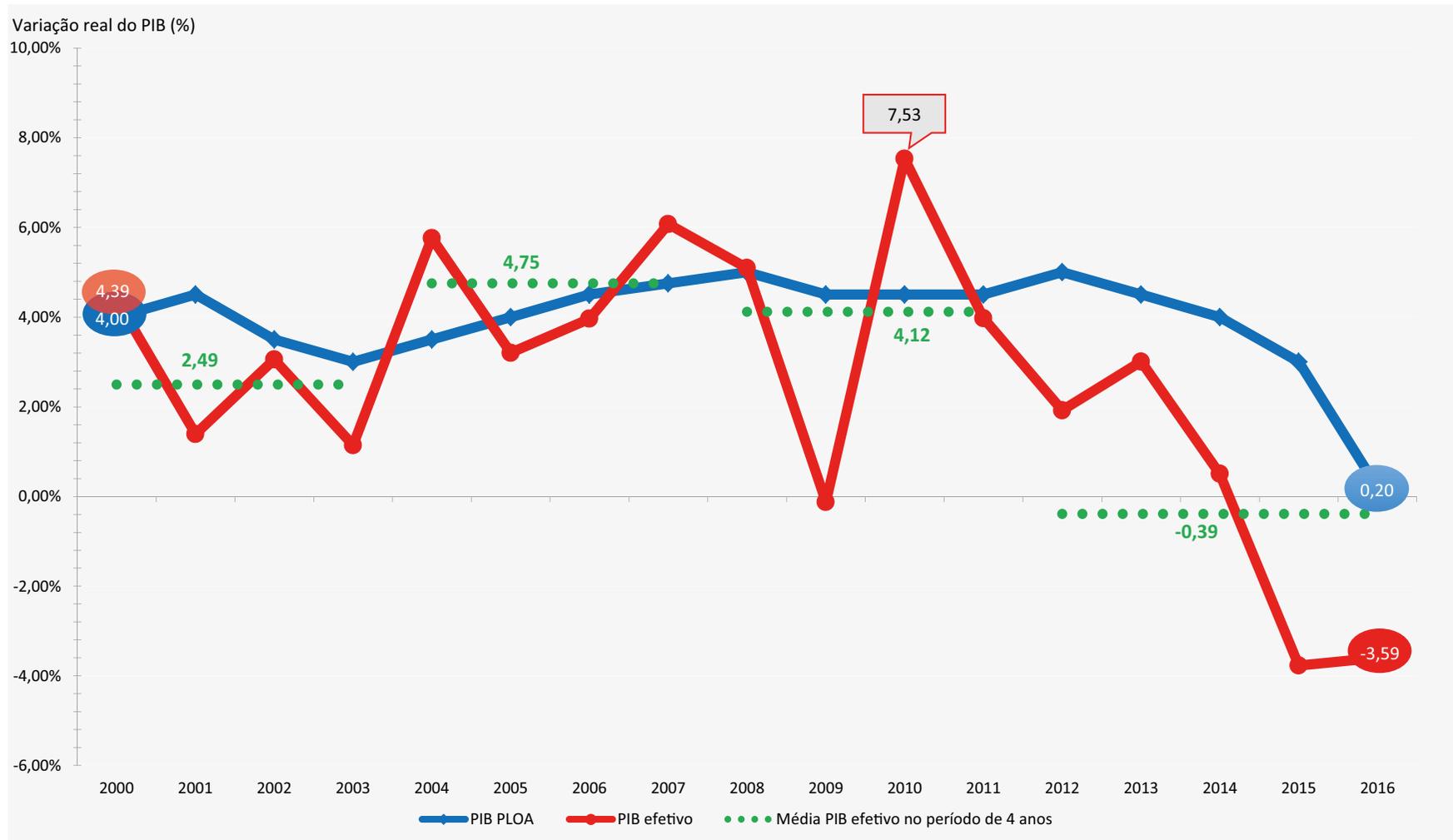
Os parâmetros macroeconômicos utilizados no projeto de lei orçamentária anual (PLOA) são estimativas elaboradas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda para uma série de indicadores, tais como: o PIB real e nominal, as taxas de inflação (IPCA, INPC, IGP-DI), de juros (Selic e TJLP) e de câmbio, o valor da massa salarial, do salário mínimo, das importações, o nível da produção industrial, o preço de combustíveis, entre outros.

Tais parâmetros são relevantes, pois afetam diretamente o processo de elaboração do orçamento, tanto na estimativa das receitas como na fixação de alguns gastos. Durante a tramitação do PLOA no Congresso Nacional, esses parâmetros podem ser revistos. Cenários demasiadamente otimistas ou pessimistas podem levar ao irrealismo da peça orçamentária, razão pela qual sempre é um desafio técnico-político acomodar as legítimas demandas da sociedade por bens e serviços dentro da capacidade fiscal do Estado.

Neste capítulo, estão destacados os principais parâmetros e metas fiscais projetados para fins de elaboração das leis orçamentárias anuais do período de 2000 a 2016, cotejando-os com os resultados efetivamente alcançados ao longo do período considerado.

# 1 Parâmetros MACROECONÔMICOS (2000-2016)

Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2016)



Fonte: IBGE/PLOA.

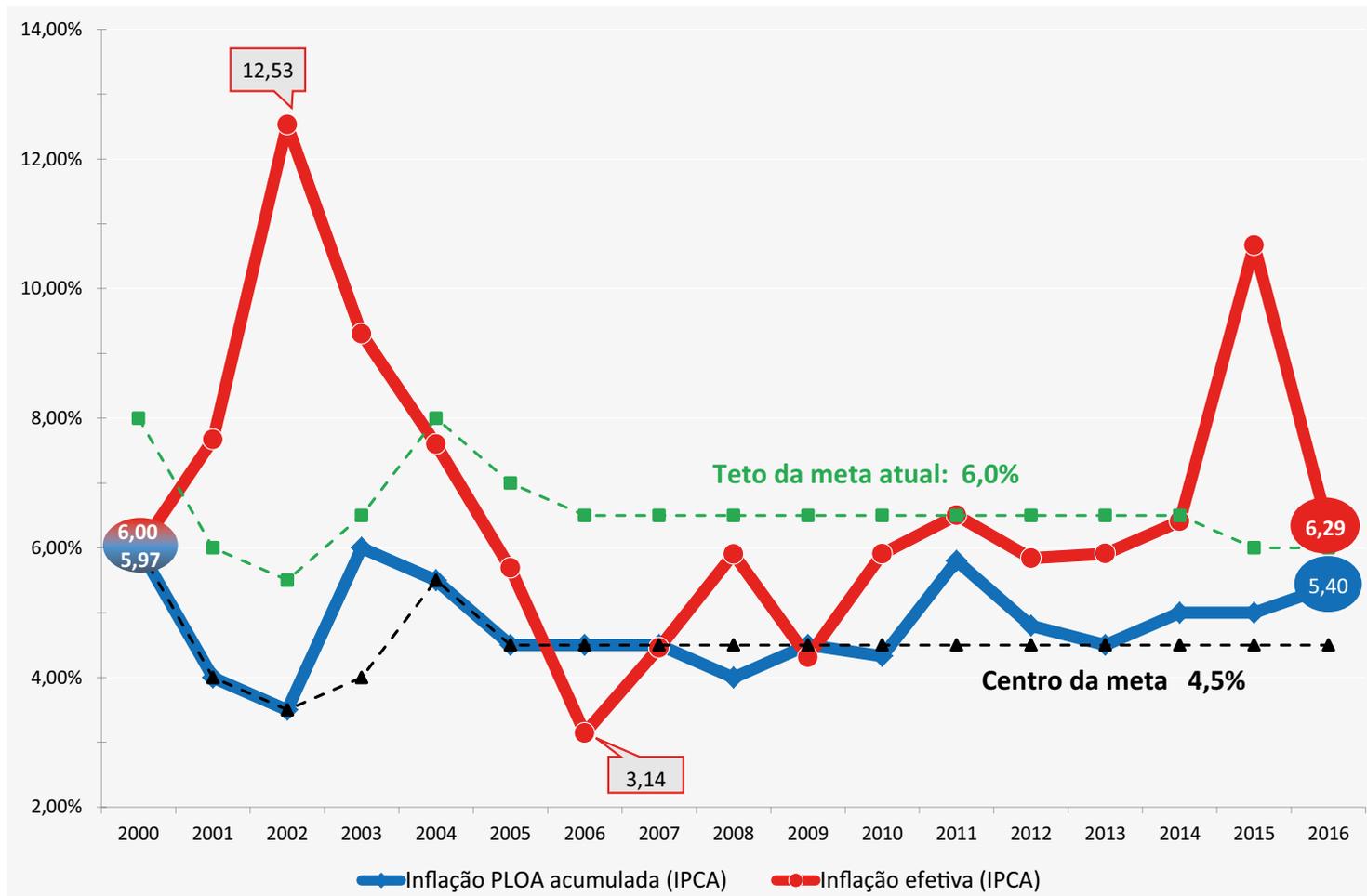
Mudanças nos PIBs ocorrem eventualmente em razão de ajustes metodológicos do IBGE.

Tabela 1 – PIB real e nominal (2001-2016)

Ano	Preços correntes em R\$ 1,00	Variação % real	População em milhares	Preços correntes em R\$ 1,00 <i>per capita</i>
2000	1.199.092.070.940	4,39	173.448	6.913
2001	1.315.755.467.831	1,39	175.895	7.480
2002	1.488.787.255.158	3,05	178.288	8.350
2003	1.717.950.396.424	1,14	180.627	9.511
2004	1.957.751.212.963	5,76	182.913	10.703
2005	2.170.584.500.000	3,20	185.144	11.724
2006	2.409.449.940.000	3,96	187.322	12.863
2007	2.720.262.930.000	6,07	189.445	14.359
2008	3.109.803.100.000	5,09	191.514	16.238
2009	3.333.039.350.000	-0,13	193.528	17.223
2010	3.885.847.000.000	7,53	195.488	19.878
2011	4.376.382.000.000	3,97	197.394	22.171
2012	4.814.760.000.000	1,92	199.245	24.165
2013	5.331.619.000.000	3,00	201.041	26.520
2014	5.778.953.000.000	0,50	202.783	28.498
2015	6.000.570.460.100	-3,77	204.470	29.347
2016	6.266.894.736.444	-3,59	206.102	30.407

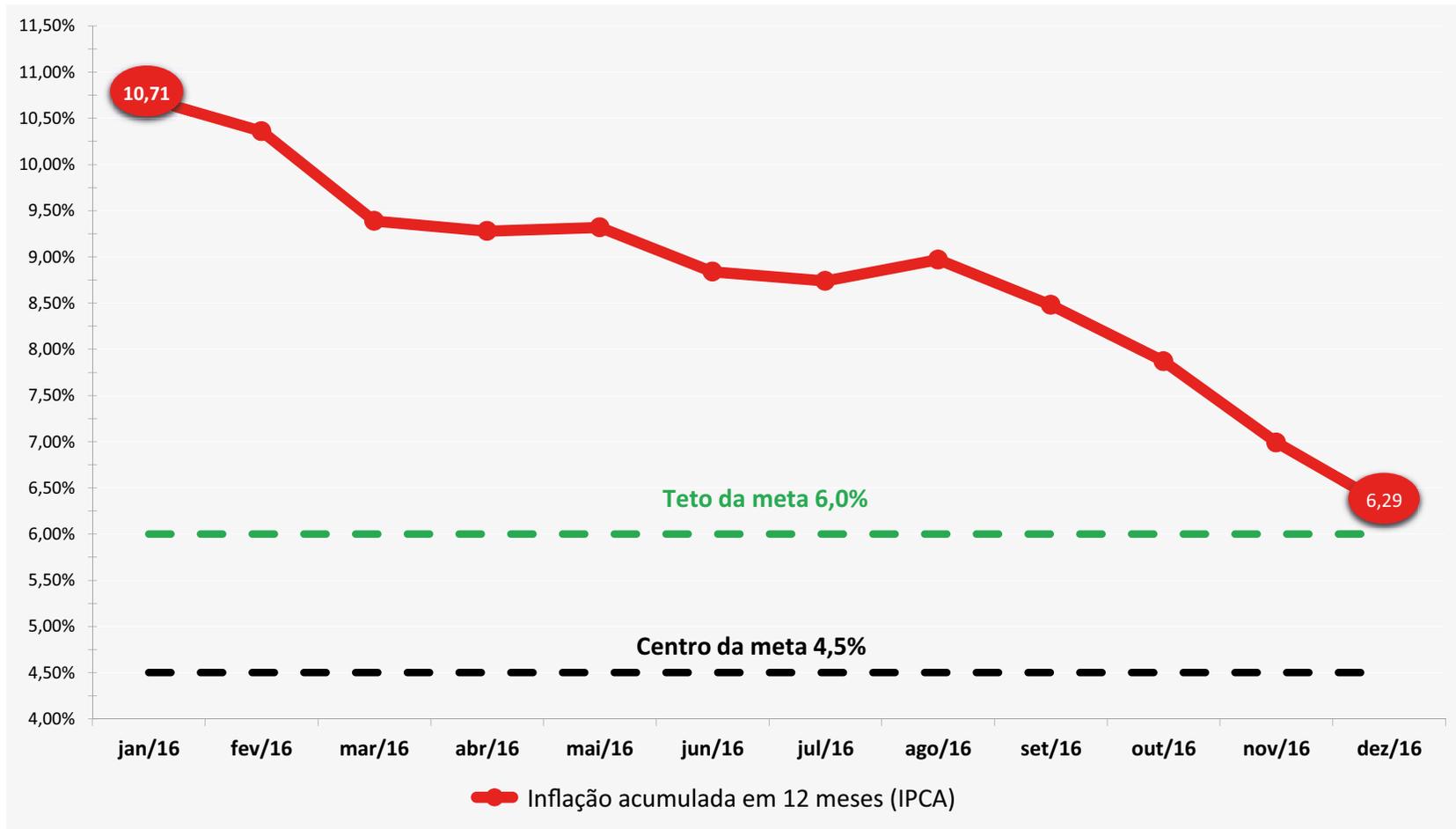
Fonte: IBGE e Bacen.

Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2016)



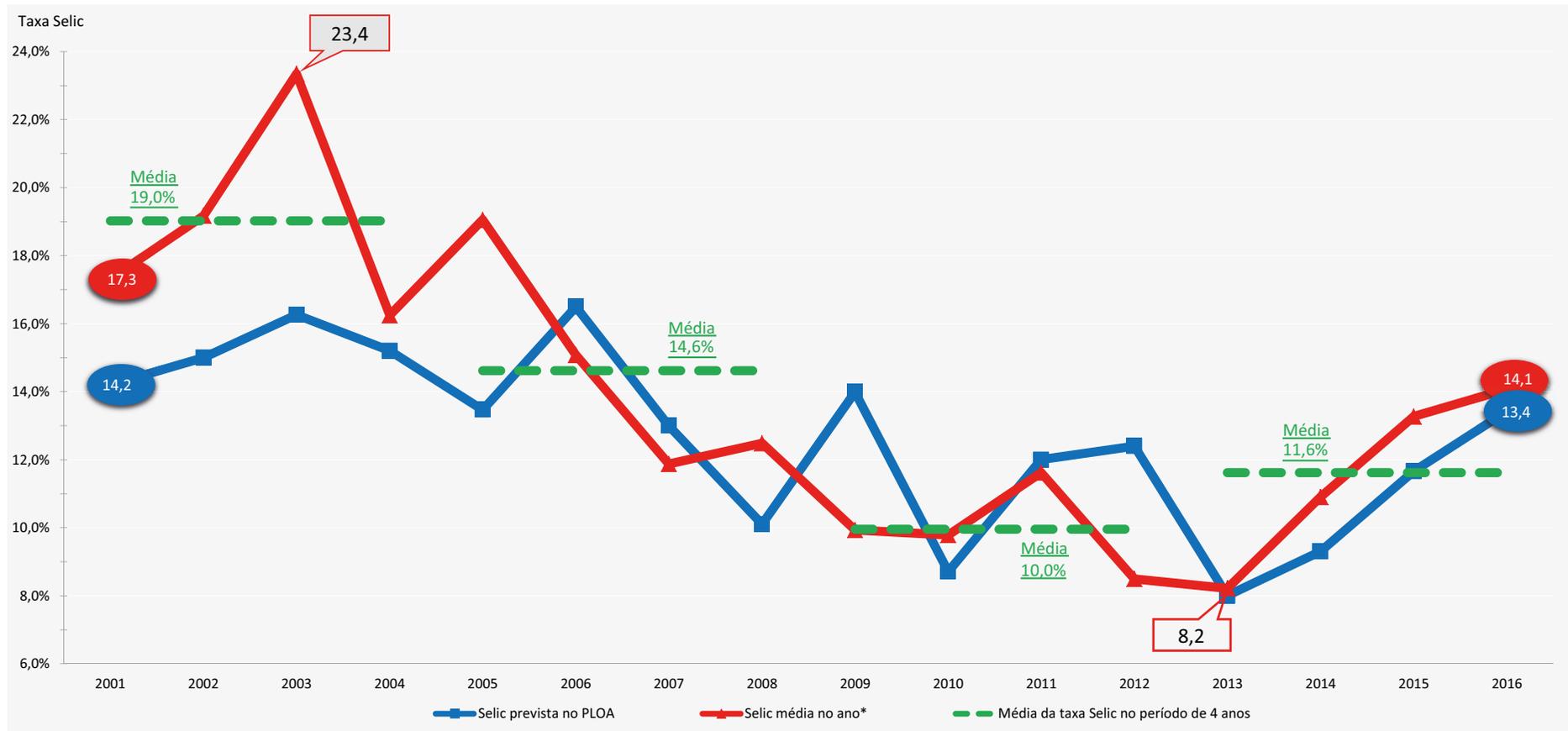
Fonte: IBGE/PLOA.

Gráfico 3 – Inflação acumulada nos últimos 12 meses (2016)



Fonte: Bacen.

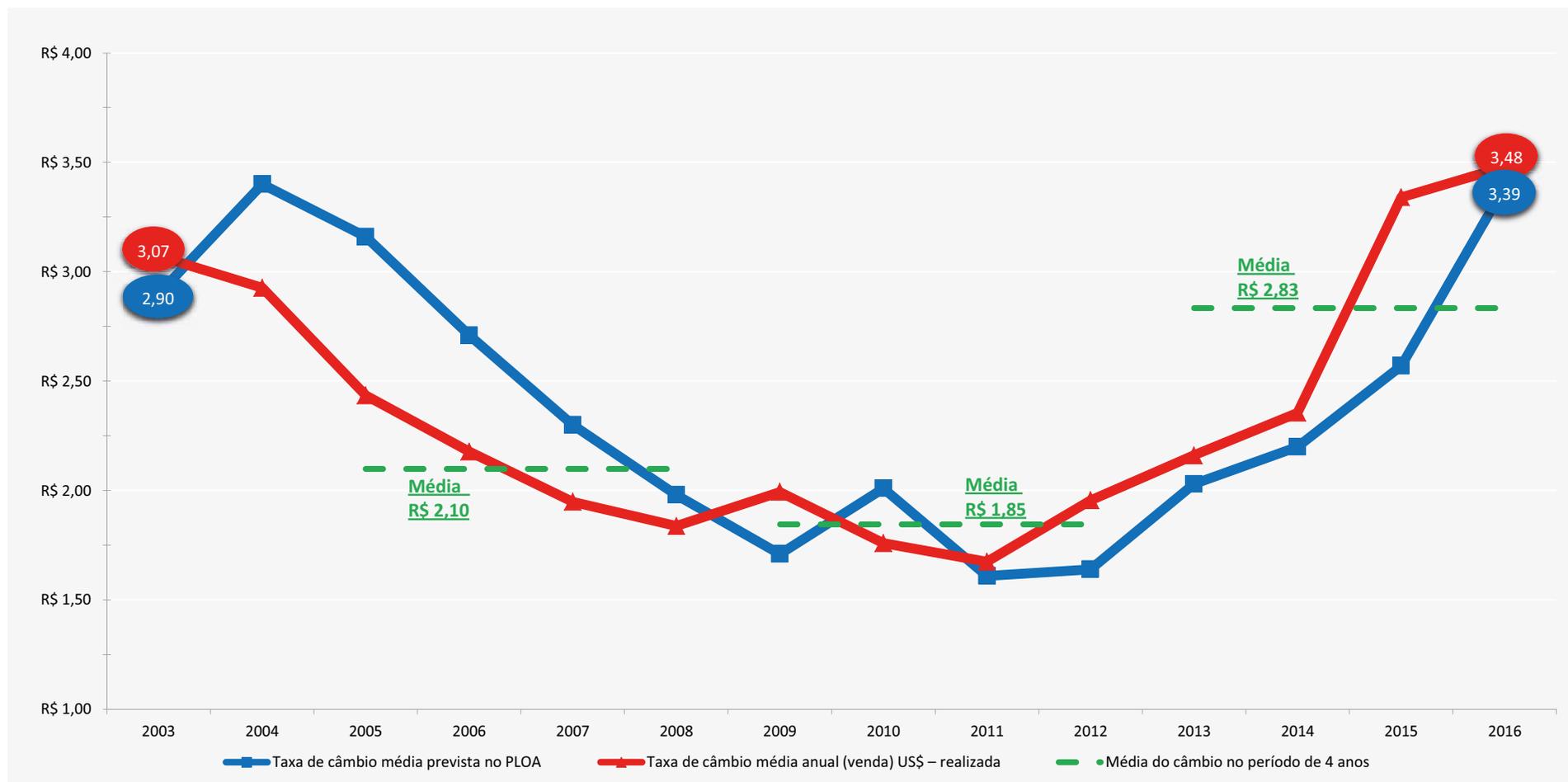
Gráfico 4 – Taxa Selic (média % ao ano) (2001-2016)



Fonte: PLOA, Bacen e [www.portaldefinancas.com](http://www.portaldefinancas.com).

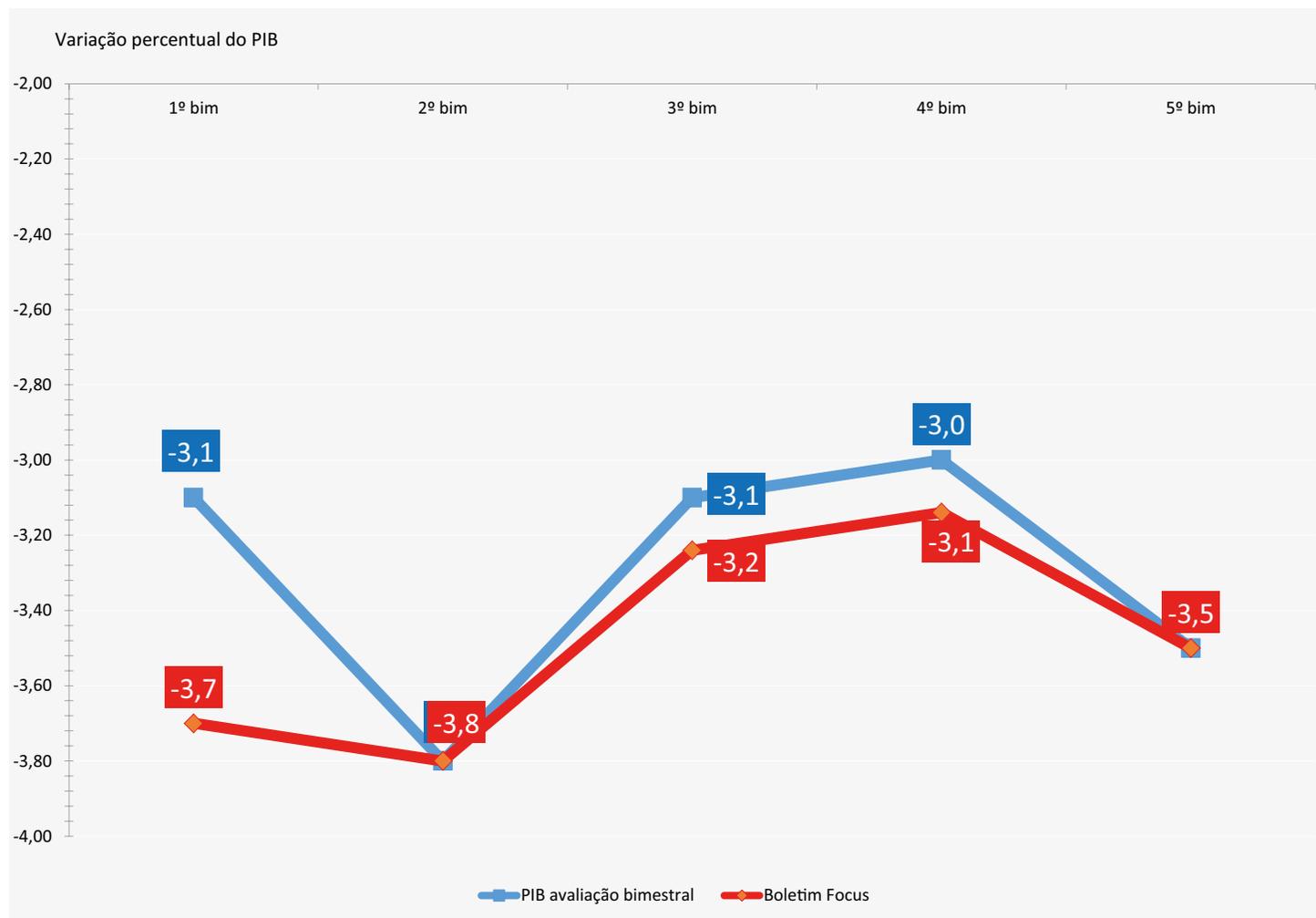
\*Taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais.

Gráfico 5 – Taxa de câmbio média (2003-2016)



Fonte: PLOA/Bacen.

Gráfico 6 – Estimativas para o PIB de 2016: avaliações bimestrais (SPE/MF) x relatórios de mercado (Focus)

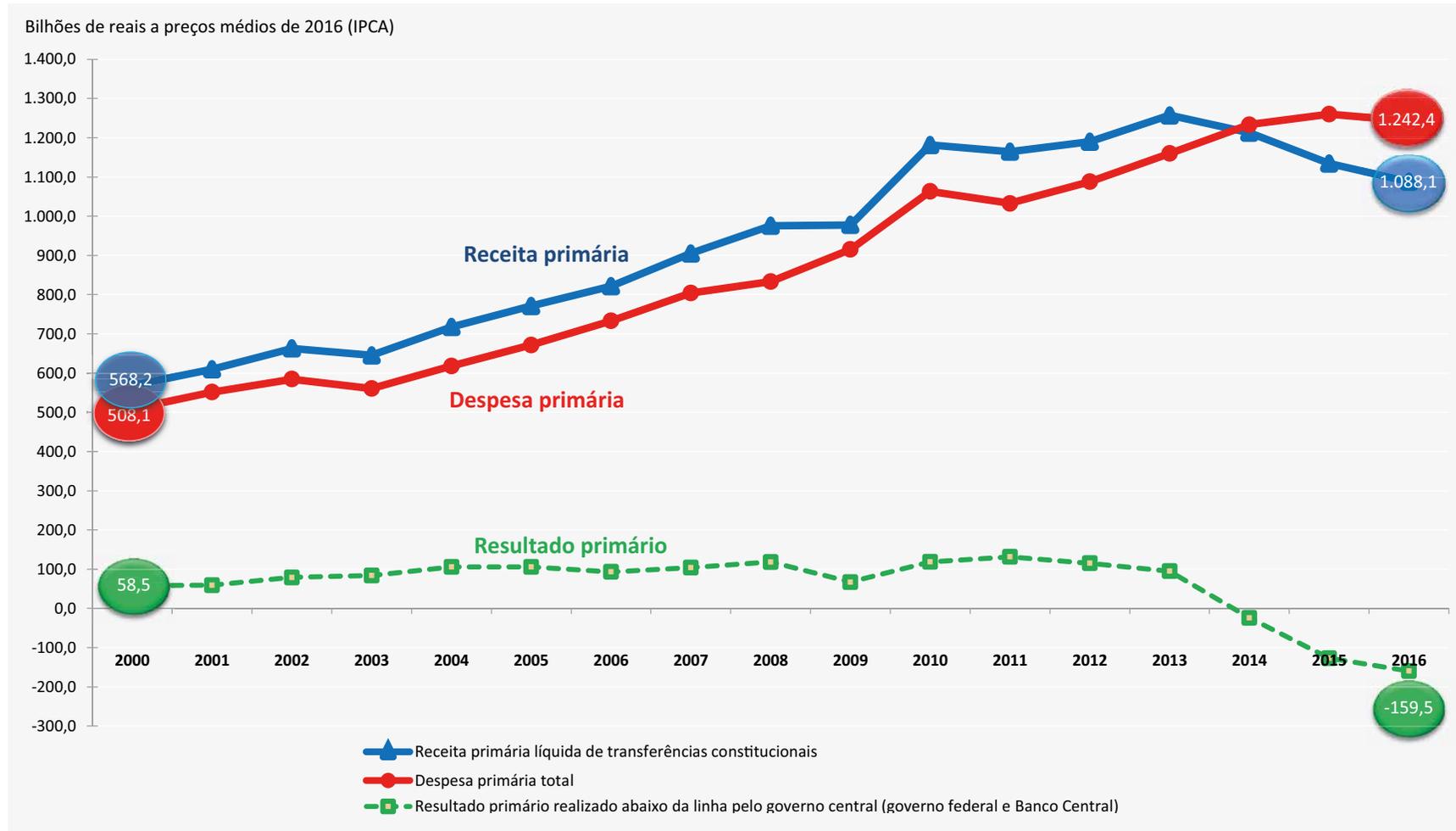


Fonte: SOF/Bacen.

O estabelecimento de metas para o resultado primário na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) norteia a elaboração e a execução da lei orçamentária anual (LOA) e tem por objetivo estabilizar ou reduzir a trajetória da dívida. Os gráficos 7 e 8 mostram que, no período, a taxa de crescimento das receitas primárias, tanto em valores reais como em percentual do PIB, foi bastante semelhante à de crescimento das despesas primárias até o ano de 2008. Em 2009, ápice da crise econômica mundial, houve forte redução da receita sem a respectiva redução da despesa. Em 2010, o crescimento atípico da receita se deve à operação de cessão onerosa de barris de petróleo à Petrobras. A partir de 2011, evidencia-se um processo de redução do dinamismo das receitas, ao passo que as despesas continuaram ou até aceleraram seu ritmo de crescimento. Observa-se que o quadro fiscal agrava-se rapidamente a partir de 2014, diante da combinação de forte queda na arrecadação e da persistência do nível das despesas, particularmente das obrigatórias, o que culminou na obtenção de *deficits* primários nos três últimos anos da série.

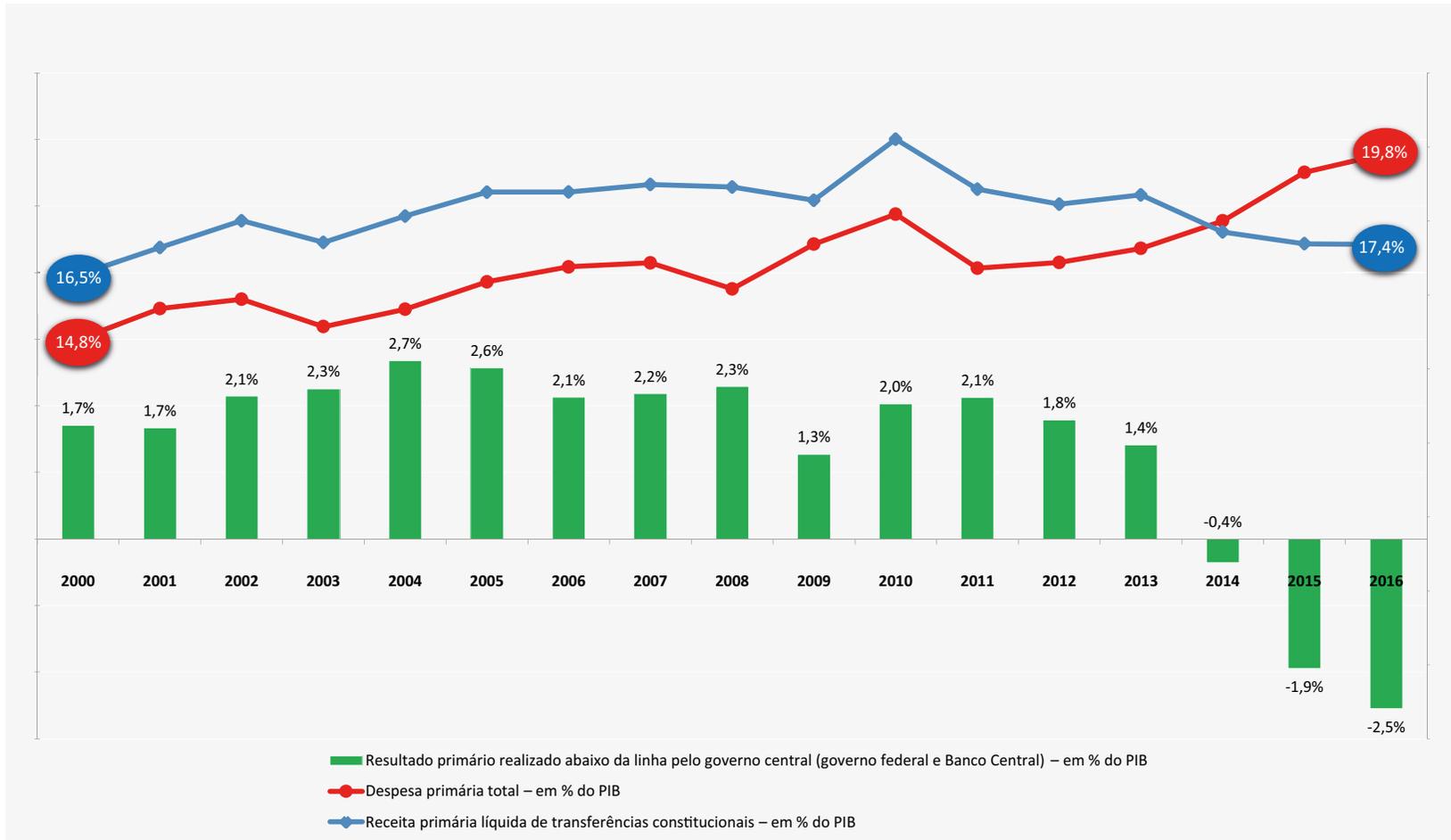
## 2 Resultado fiscal do GOVERNO CENTRAL (2000-2016)

Gráfico 7 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em valores nominais constantes) (2000-2016)



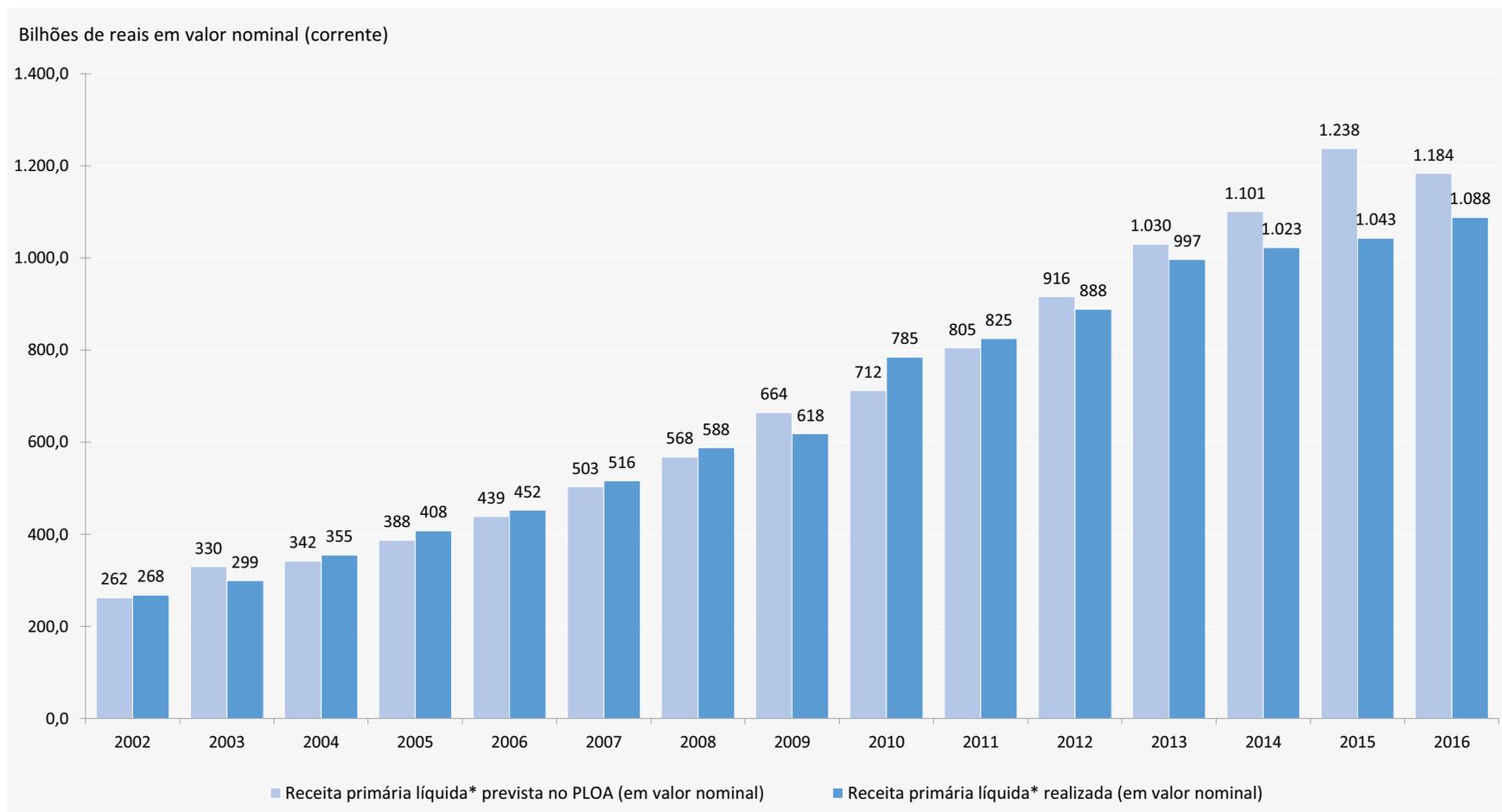
Fonte: STN.

Gráfico 8 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em % do PIB) (2000-2016)



Fonte: STN/IBGE.

Gráfico 9 – Receita primária líquida prevista e realizada (em valor nominal corrente) (2002-2016)



Fonte: STN/PLOA.

\*Receita primária líquida de transferências constitucionais por repartição de receita.

Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2002-2016)

Valores em bilhões de reais.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado primário realizado abaixo da linha pelo governo central (Governo federal e Banco Central) em valores correntes	31,9	38,7	52,4	55,7	51,4	59,4	71,3	42,4	78,7	93,0	86,1	75,3	-20,5	-116,7	-159,5
Resultado primário realizado (% PIB)	2,14%	2,26%	2,68%	2,57%	2,13%	2,19%	2,29%	1,27%	2,03%	2,13%	1,79%	1,42%	-0,36%	-1,98%	-2,54%

Fonte: Bacen.

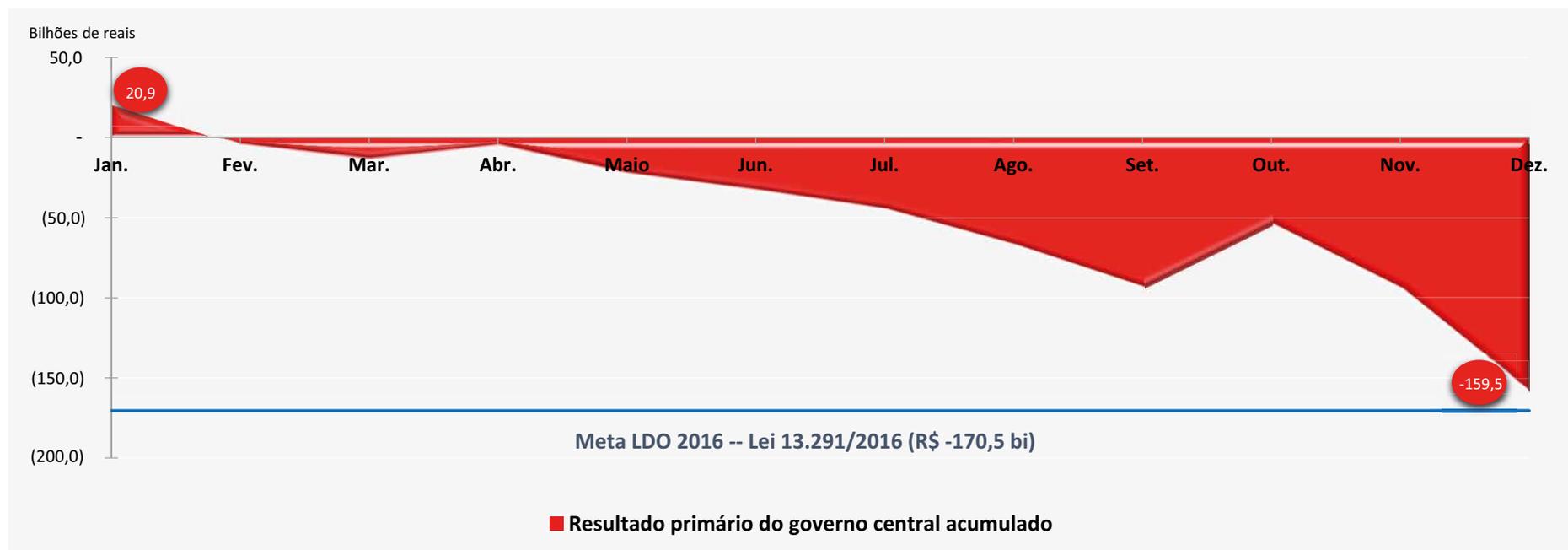
Tabela 3 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2016)

Valores em bilhões de reais.

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Resultado primário do governo central acumulado	20,90	-5,53	-14,48	-5,76	-23,53	-33,98	-45,83	-67,98	-94,48	-55,35	-95,22	-159,47

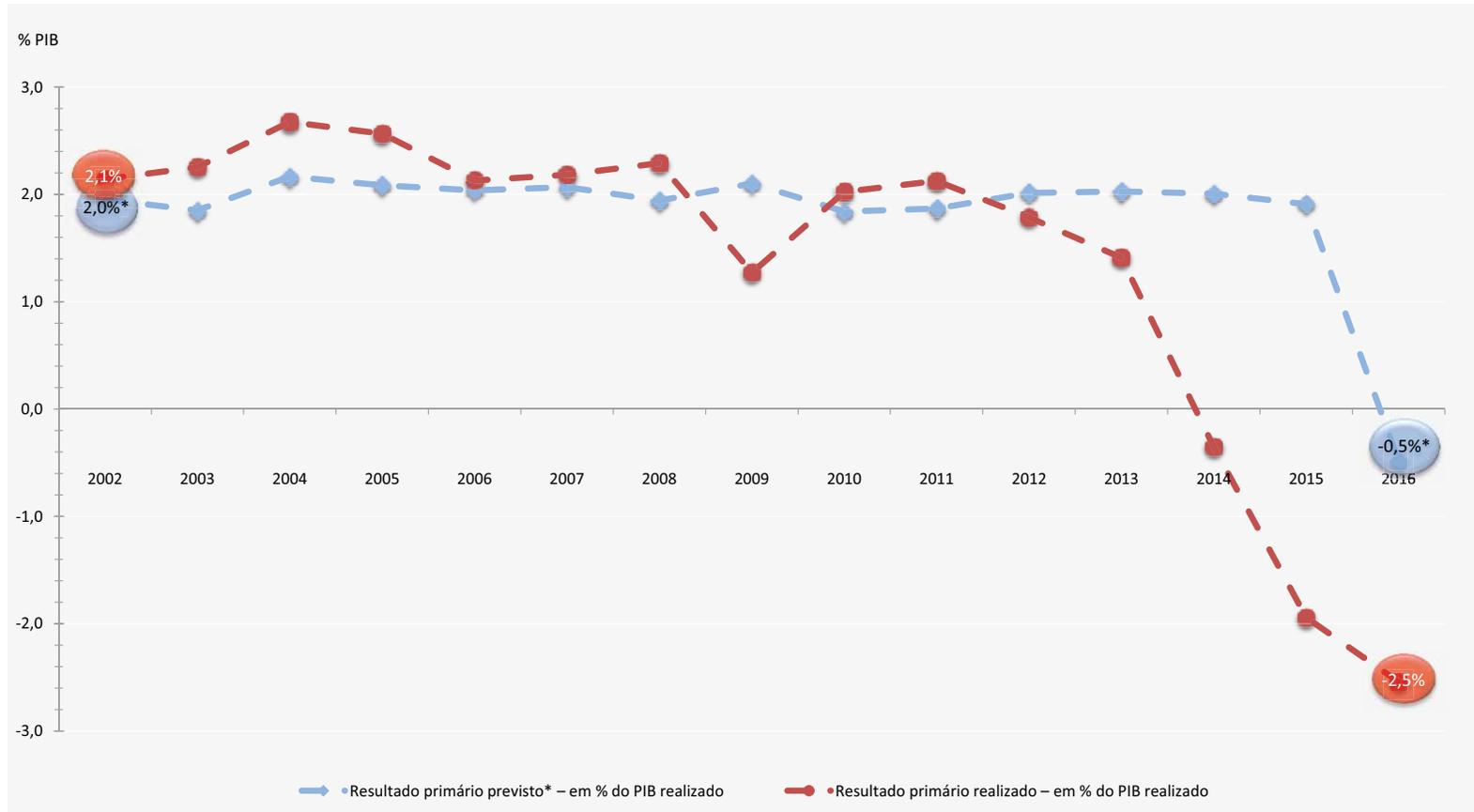
Fonte: Bacen.

Gráfico 10 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2016)



Fonte: Bacen.

Gráfico 11 – Resultado primário do governo central (em % do PIB) (2002-2016)



Fonte: PLOA/IBGE/Bacen.

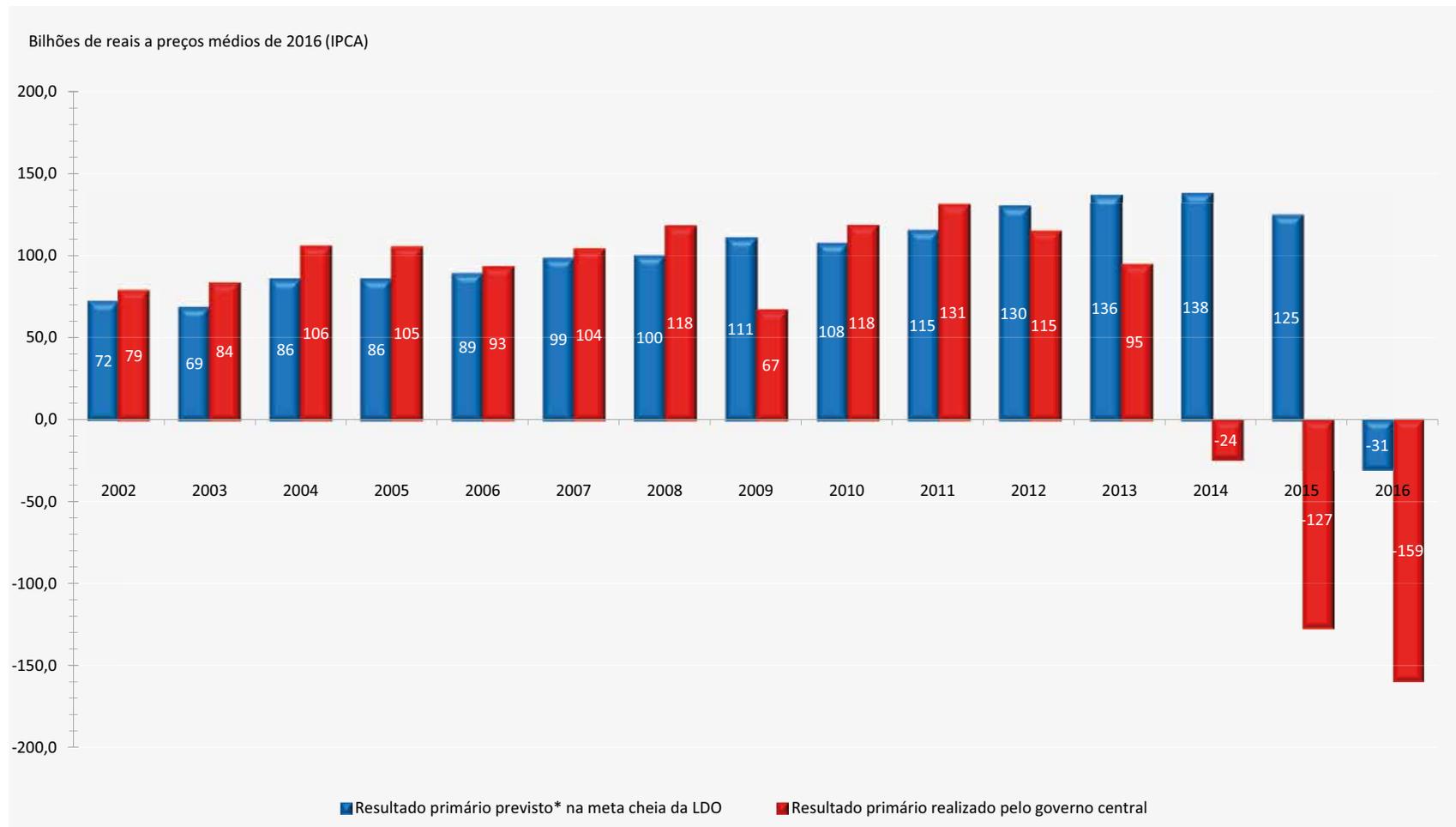
\*Meta cheia inicial da LDO, sem considerar as alterações posteriores da meta.

De 2002 a 2006, o resultado primário obtido foi superior ao estabelecido nas leis de diretrizes orçamentárias (LDOs). A partir de 2005, as LDOs passaram a autorizar abatimento das despesas primárias e dos investimentos realizados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A partir de 2009, com exceção de 2011, as metas previstas somente foram cumpridas com o abatimento do PAC (e, no caso de 2014, também com abatimento de desonerações), resultando em *superavits*

primários inferiores àqueles previstos nas LDOs (metas cheias) em 2012 e 2013 e em *deficits* primários entre 2014 e 2016.

Os gráficos 11 e 12 mostram as trajetórias das metas previstas nas LDOs, os investimentos do PAC passíveis de dedução da meta e os resultados efetivamente alcançados.

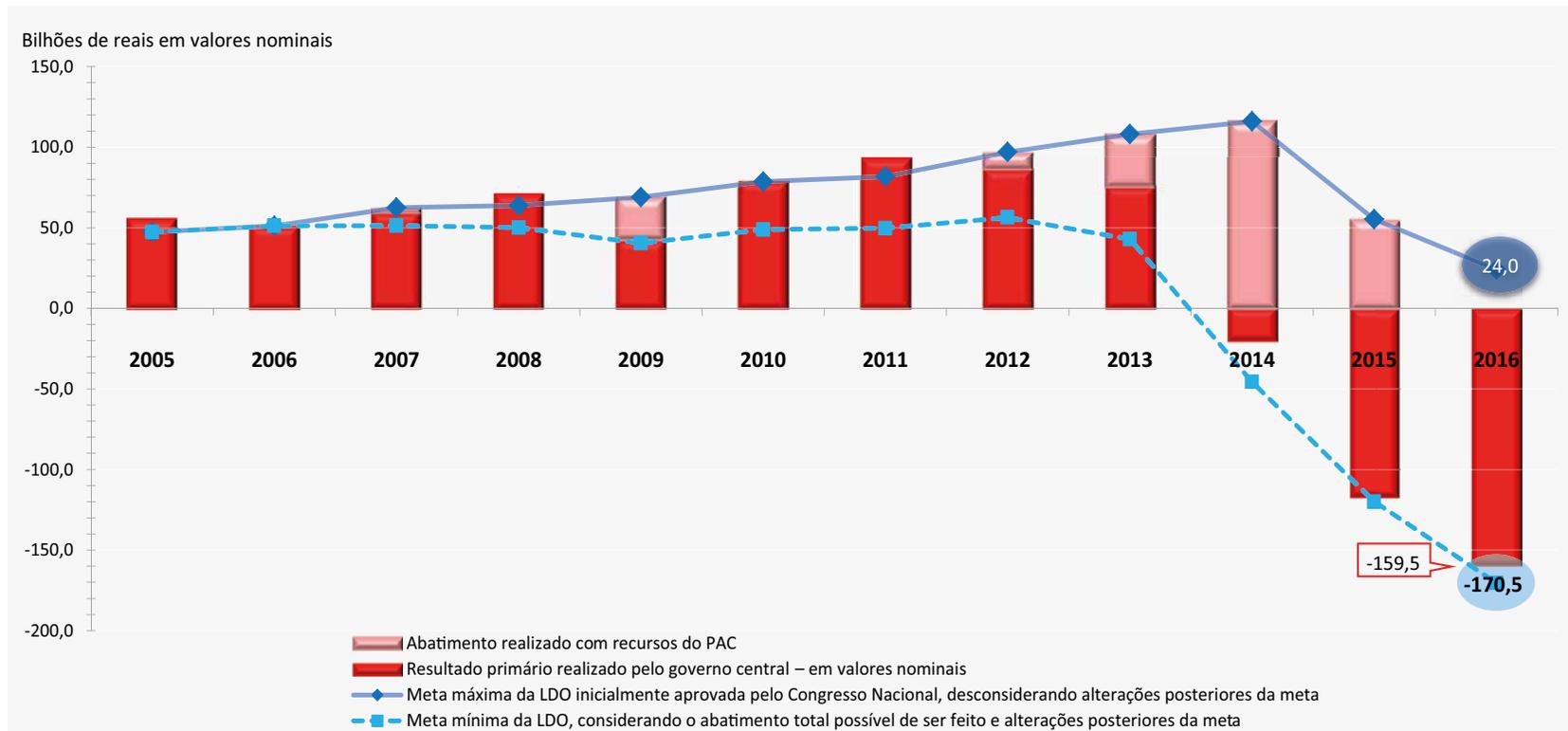
Gráfico 12 – Resultado primário do governo central (em bilhões de reais) (2002-2016)



Fonte: PLOA/IBGE/Bacen.

\*Meta cheia inicial da LDO, sem considerar as alterações posteriores da meta.

Gráfico 13 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2005-2016)



Fonte: Relatório de cumprimento de metas fiscais/STN/Bacen.

Em relação à meta de resultado primário estabelecida pela LDO, o governo federal precisou solicitar ao Congresso Nacional sua alteração, em geral, para apresentar um resultado pior do que o inicial.

Em 2001, a meta era de R\$ 32,35 bilhões e houve uma revisão para R\$ 28,12 bilhões e, posteriormente, para R\$ 23,3 bilhões. O resultado obtido foi um *superavit* de R\$ 21,98 bilhões (a meta do setor público consolidado foi cumprida, porque as estatais tiveram desempenho acima do necessário).

Em 2002, após alteração da MP nº 2.211/2001, a meta de *superavit* passou de R\$ 5,28 bilhões para R\$ 7,46 bilhões. O governo alcançou, ao final do ano, R\$ 31,92 bilhões de *superavit*.

Em 2007, o objetivo era um *superavit* de 2,45% do PIB, com possibilidade de abatimento de R\$ 4,59 bilhões do Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI). O PLN nº 1/2007 (25/1/2007), convertido na Lei nº 11.477, de 29/5/2007, não alterou a meta, mas elevou o abatimento do PPI de R\$ 4,59 bilhões para R\$ 11,28 bilhões. O resultado obtido foi um *superavit* de R\$ 59,44 bilhões.

Em 2009, a meta era *superavit* de 2,2% do PIB com abatimento de R\$ 15,57 bilhões do PAC. O PLN nº 63/2009 (21/9/2009), convertido na Lei nº 12.053, de 9/10/2009, reduziu a meta de *superavit* primário do governo central de 2,85% do PIB para 1,4% do PIB (reflexo da crise americana), com abatimento maior do PPI, de R\$ 28,5 bilhões. O resultado obtido foi um *superavit* de R\$ 42,44 bilhões.

Em 2010, a meta era alcançar um *superavit* de 2,15% do PIB, com abatimento de R\$ 22,5 bilhões do PAC. O PLN nº 86/2010 (19/11/2010), convertido na Lei nº 12.377, de 30/12/2010, diminuiu a meta com a exclusão das estatais do esforço de 0,2% do PIB e elevação da possibilidade de abatimento do PAC para R\$ 28,5 bilhões. O governo realizou *superavit* de R\$ 78,72 bilhões, e o abatimento do PAC subiu para R\$ 29,8 bilhões.

Em 2011, as metas de *superavit* eram de R\$ 81,76 bilhões para o governo central e de R\$ 125,5 bilhões para o setor público consolidado.

O PLN nº 86/2010 (19/11/2010), convertido na Lei nº 12.377, de 30/12/2010, não mudou a meta para o governo central, apenas para o setor público consolidado, para *superavit* de R\$ 117,89 bilhões, reduzindo a meta com a exclusão das estatais do esforço de R\$ 7,6 bilhões.

Em 2013, o objetivo era obter *superavit* de R\$ 108,09 bilhões, com abatimento de R\$ 45,2 bilhões em investimentos e desonerações.

O PLN nº 1/2013 (15/4/2013), convertido na Lei nº 12.901, de 18/12/2013, excluiu a necessidade da União de compensar os entes federados por eventuais *deficits* e, além disso, elevou a possibilidade de abatimento com o PAC e desonerações, de R\$ 45,2 bi-

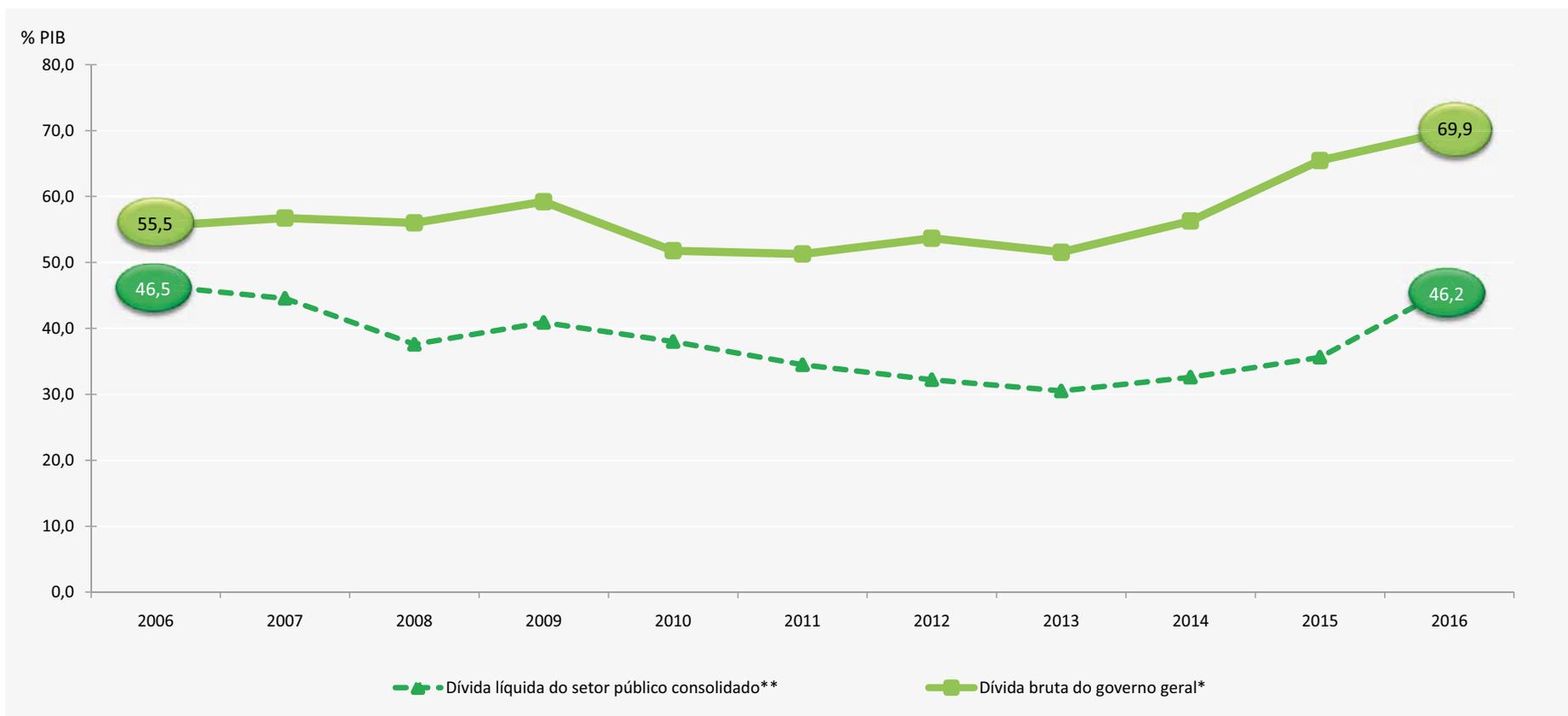
lhões para R\$ 65,2 bilhões. O resultado obtido foi um *superavit* de R\$ 75,29 bilhões.

Em 2014, a meta era obter *superavit* de R\$ 116,07 bilhões, com abatimento de R\$ 67 bilhões do PAC. O PLN nº 36/2014 (10/11/2014), convertido na Lei nº 13.053, de 15/12/2014, “manteve” a meta cheia de R\$ 116,07 bilhões, mas possibilitou abatimento abrangente com desonerações de tributos e de gastos como o PAC. O resultado foi um *deficit* de R\$ 20,47 bilhões.

Em 2015, o *superavit* a ser alcançado era de R\$ 55,28 bilhões, já considerando abatimento de R\$ 28,67 bilhões do PAC. O PLN nº 5/2015 (22/7/2015), convertido na Lei nº 13.199, de 3/12/2015, fixou *deficit* primário de R\$ 51,82 bilhões e possibilitou *deficit* de R\$ 119,88 bilhões, sendo R\$ 11 bilhões de frustração das receitas de concessões e R\$ 57 bilhões para pagamento das “pedaladas”. O PLN nº 5/2015, original enviado pelo Executivo, reduzia a meta de R\$ 55,3 bilhões para apenas R\$ 5,8 bilhões. Em 27 de outubro de 2015, os ministros da Fazenda e do Planejamento solicitaram à CMO que a nova meta proposta passasse para um *deficit* de R\$ 51,8 bilhões, podendo ser ainda maior com o abatimento do pagamento das “pedaladas fiscais”. O resultado alcançado foi um *deficit* de R\$ 116,66 bilhões.

Em 2016, o *superavit* estabelecido foi de R\$ 24 bilhões. O PLN nº 1/2016 (23/3/2016), enviado pelo governo Dilma, visou reduzir a meta de *superavit* primário do governo central de R\$ 24 bilhões para R\$ 2,76 bilhões, possibilitando o abatimento de até R\$ 99,4 bilhões, chegando a um *deficit* potencial de R\$ 96,6 bilhões. Após o *impeachment*, o governo Michel Temer alterou a proposta para *deficit* de R\$ 170,5 bilhões. O resultado obtido foi um *deficit* de R\$ 159,5 bilhões.

Gráfico 14 – Dívida bruta do governo geral x dívida líquida do setor público consolidado (2006-2016)

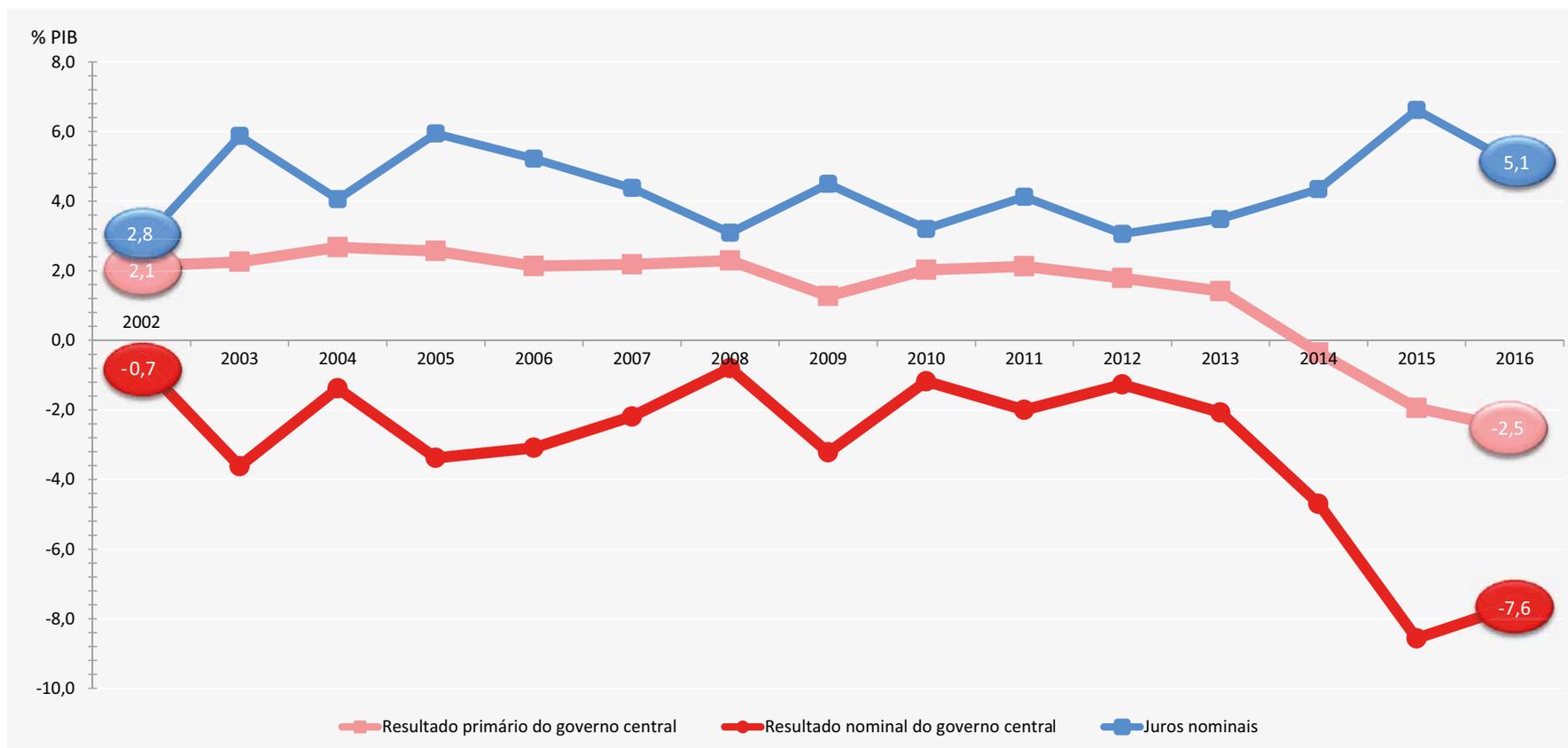


Fonte: Bacen.

\*Dívida bruta do governo geral abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

\*\*Setor público consolidado abrange administrações direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não financeiras federais, estaduais e municipais, além da empresa Itaipu binacional.

Gráfico 15 – Resultados primário e nominal e juros nominais (2002-2016)

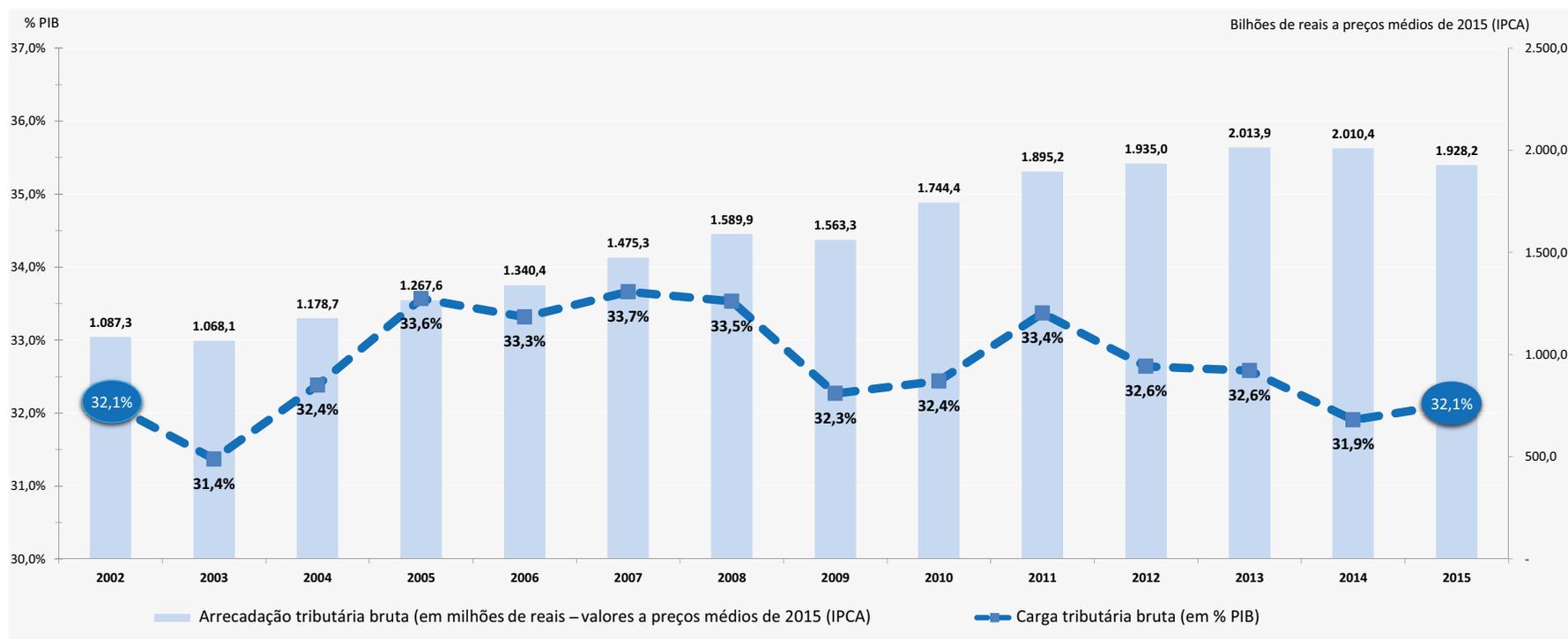


Fonte: Bacen.

A carga tributária corresponde à relação entre o montante de impostos, taxas e contribuições arrecadados pelas três esferas de governo e o PIB do país. O gráfico 16 mostra a evolução desse indicador entre 2002 e 2015, cumprindo alertar que tais percentuais foram calculados com base nos valores do PIB revisados pelo IBGE em 2015, que incorporam alteração metodológica recomendada pela ONU. Observam-se variações importantes em 2009 e 2010, indicando os efeitos financeiros da crise econômica e a recuperação em 2011, em que prevaleceu o bom desempenho dos tributos federais. Contudo, esse quadro favorável não se sustentou nos anos seguintes. De acordo com os dados oficiais mais recentes, a carga tributária de 2015, de 32,1% do PIB, indica uma queda de mais de um ponto percentual frente aos números prevalentes no período pré-crise.

## 3 Carga tributária BRUTA (2002-2015)

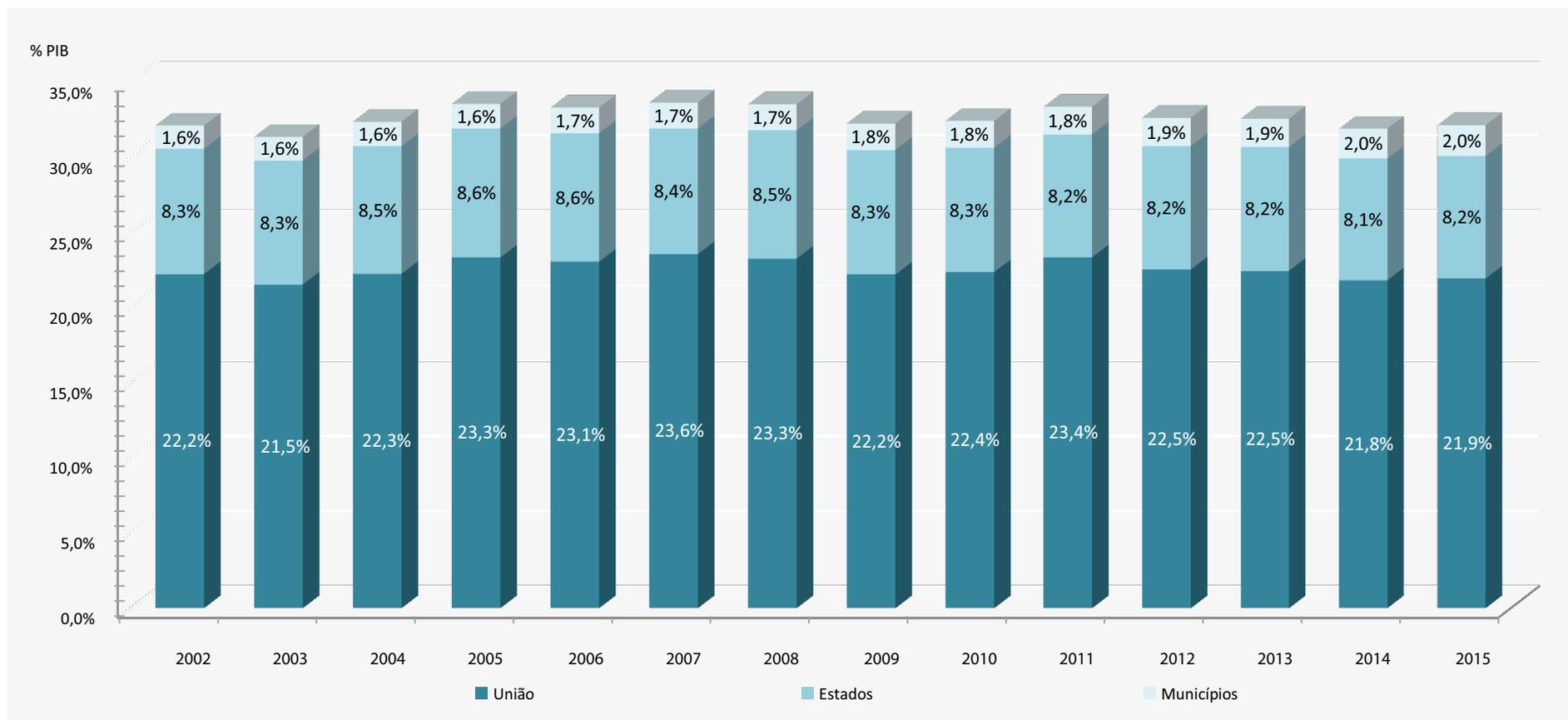
Gráfico 16 – Carga tributária bruta (2002-2015)



Fonte: Receita Federal.

Obs.: valor nominal do PIB considera nova metodologia adotada pelo IBGE.

Gráfico 17 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2002-2015)



Fonte: Receita Federal.

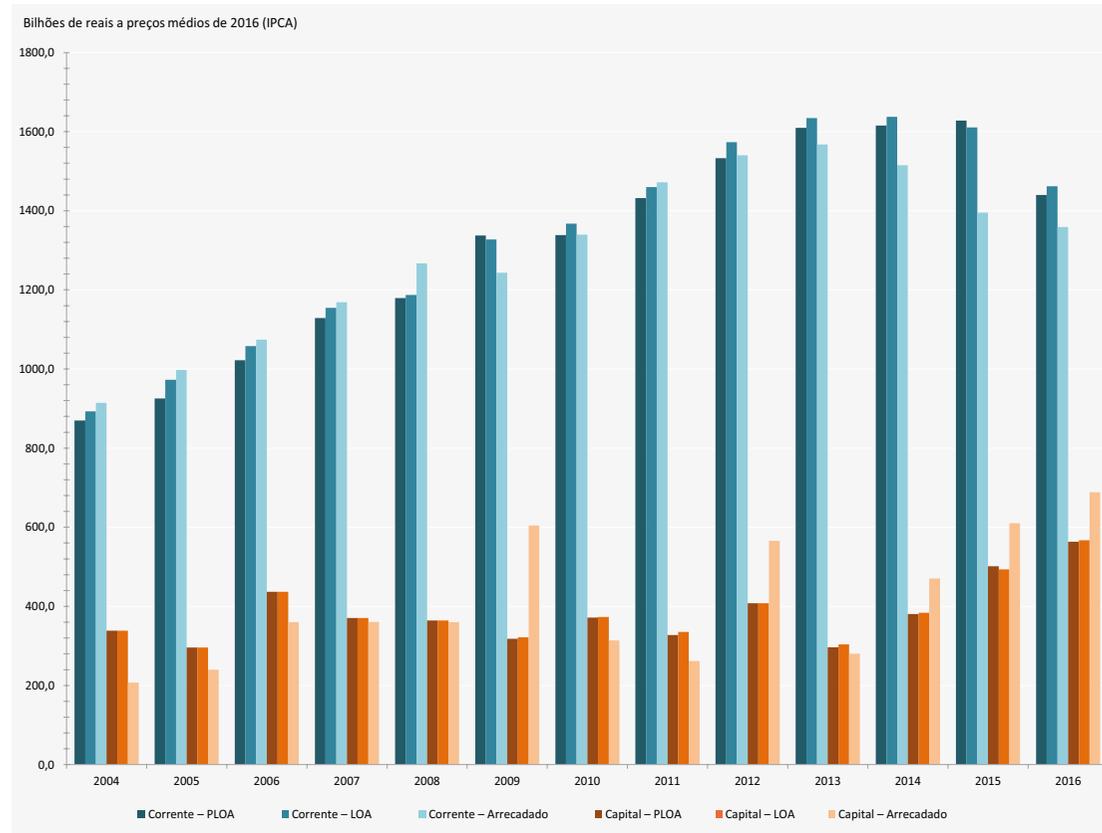
Obs.: valor nominal do PIB considera nova metodologia adotada pelo IBGE.

Receitas, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental. As receitas podem ser classificadas de acordo com várias perspectivas, sendo as mais importantes: categoria econômica (corrente e capital) e origem (originária, derivada, transferências e outras).

No caso das receitas correntes, tal classificação serve para identificar se elas são compulsórias (tributos e contribuições), provenientes das atividades em que o Estado atua diretamente na produção (agropecuárias, industriais ou de prestação de serviços), da exploração do seu próprio patrimônio (patrimoniais), de transferências destinadas ao atendimento de despesas correntes ou, ainda, de outros ingressos correntes. No caso das receitas de capital, distinguem-se as provenientes de operações de crédito, da alienação de bens, da amortização dos empréstimos, das transferências destinadas ao atendimento de despesas de capital ou, ainda, de outros ingressos de capital.

# 4 RECEITA (2004-2016)

Gráfico 18 – Receitas corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2016)



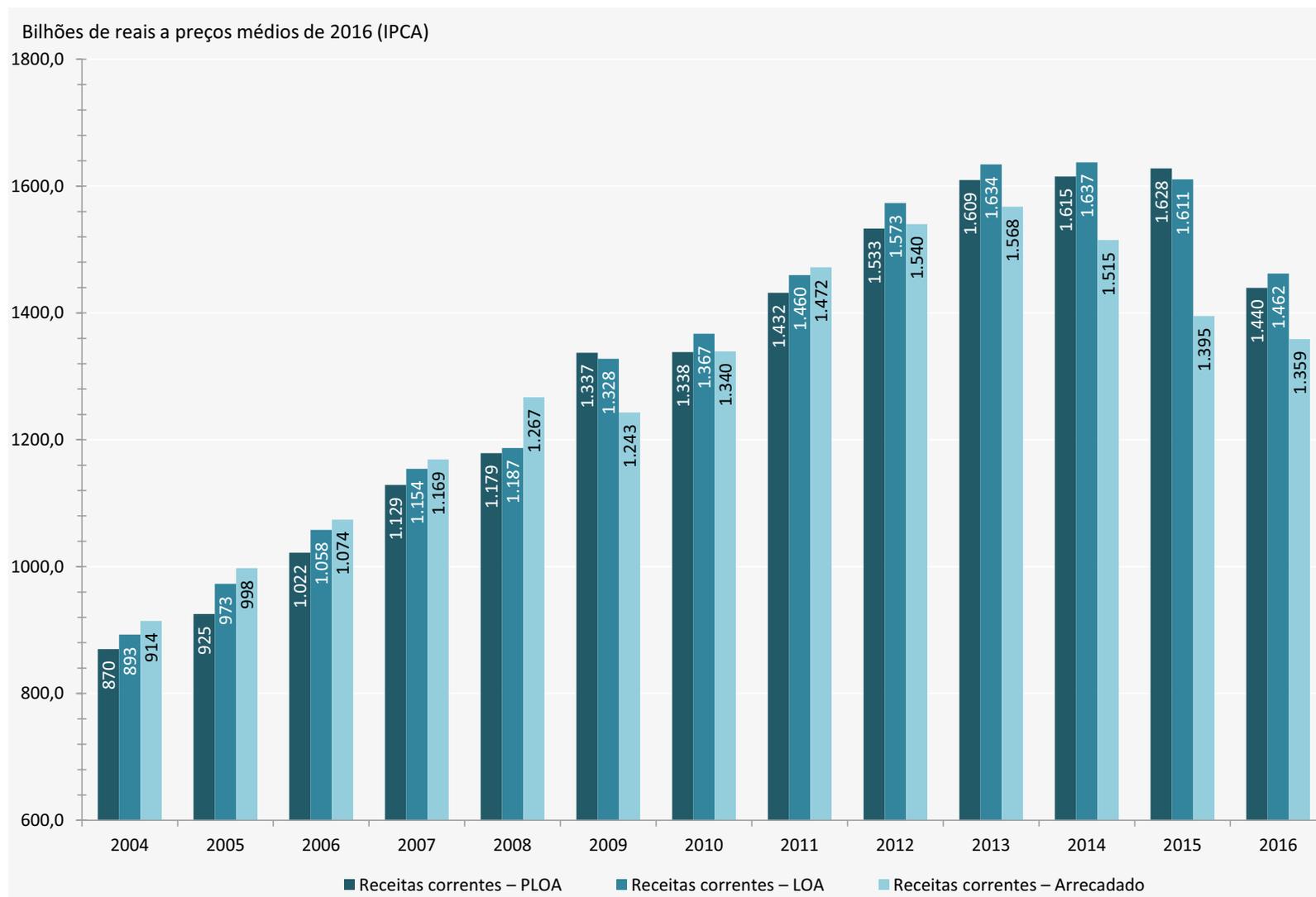
Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: exclusive receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Os gráficos 18, 19 e 20 permitem comparar os valores das receitas correntes e de capital da esfera federal previstas no projeto de lei orçamentária, com as alterações efetuadas pelo Congresso Nacional na lei aprovada e com os montantes efetivamente arrecadados em cada exercício. Observa-se que, até 2008, as projeções da receita corrente pelo Poder Legislativo vinham sendo superadas pelo montante efetivamente realizado. A partir de 2009, começam a evidenciar-se frustrações nos níveis da receita realizada (exceto em 2011). A forte queda real observada na arre-

cadação da receita corrente, em 2015, da ordem de 7,9% em relação aos números de 2014, e de 11%, em relação a 2013, reflete um quadro recessivo sem precedentes, que contaminou as principais bases de incidência de tributos federais relativas ao faturamento e ao lucro do setor produtivo, bem como à folha de salários devida por empregados e empregadores. Esse cenário de queda das receitas se manteve em 2016, com uma queda real das receitas correntes de 2,6% ante 2015, mas em um ritmo menos acentuado.

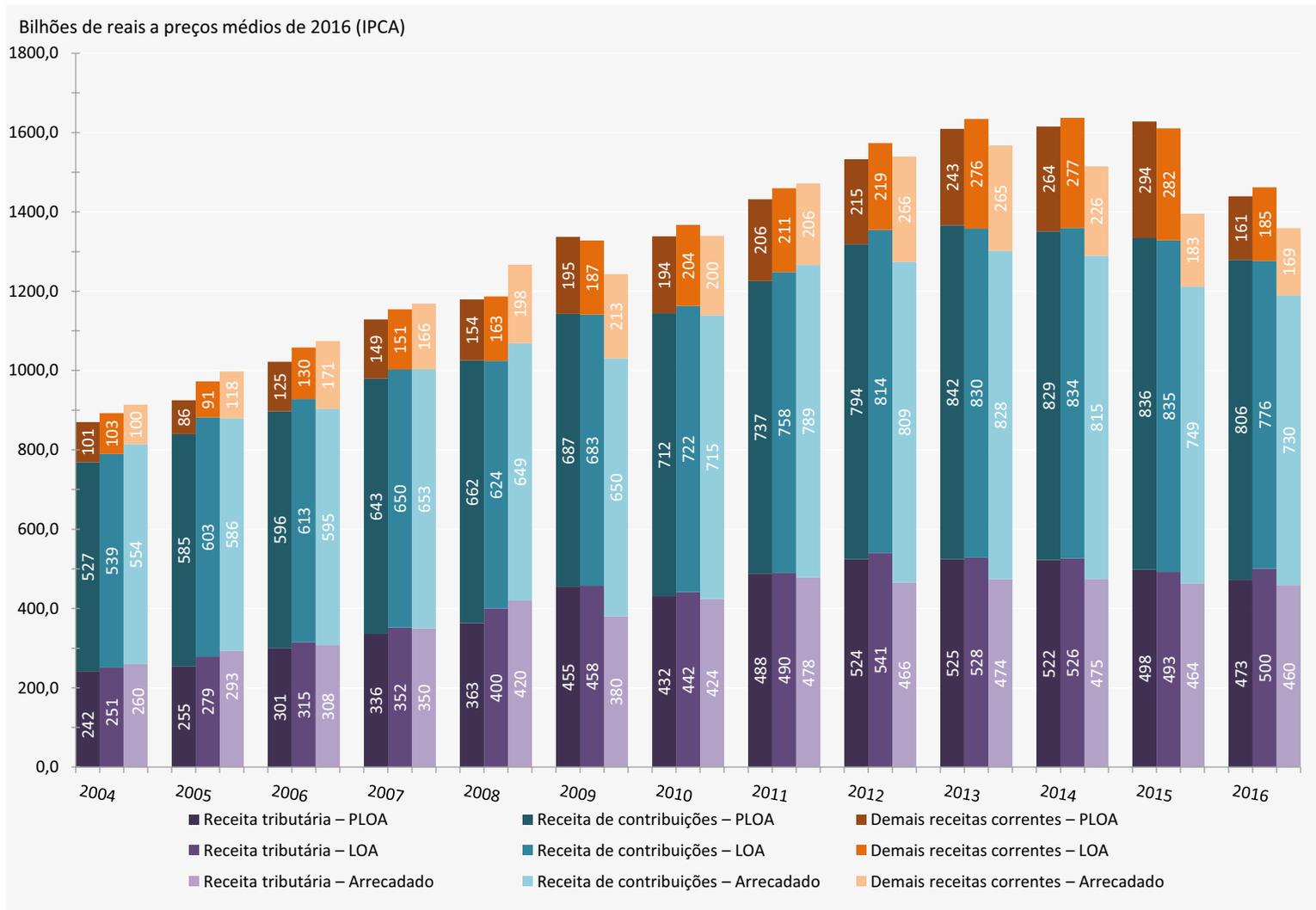
Gráfico 19 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: exclusive receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Gráfico 20 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação  
(dividida em tributária, contribuições e demais receitas correntes) (2004-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: exclusive receitas intraorçamentárias e de capital.

Tabela 4 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2015-2016)

Valores em milhões de reais.

Categoria econômica	Origem	2015			2016			Variação % 2015 (E) / 2014 (B)
		LOA (A)	Arrecadação acumulada (B)	Diferença (B) – (A)	LOA (D)	Arrecadação acumulada (E)	Diferença (E) – (D)	
Receitas correntes	Receitas de contribuições	768.206,9	688.386,6	-79.820,3	776.230,2	729.914,7	-46.315,5	6,0%
	Receita tributária	453.352,3	426.280,0	-27.072,3	500.334,9	459.761,7	-40.573,2	7,9%
	Receita patrimonial	104.798,4	66.159,1	-38.639,3	95.477,2	74.625,6	-20.851,6	12,8%
	Outras receitas correntes	99.655,7	44.306,8	-55.348,9	37.083,2	42.844,9	5.761,7	-3,3%
	Receita de serviços	53.401,3	45.009,8	-8.391,5	50.581,3	41.728,5	-8.852,8	-7,3%
	Receita industrial	812,7	1.346,1	533,4	964,3	1.042,4	78,1	-22,6%
	Transferências correntes	963,1	1.115,8	152,8	1.352,3	1.162,2	-190,1	4,2%
	Receita agropecuária	30,3	30,3	0,0	28,9	21,8	-7,1	-27,9%
	Receitas correntes a classificar	-	10.345,8	10.345,8	-	7.829,7	7.829,7	-24,3%
	<b>Subtotal</b>	<b>1.481.220,6</b>	<b>1.282.980,3</b>	<b>-198.240,2</b>	<b>1.462.052,2</b>	<b>1.358.931,5</b>	<b>-103.120,8</b>	<b>5,9%</b>
Receitas de capital	Operações de crédito	274.236,1	252.169,7	-22.066,3	331.041,8	295.006,1	-36.035,7	17,0%
	Outras receitas de capital	130.959,2	252.226,7	121.267,5	154.596,1	248.945,3	94.349,1	-1,3%
	Amortização de empréstimos	42.332,3	55.102,9	12.770,5	49.940,2	143.101,3	93.161,1	159,7%
	Alienação de bens	6.316,5	1.502,7	-4.813,8	31.238,4	1.234,4	-30.004,0	-17,9%
	Transferências de capital	179,6	95,6	-84,0	238,4	66,3	-172,1	-30,7%
		<b>Subtotal</b>	<b>454.023,6</b>	<b>561.097,6</b>	<b>107.073,9</b>	<b>567.054,8</b>	<b>688.353,3</b>	<b>121.298,5</b>
<b>Total</b>		<b>1.935.244,2</b>	<b>1.844.077,9</b>	<b>-91.166,3</b>	<b>2.029.107,1</b>	<b>2.047.284,8</b>	<b>18.177,7</b>	<b>11,0%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: exclusive receitas intraorçamentárias.

Tabela 5 – Arrecadação mensal por categoria econômica e origem (2016)

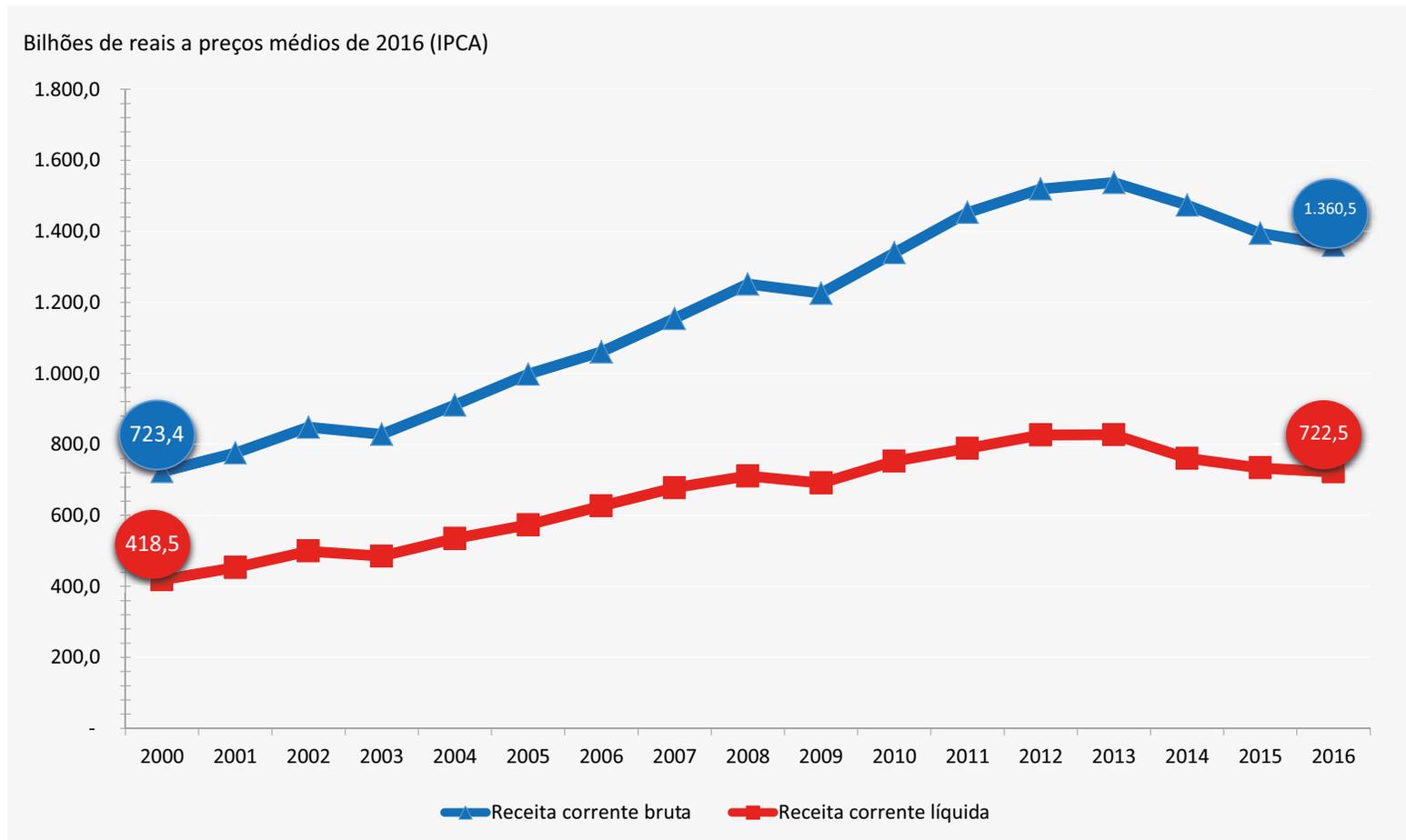
Valores em milhões de reais.

Categoria econômica	Origem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Receitas correntes	Receitas de contribuições	69.772,3	54.753,9	59.652,4	61.109,7	59.364,7	56.621,3	61.888,7	56.357,2	56.246,7	60.181,8	59.140,5	74.825,5	729.914,7
	Receita tributária	53.468,4	28.897,3	35.241,7	45.437,4	31.792,7	33.789,3	35.146,1	28.289,9	30.911,9	59.486,1	33.593,8	43.707,2	459.761,7
	Receita patrimonial	16.995,9	3.678,4	4.575,4	5.602,6	4.383,7	9.333,8	8.006,7	4.176,8	3.963,7	4.481,1	3.845,0	5.582,5	74.625,6
	Receita de serviços	8.489,9	2.920,5	3.098,7	3.660,8	2.214,1	2.100,3	7.599,9	2.757,3	2.742,2	3.222,9	2.632,2	289,7	41.728,5
	Demais receitas correntes	3.271,8	2.148,9	2.885,7	2.988,0	864,6	1.100,8	3.827,8	2.687,1	2.892,5	23.700,7	3.139,1	3.394,0	52.901,0
	<b>Subtotal</b>	<b>151.998,3</b>	<b>92.399,0</b>	<b>105.453,8</b>	<b>118.798,5</b>	<b>98.619,8</b>	<b>102.945,5</b>	<b>116.469,3</b>	<b>94.268,3</b>	<b>96.756,9</b>	<b>151.072,6</b>	<b>102.350,6</b>	<b>127.798,8</b>	<b>1.358.931,5</b>
Receitas de capital	Operações de crédito	7.925,4	12.846,6	1.993,5	20.681,0	1.702,9	(37,4)	30.200,1	11.181,9	12.111,2	48.780,2	9.226,3	138.394,4	295.006,1
	Amortização de empréstimos	15.921,9	4.344,1	3.410,5	1.883,5	2.455,7	2.409,5	1.788,7	2.551,8	2.737,5	3.010,8	2.879,7	99.707,8	143.101,3
	Alienação de bens	20,3	106,1	155,1	200,3	38,4	37,5	31,2	105,6	111,4	195,2	196,0	37,2	1.234,4
	Demais receitas de capital	7.325,7	7.951,1	164.890,3	7.830,6	8.146,4	8.718,0	7.830,6	8.353,3	7.276,6	6.261,3	6.736,9	7.690,8	249.011,5
	<b>Subtotal</b>	<b>31.193,2</b>	<b>25.247,9</b>	<b>170.449,4</b>	<b>30.595,4</b>	<b>12.343,4</b>	<b>11.127,6</b>	<b>39.850,5</b>	<b>22.192,5</b>	<b>22.236,7</b>	<b>58.247,6</b>	<b>19.038,9</b>	<b>245.830,2</b>	<b>688.353,3</b>
<b>Total</b>		<b>183.191,5</b>	<b>117.646,9</b>	<b>275.903,2</b>	<b>149.393,9</b>	<b>110.963,2</b>	<b>114.073,1</b>	<b>156.319,8</b>	<b>116.460,9</b>	<b>118.993,7</b>	<b>209.320,2</b>	<b>121.389,5</b>	<b>373.629,0</b>	<b>2.047.284,8</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: exclusive receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Gráfico 21 – Evolução da receita corrente líquida x bruta (2000-2016)



Fonte: STN.

O art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), define a receita corrente líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos os valores

transferidos pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por determinação constitucional ou legal, e as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, nos termos mencionados na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal.

Tabela 6 – Receita corrente líquida x bruta (em % do PIB) (2000-2016)

Valores em bilhões de reais.

Ano	Receita corrente bruta nominal (RCB)	Receita corrente líquida nominal (RCL)	Valor do PIB corrente	RCB em % do PIB	RCL em % do PIB
2000	252,5	146,1	1.199,1	21,1%	12,2%
2001	289,4	168,9	1.315,8	22,0%	12,8%
2002	343,1	201,9	1.488,8	23,0%	13,6%
2003	384,4	224,9	1.718,0	22,4%	13,1%
2004	450,6	264,4	1.957,8	23,0%	13,5%
2005	527,3	303,0	2.170,6	24,3%	14,0%
2006	584,1	344,7	2.409,4	24,2%	14,3%
2007	658,9	386,7	2.720,3	24,2%	14,2%
2008	754,7	428,6	3.109,8	24,3%	13,8%
2009	775,4	437,2	3.333,0	23,3%	13,1%
2010	890,1	499,9	3.885,8	22,9%	12,9%
2011	1.029,6	558,7	4.376,4	23,5%	12,8%
2012	1.134,7	616,9	4.814,8	23,6%	12,8%
2013	1.219,6	656,1	5.331,6	22,9%	12,3%
2014	1.243,3	641,6	5.779,0	21,5%	11,1%
2015	1.282,5	674,5	6.000,6	21,4%	11,2%
2016	1.360,5	722,5	6.266,9	21,7%	11,5%

Fonte: STN.

A lei orçamentária anual estima a receita e fixa a despesa da União em cada exercício financeiro. Esse diploma legal compreende os orçamentos das esferas fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais (art. 165, § 5º, da CF).

## 5 Execução orçamentária anual POR ESFERA (2001-2017)

Tabela 7 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2017)

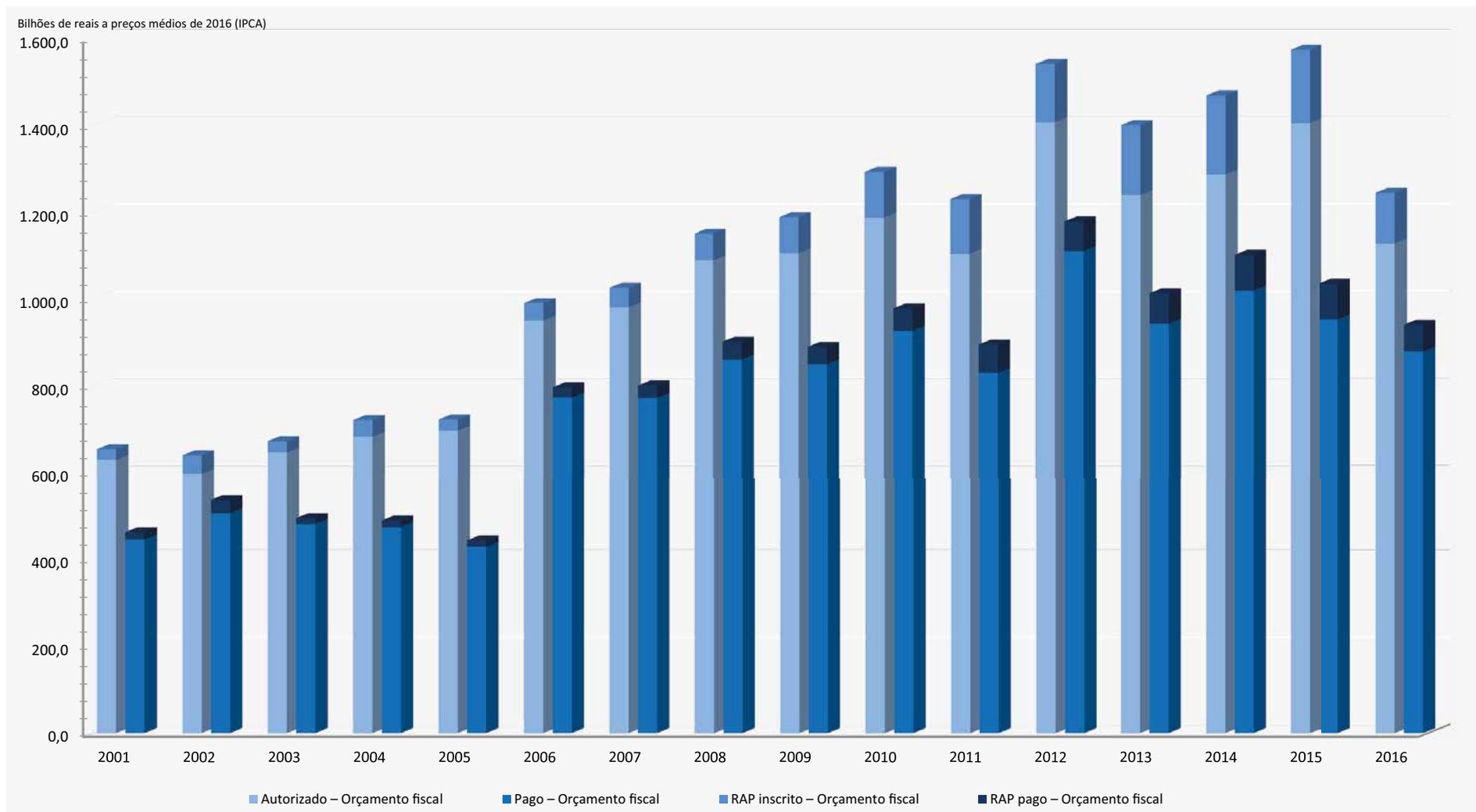
Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	LOA 2017
<b>LOA - Dotação autorizada</b>	2.705,0	1.894,9	2.502,1	3.188,4	3.276,3	3.371,7	3.047,9	2.929,0	2.974,7	3.360,8	3.405,3	3.568,3	3.658,5	3.733,3	3.720,8	3.303,3	3.505,5
Orçamento fiscal - F	655,7	641,7	674,2	722,9	724,2	992,1	1.027,3	1.151,6	1.189,5	1.293,8	1.231,0	1.542,1	1.401,7	1.469,9	1.575,0	1.244,9	1.280,4
Orçamento da seguridade - S	420,7	452,7	465,4	505,2	533,3	593,8	624,0	651,0	741,2	775,8	807,3	869,7	908,5	942,1	939,4	955,3	948,4
Orçamento de investimento das estatais - I	42,3	54,4	55,8	62,3	67,8	74,2	93,4	111,6	129,8	153,7	146,5	141,4	155,3	131,8	110,9	76,2	90,0
Refinanciamento da dívida - R	1.451,4	596,6	1.162,4	1.746,9	1.769,5	1.515,5	1.092,3	770,2	652,1	886,3	957,5	735,2	907,0	887,1	813,0	767,0	946,4
Transferências a estados, DF e municípios* - T	134,9	149,6	144,3	151,1	181,6	196,1	210,9	244,5	262,1	251,2	263,0	279,9	286,0	302,4	282,5	259,9	240,2
<b>Orçamento líquido autorizado (F+S+I-R-T)</b>	1.118,7	1.148,7	1.195,4	1.290,4	1.325,3	1.660,1	1.744,6	1.914,2	2.060,6	2.223,3	2.184,8	2.553,2	2.465,5	2.543,8	2.625,3	2.276,4	2.318,9
<b>Pago + RAP pago</b>																	
Orçamento fiscal - F	462,1	536,3	494,3	488,9	443,2	798,1	802,2	902,9	891,2	979,4	896,5	1.179,5	1.014,8	1.102,7	1.035,3	934,0	
Orçamento da seguridade - S	400,2	431,4	431,6	465,3	496,7	546,7	584,3	582,5	664,8	717,9	746,4	793,8	833,9	868,0	857,3	889,0	
Orçamento de investimento das estatais - I	34,8	46,6	46,9	50,1	53,2	59,6	69,7	88,6	112,5	126,4	116,4	131,2	143,1	113,2	87,3	56,4	
Refinanciamento da dívida - R	592,6	582,9	816,7	736,6	945,6	684,3	656,6	460,5	419,9	562,0	676,5	400,3	578,7	731,3	621,9	653,9	
Transferências a estados, DF e municípios* - T	129,3	145,0	137,3	144,7	165,9	176,4	192,4	226,0	204,9	215,3	241,7	241,6	241,9	249,7	231,5	238,8	
<b>Orçamento líquido pago (F+S+I-R-T)</b>	897,1	1.014,4	972,8	1.004,2	993,1	1.404,5	1.456,2	1.574,1	1.668,4	1.823,7	1.759,3	2.104,5	1.991,8	2.083,9	1.979,9	1.879,5	

Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

\*Transferências a estados, DF e municípios correspondem às despesas do órgão orçamentário "73000".

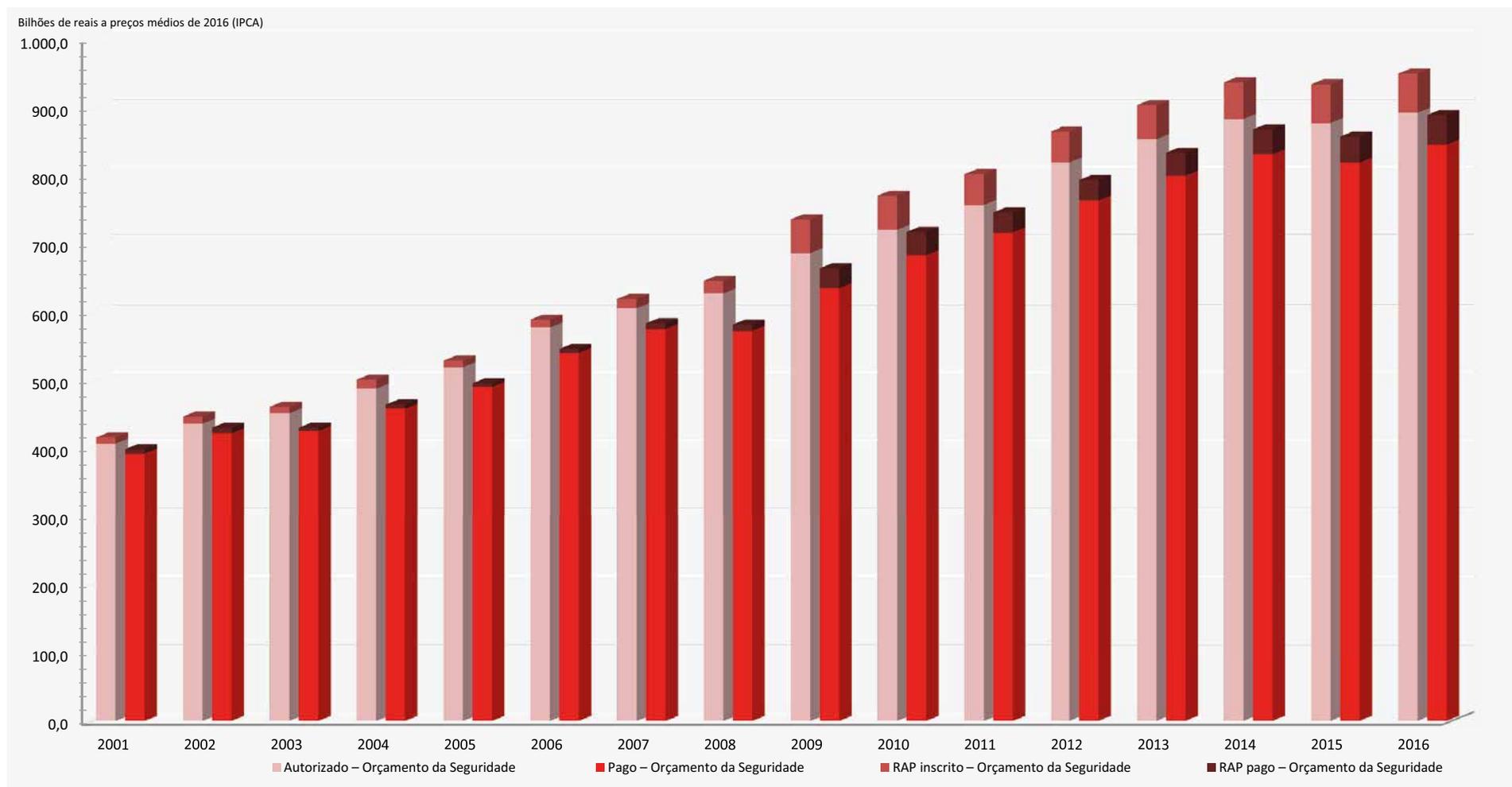
Gráfico 22 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2016) – Orçamento fiscal



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamento fiscal excluídos o refinanciamento da dívida, fonte 143, e as transferências a estados, DF e municípios correspondentes às despesas do órgão orçamentário "73000".

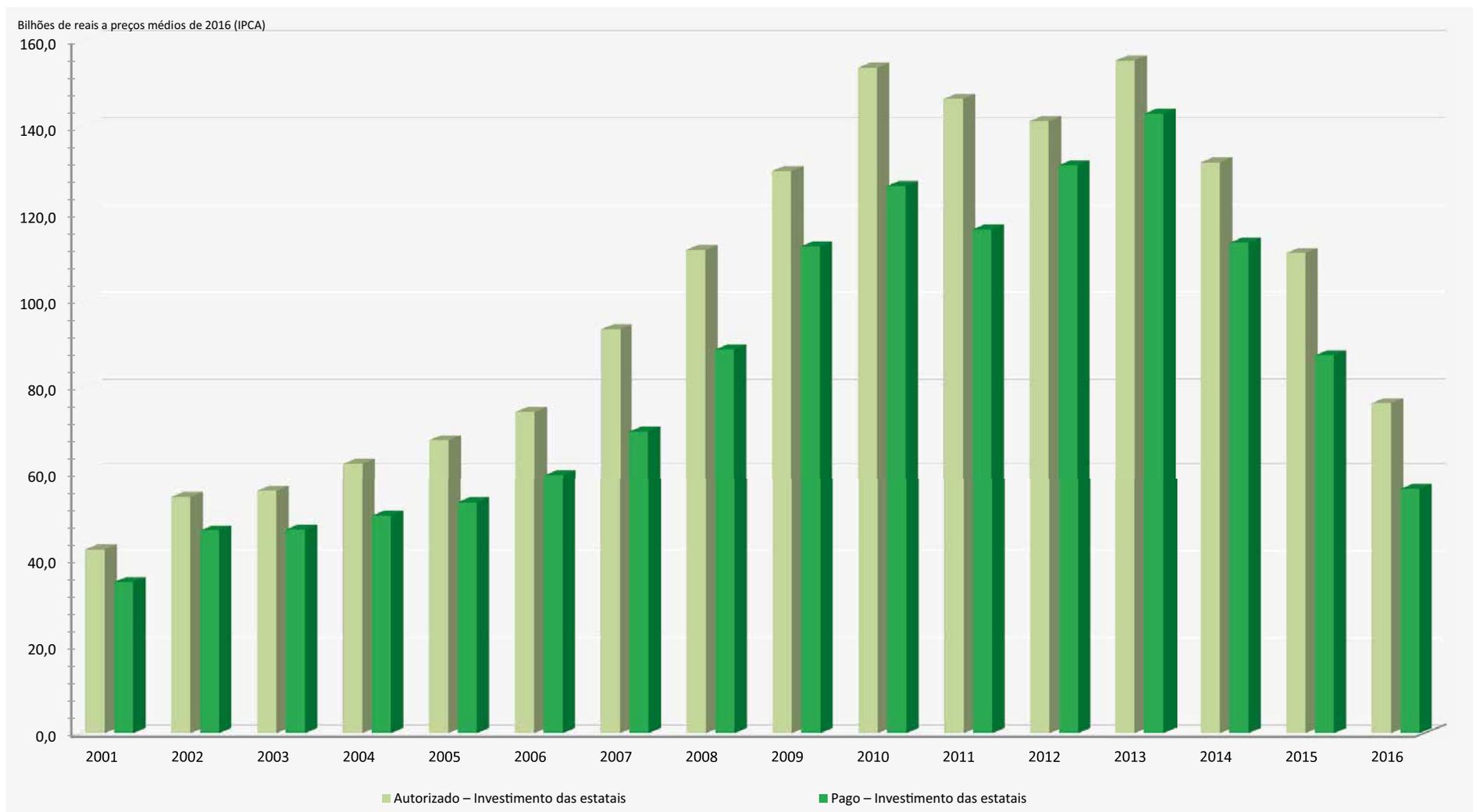
Gráfico 23 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2016) – Orçamento da Seguridade Social



Fonte: Prodasen/Siafi.

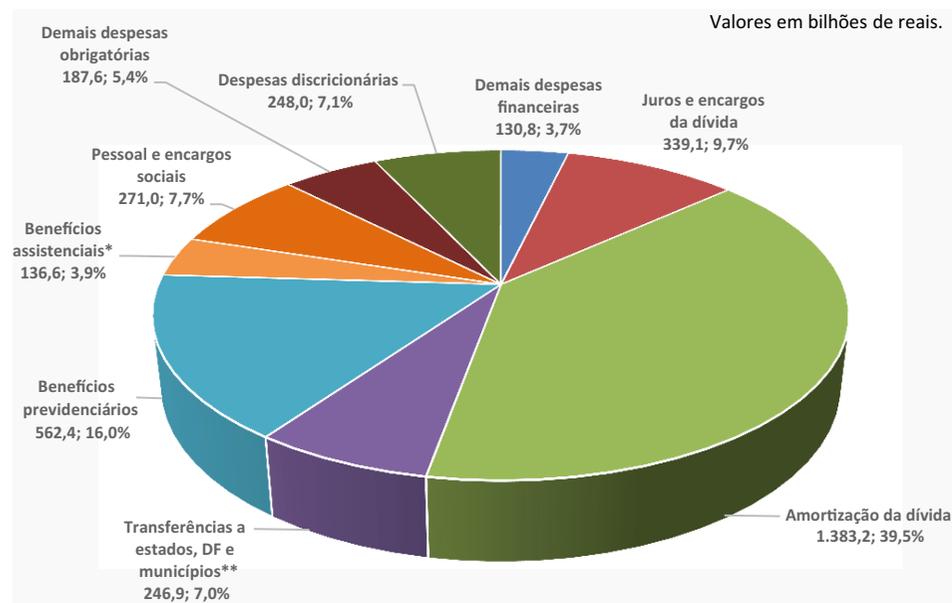
Obs.: orçamento da Seguridade Social excluídos o refinanciamento da dívida, fonte 143, e as transferências a estados, DF e municípios correspondentes às despesas do órgão orçamentário "73000".

Gráfico 24 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2016) – Orçamento de investimento



Fonte: Siop/Sest.

Gráfico 25 – Autógrafo da LOA 2017 – Despesas primárias e financeiras



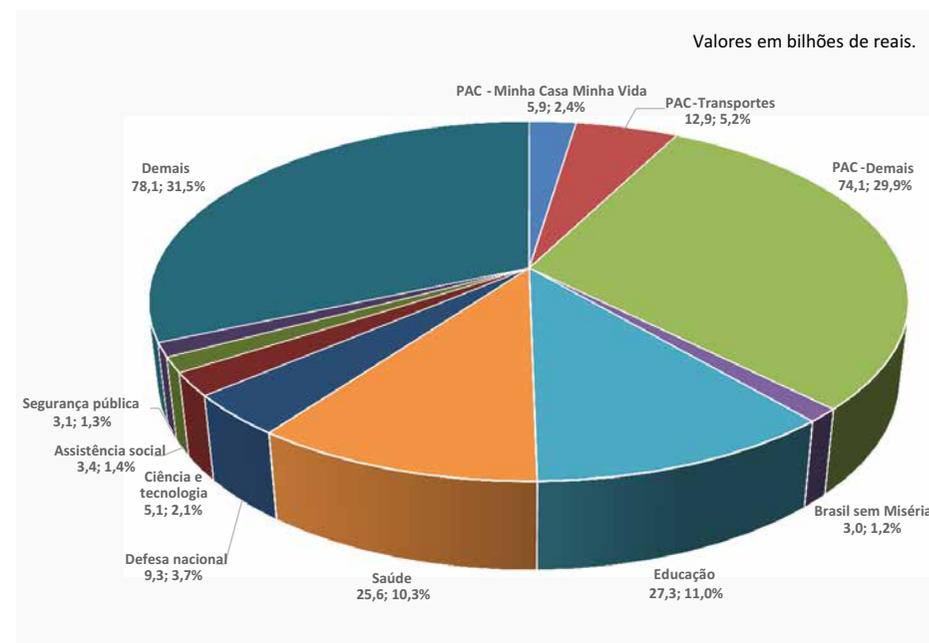
Fonte: Prodasen/Siafi.

Orçamentos fiscal, da Seguridade Social e de investimentos das estatais.

\*Os benefícios assistenciais incluem as ações: 8442 – Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (Bolsa Família); 00H5 – Benefícios de prestação continuada (BPC) e da renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa idosa; 00IN – Benefícios de prestação continuada (BPC) à pessoa com deficiência e da Renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa com invalidez; 00H4 – Pagamento de seguro-desemprego; 0581 – Abono salarial.

\*\*Transferências a estados, DF e municípios correspondem ao montante obrigatório do código "73000" da classificação de órgão orçamentário.

Gráfico 26 – Autógrafo da LOA 2017 – Despesas discricionárias



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamentos fiscal, da Seguridade Social e de investimentos das estatais.

\*Exclusivo o montante obrigatório do programa Brasil sem Miséria.

Tabela 8 – Execução orçamentária anual por esfera (2015-2017)

Valores em bilhões de reais.

Esfera	2015							2016							2017	
	PL	LOA	Autorizado	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago	PL	LOA	Autorizado	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago	PL	LOA
Orçamento fiscal	970,8	937,7	1.293,5	937,0	876,4	154,9	75,7	942,5	961,4	1.127,9	930,4	878,9	117,0	55,1	1.279,8	1.280,4
Orçamento da Seguridade Social	780,0	792,7	806,9	791,5	748,4	51,9	35,0	836,2	860,6	892,3	869,0	840,1	57,2	55,1	931,0	941,3
Orçamento de investimento	105,7	105,7	101,4	-	70,9	-	-	96,9	96,9	76,0	-	56,4	-	-	89,8	90,0
Total	1.856,5	1.836,0	2.201,9	1.728,5	1.695,7	206,8	110,7	1.875,6	1.918,8	2.096,3	1.799,4	1.775,5	174,2	110,2	2.300,5	2.311,8

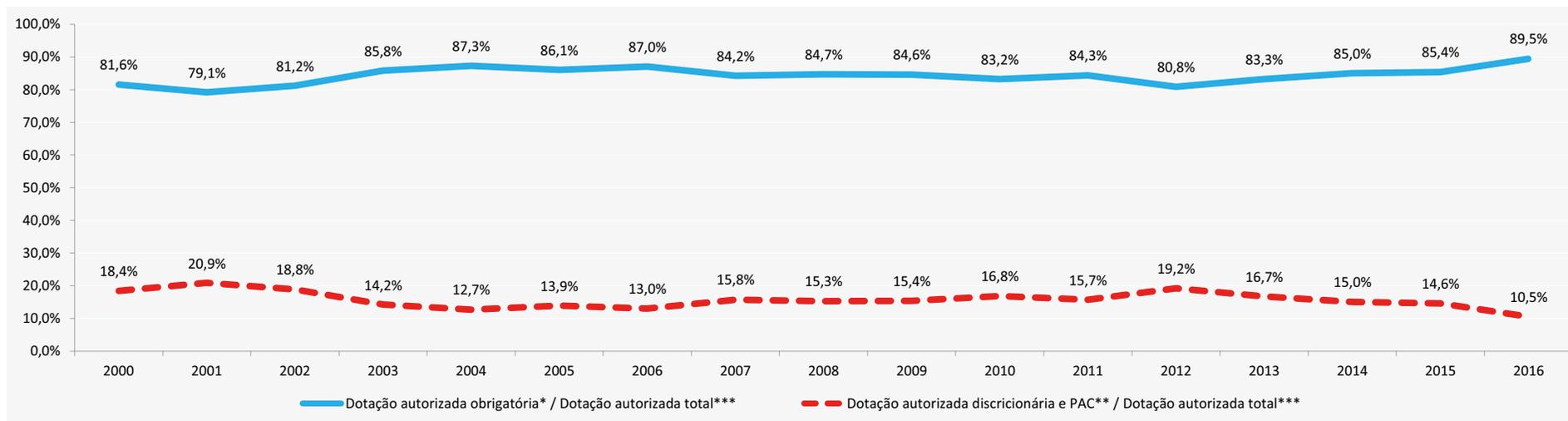
Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamento fiscal excluídos o refinanciamento da dívida, fonte 143, e as transferências a estados, DF e municípios correspondentes às despesas do órgão orçamentário "73000".

A classificação orçamentária da despesa é feita com base na categoria econômica e no seu elemento. O grupo de natureza de despesa agrega elementos com as mesmas características quanto ao objeto do gasto: pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida; outras despesas correntes; investimentos; inversões financeiras e amortização da dívida.

## Classificação da despesa orçamentária POR NATUREZA (2000-2016)

Gráfico 27 – Dotação autorizada de despesas primárias: obrigatórias x discricionárias (2000-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

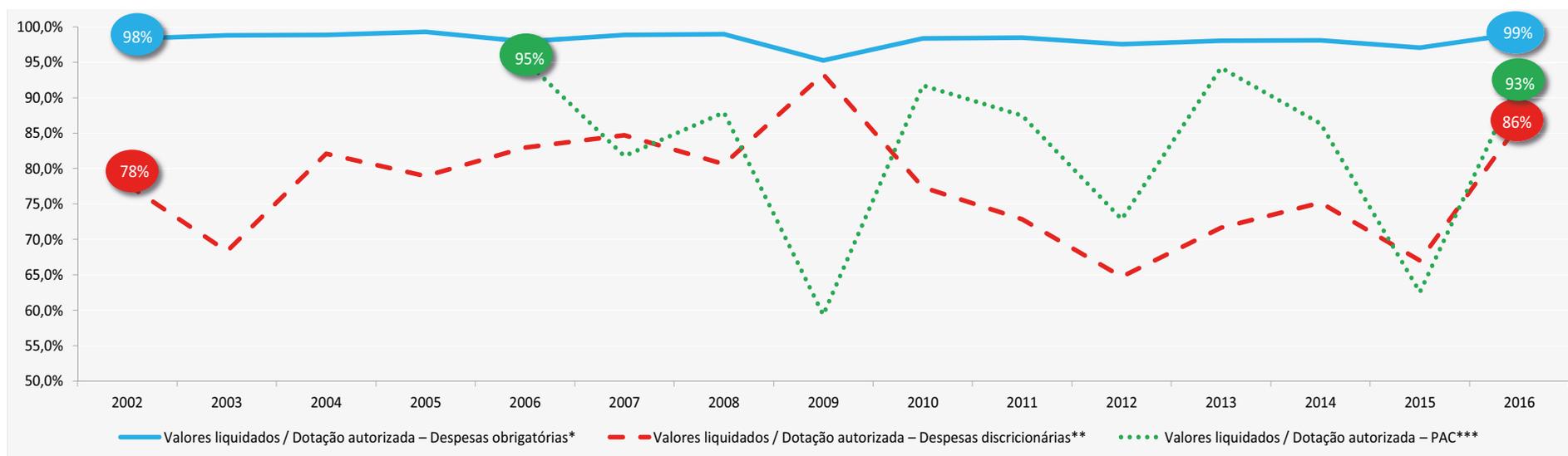
Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

\* Filtro: RP 1.

\*\* Filtro: RP 2, 3 e 6.

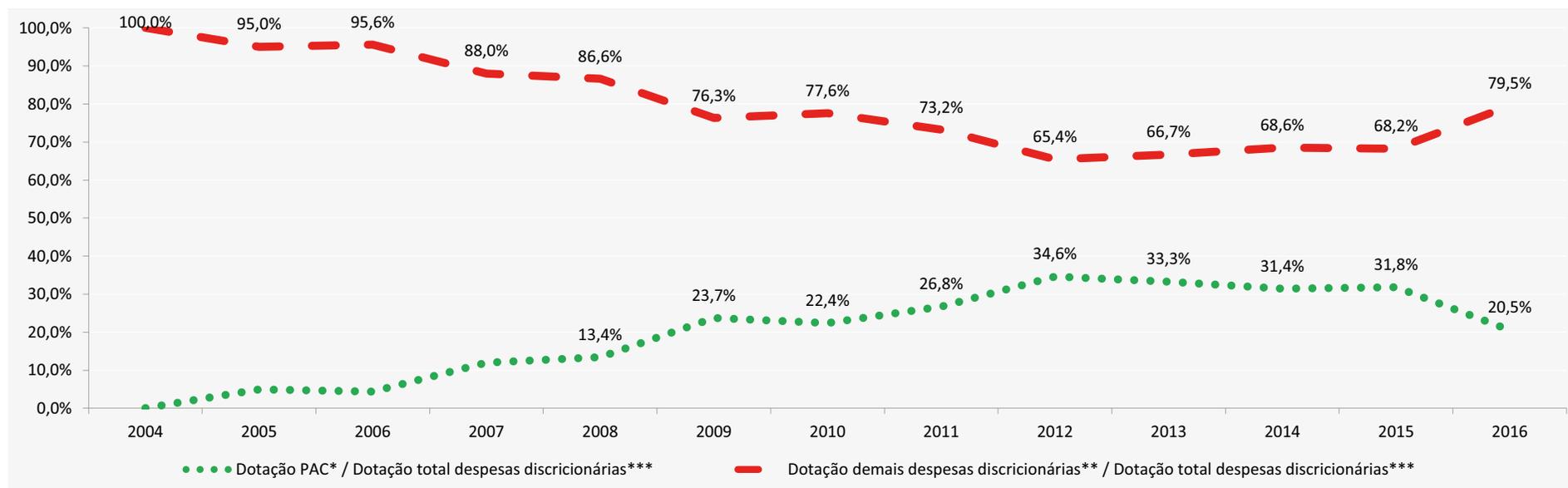
\*\*\* Dotação autorizada total não inclui RP 0 – despesas financeiras, a fim de se analisar apenas despesas primárias.

Gráfico 28 – Percentual liquidado x autorizado – despesas primárias (2002-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.  
 Orçamentos fiscal e da Seguridade Social.  
 \* Filtro: RP 1.  
 \*\* Filtro: RP 2 e 6.  
 \*\*\* Filtro: RP 3.

Gráfico 29 – Proporção da dotação do PAC em relação às despesas discricionárias (2004-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

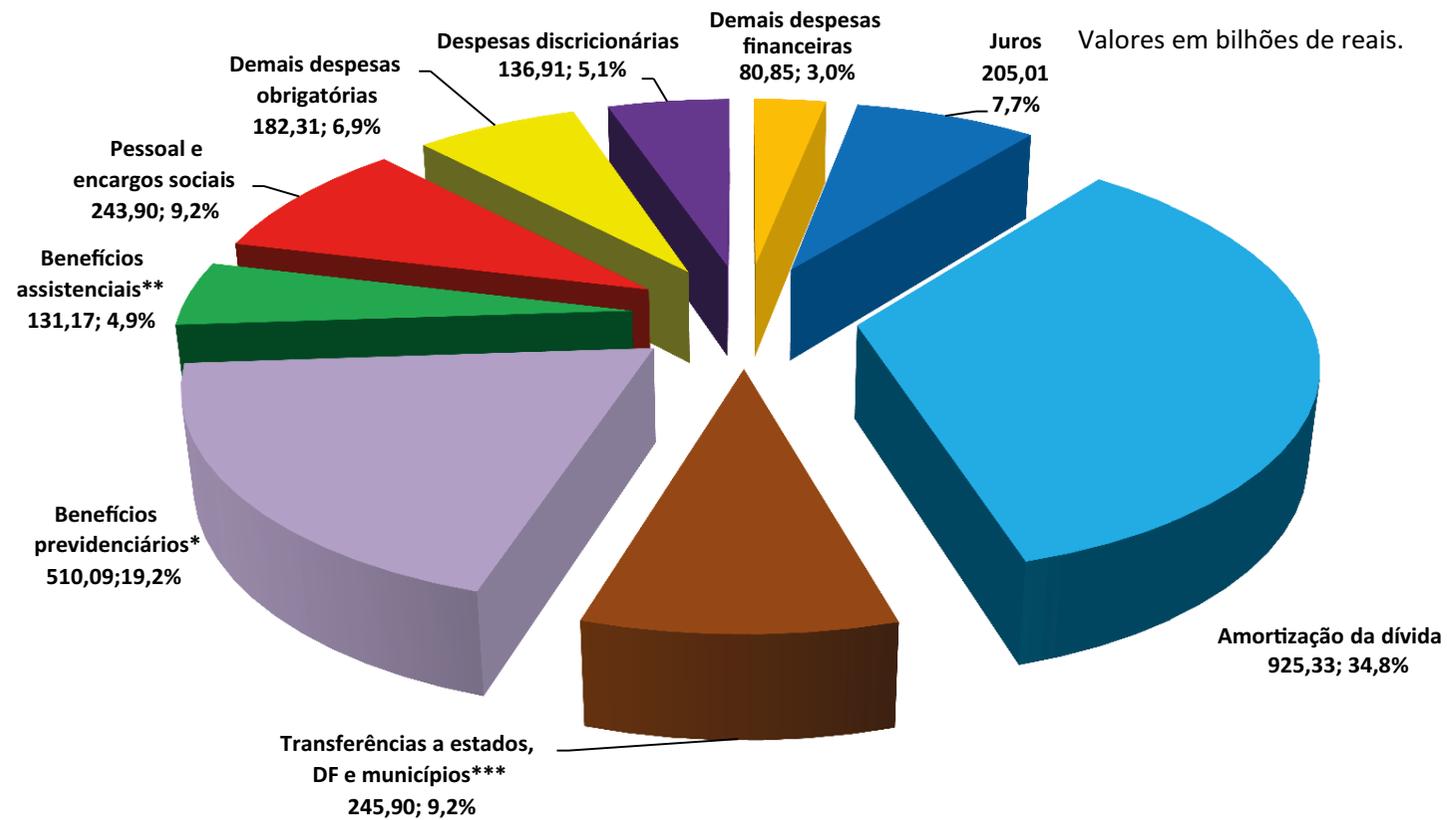
Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

\* Filtro: RP 3.

\*\* Filtro: RP 2 e 6.

\*\*\* Dotação total discricionária não inclui RP 0 – despesas financeiras, nem RP 1 – despesas obrigatórias.

Gráfico 30 – Execução das despesas financeiras e primárias (2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

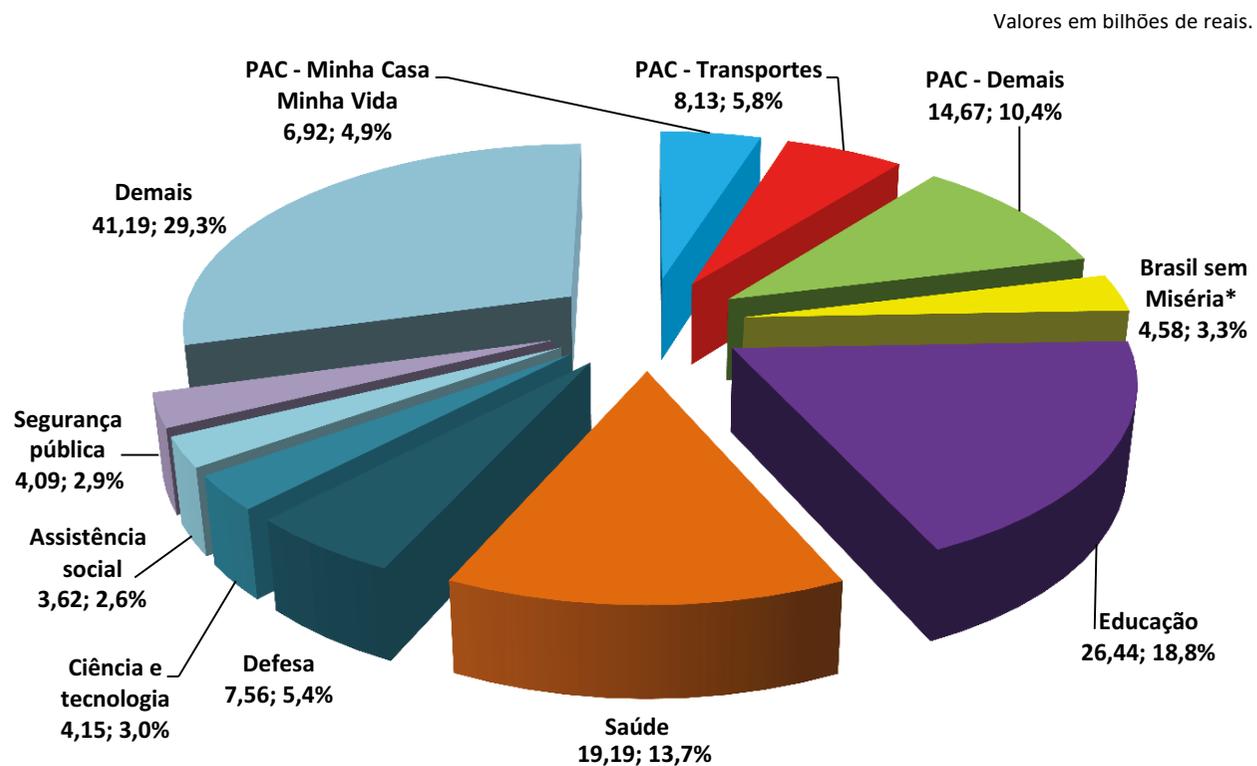
Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

\*UO 33904 – Fundo do regime geral de previdência social.

\*\*Os benefícios assistenciais incluem as ações: 8442 – Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (Bolsa Família); 00H5 – Benefícios de prestação continuada (BPC) e da renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa idosa; 00IN – Benefícios de prestação continuada (BPC) à pessoa com deficiência e da renda mensal vitalícia (RMV) à pessoa com invalidez; 00H4 – Pagamento de seguro-desemprego; 0581 – Abono salarial.

\*\*\*Transferências a estados, DF e municípios correspondem ao montante obrigatório do código "73000" da classificação de órgão orçamentário.

Gráfico 31 – Execução das despesas discricionárias (2016)

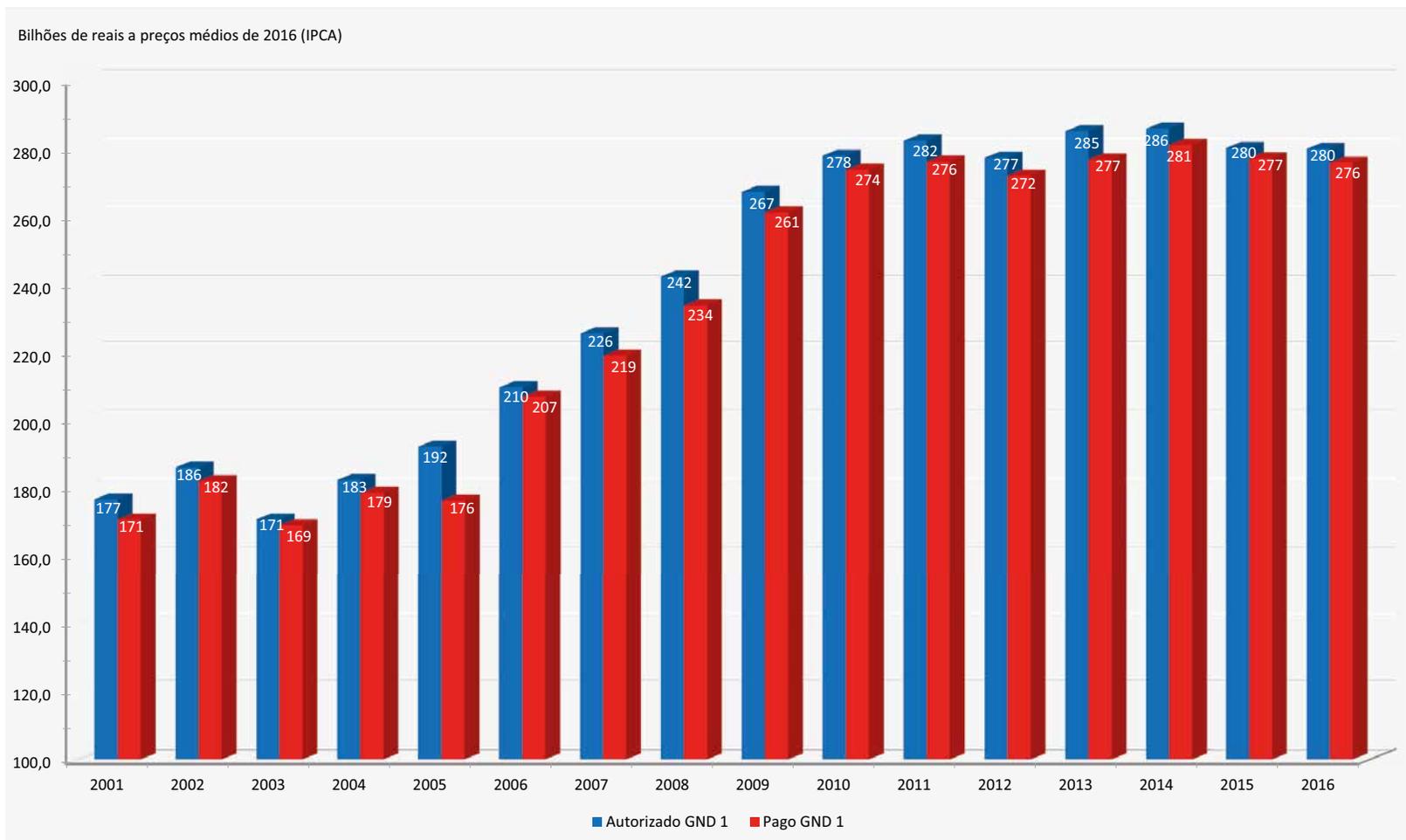


Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

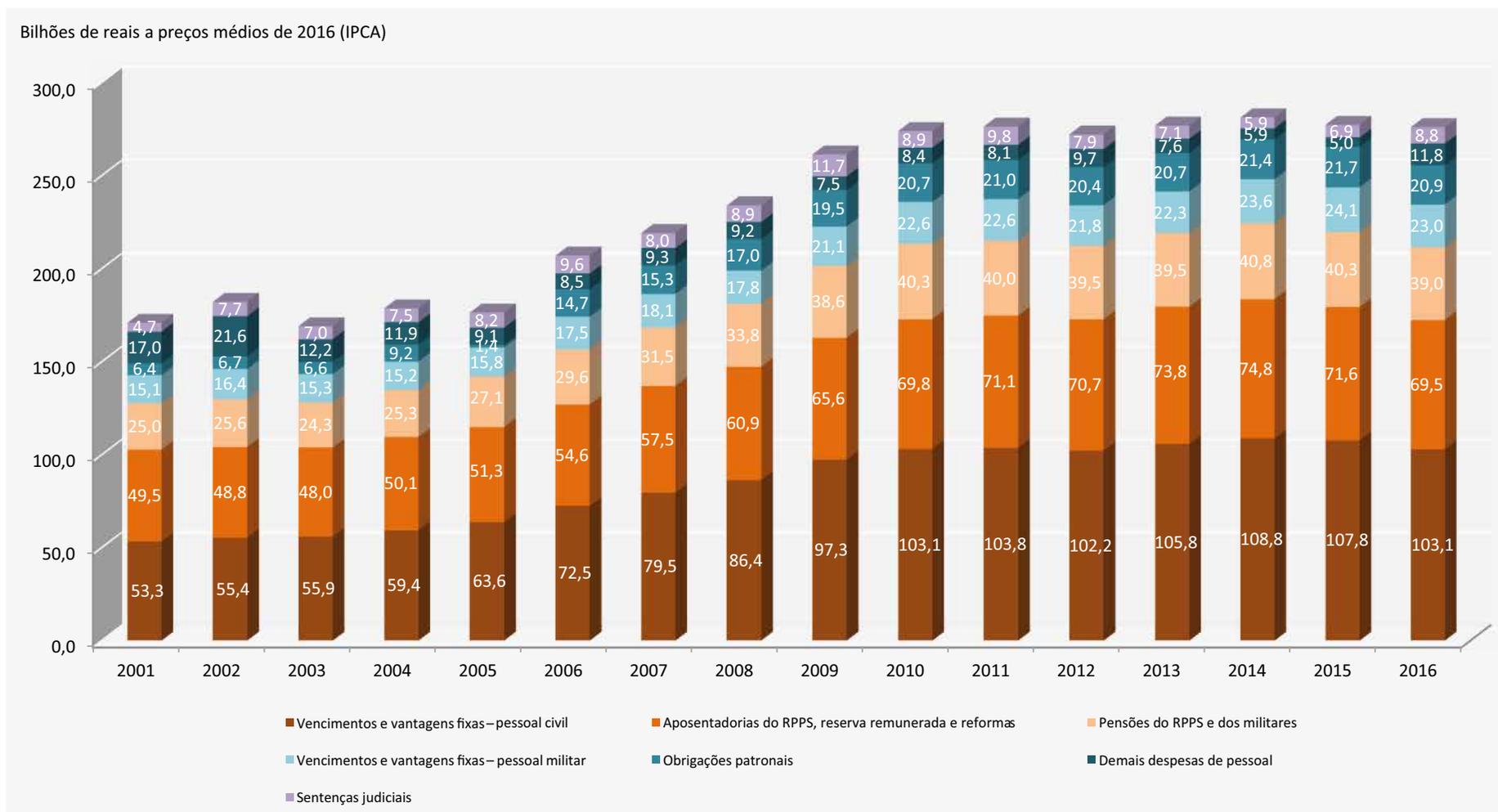
\*Exclusivo o montante de despesa obrigatória classificada como Brasil sem Miséria.

Gráfico 32 – Despesas com pessoal e encargos sociais: autorizado x pago – GND 1 (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 33 – Despesa executada com pessoal por elemento de despesa (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Filtro: GND 1.

Tabela 9 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2013-2017)

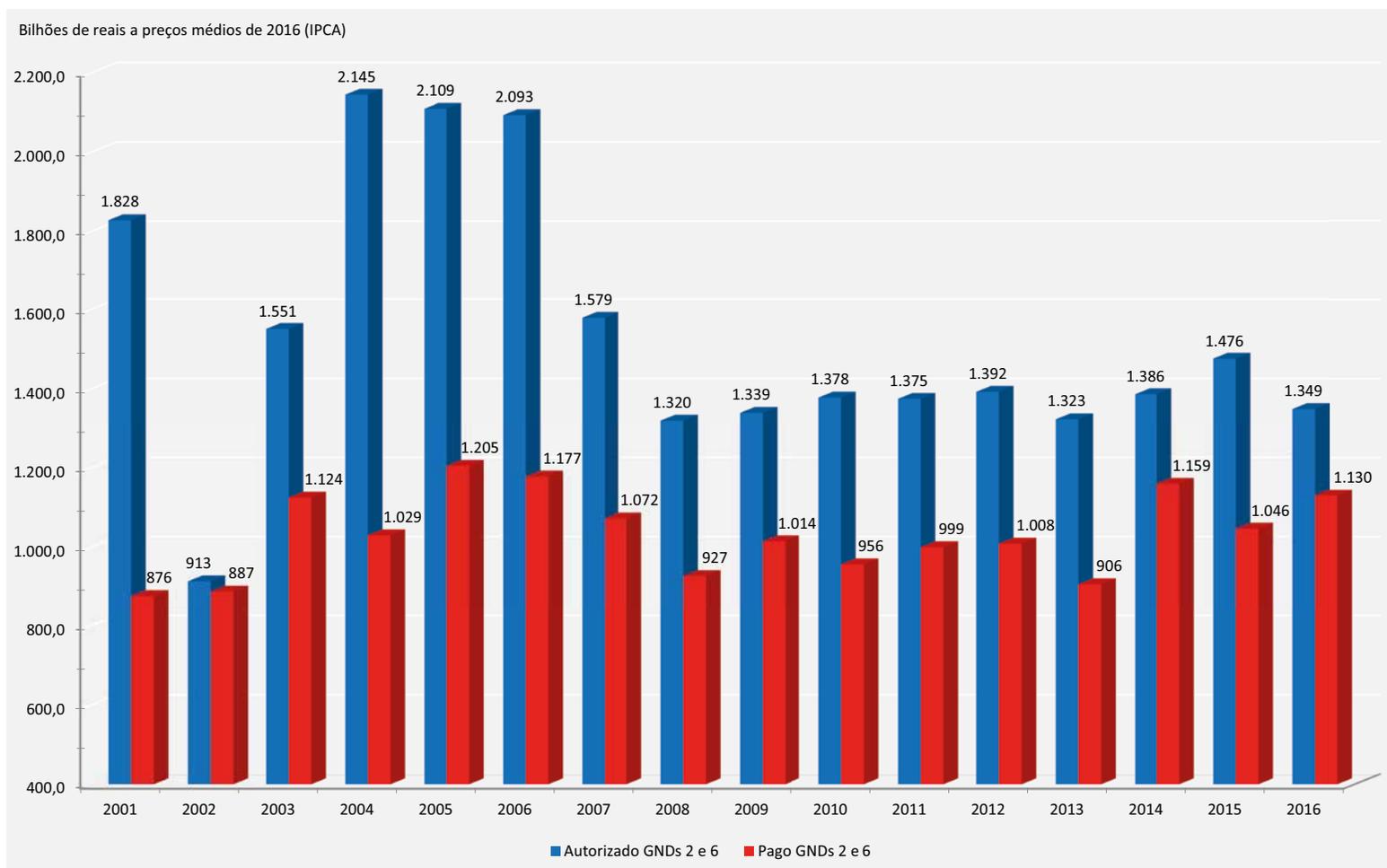
Valores em milhões de reais.

Poder	Limite LRF	Pago 2013	% RCL	Pago 2014	% RCL	Pago 2015	% RCL	Pago 2016	% RCL	PL 2017	% RCL
Poder Executivo	37,90 %	173.614,5	26,46 %	188.166,9	29,33 %	208.775,1	30,95 %	216.963,7	30,03 %	244.739,2	32,28 %
Poder Legislativo	2,50 %	7.906,3	1,21 %	8.352,2	1,30 %	9.063,5	1,34 %	9.273,5	1,28 %	10.234,4	1,35 %
Poder Judiciário	6,00 %	23.387,2	3,56 %	25.124,1	3,92 %	27.551,3	4,08 %	29.578,7	4,09 %	32.290,5	4,26 %
Ministério Público e CNMP	0,60 %	2.954,4	0,45 %	3.218,9	0,50 %	3.636,3	0,54 %	3.934,8	0,54 %	4.340,9	0,57 %
Demais (incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19/1998)	3,00 %	13.064,2	1,99 %	14.583,9	2,27 %	8.106,5	1,20 %	13.479,5	1,87 %	15.371,0	2,03 %
<b>Total</b>	<b>50,00 %</b>	<b>220.926,5</b>	<b>33,67 %</b>	<b>239.446,1</b>	<b>37,32 %</b>	<b>257.132,8</b>	<b>38,12 %</b>	<b>277.350,4</b>	<b>38,39 %</b>	<b>306.975,9</b>	<b>40,48 %</b>
<b>Receita corrente líquida – RCL</b>		<b>656.094,2</b>		<b>641.578,2</b>		<b>674.522,7</b>		<b>722.474,3</b>		<b>758.274,0</b>	

Fonte: Prodasen/Siafi.

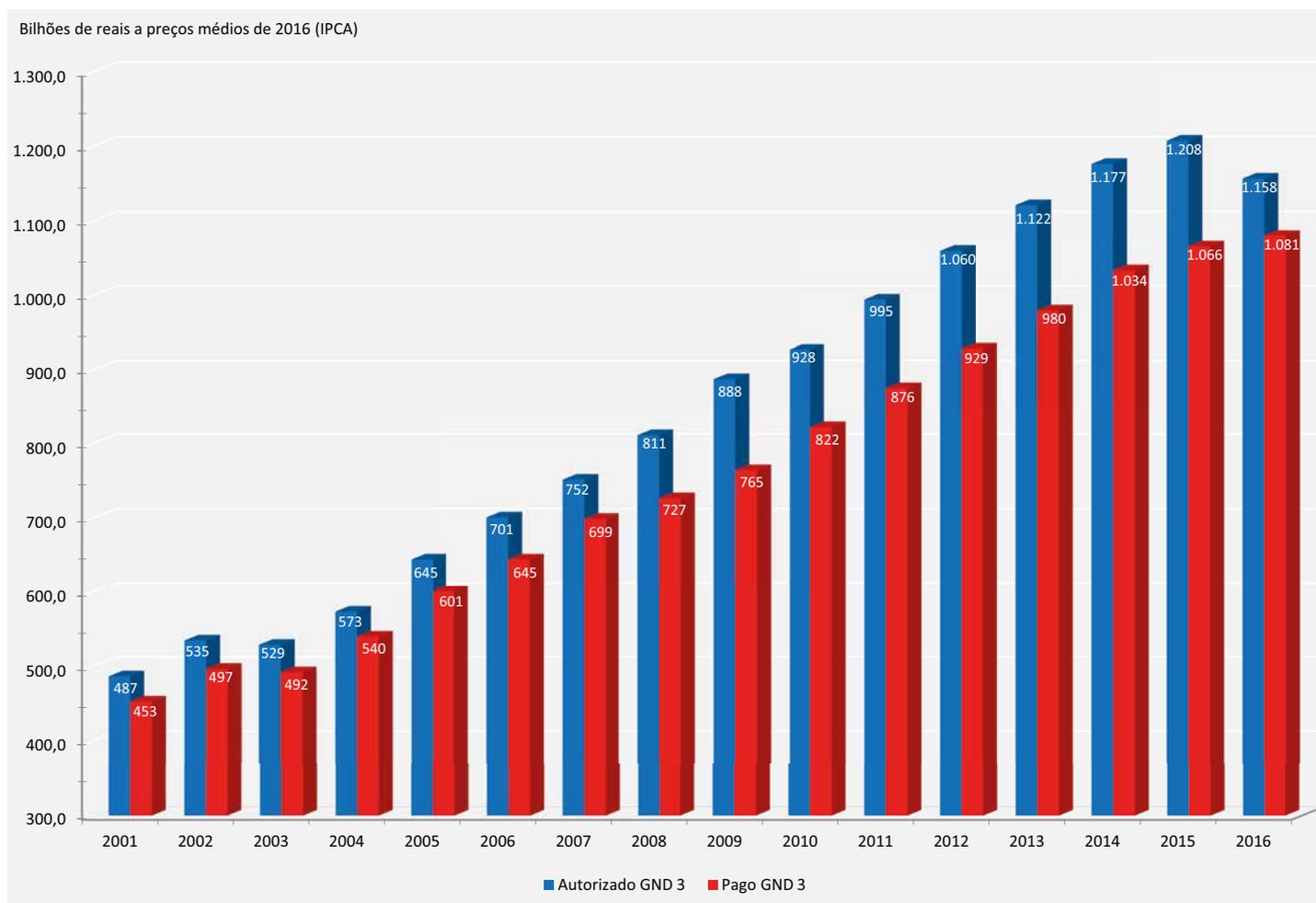
Obs.: arts.19 e 20 da LC 101/2000 - LRF: GND 1 – Pessoal e encargos sociais + outras despesas de pessoal (terceirização), conf. § 1º do art. 18 da LRF. Apurado, porém, com valores segundo regime de caixa (e não de competência, conf. § 2º do art. 18 da LRF).

Gráfico 34 – Despesas com juros e amortização: autorizado x pago – GNDs 2 e 6 (2001-2016)



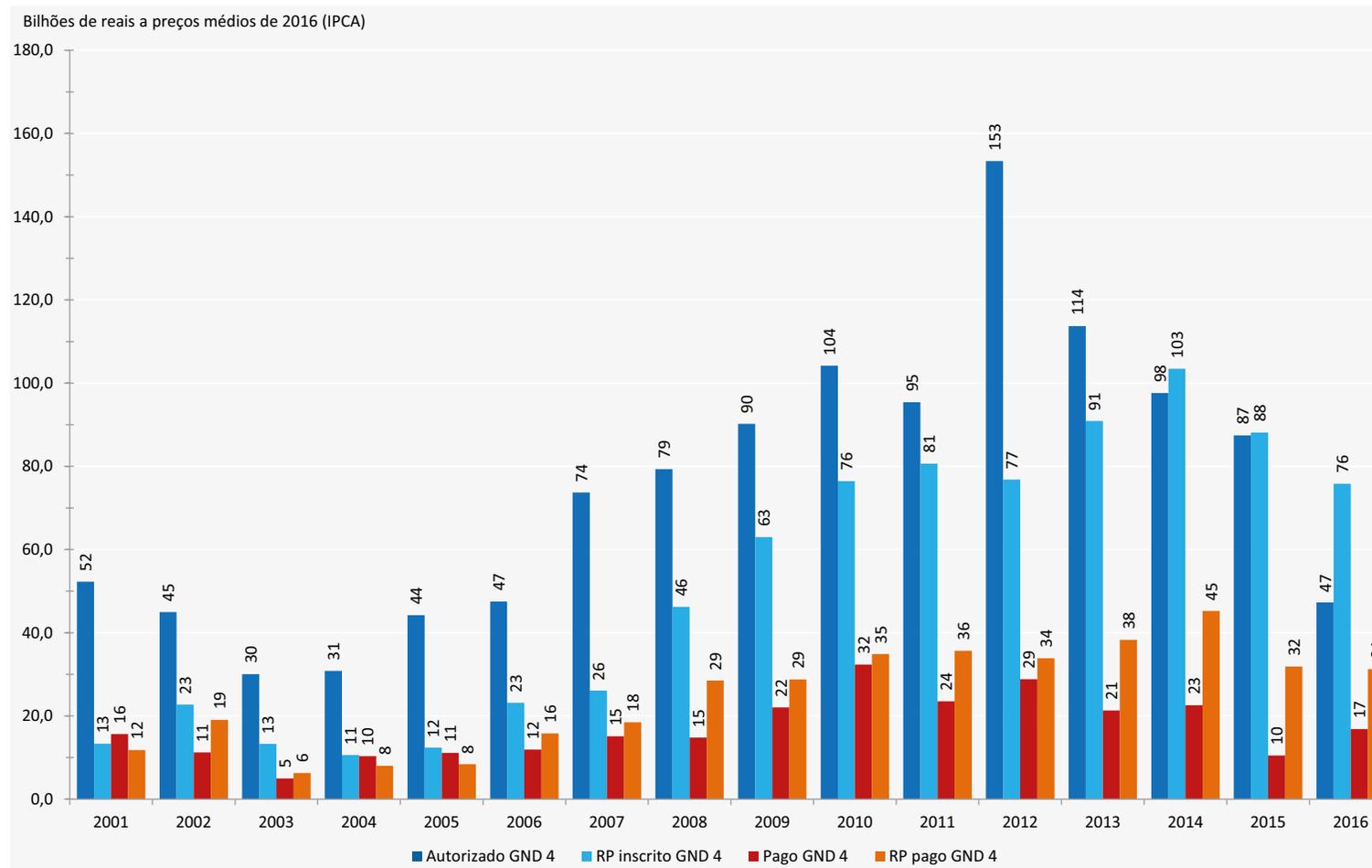
Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 35 – Outras despesas correntes: autorizado x pago – GND 3 (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 36 – Execução dos investimentos – GND 4 (2001-2016)



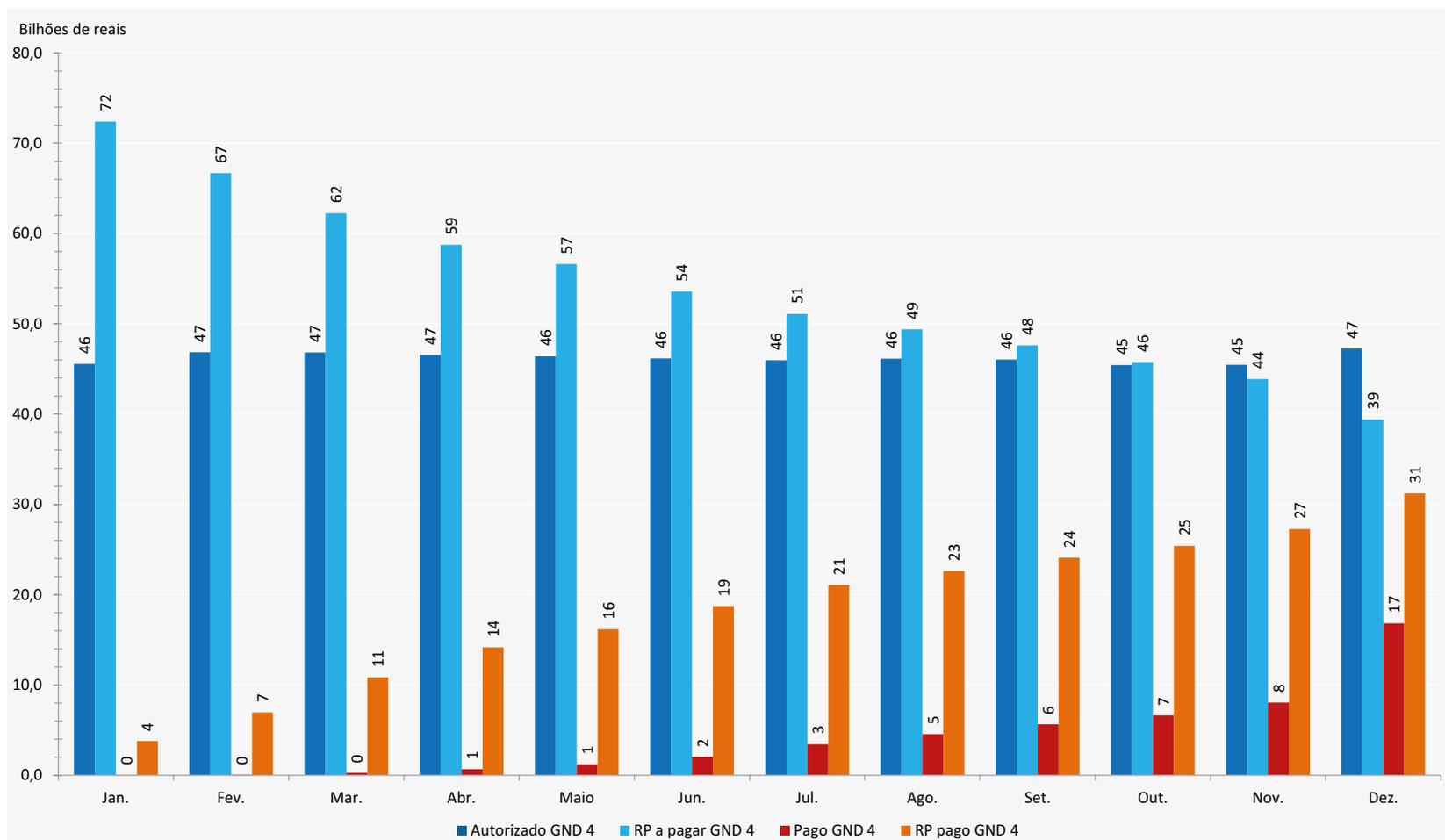
Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

O gráfico 36 demonstra que a execução orçamentária das despesas com investimentos tem se mantido em níveis historicamente baixos. A partir de 2006, observa-se o expressivo crescimento do volume de recursos inscritos em restos a pagar, fazendo

com que o comprometimento financeiro com o pagamento dessa rubrica passasse a superar a execução das despesas com investimentos aprovadas no exercício.

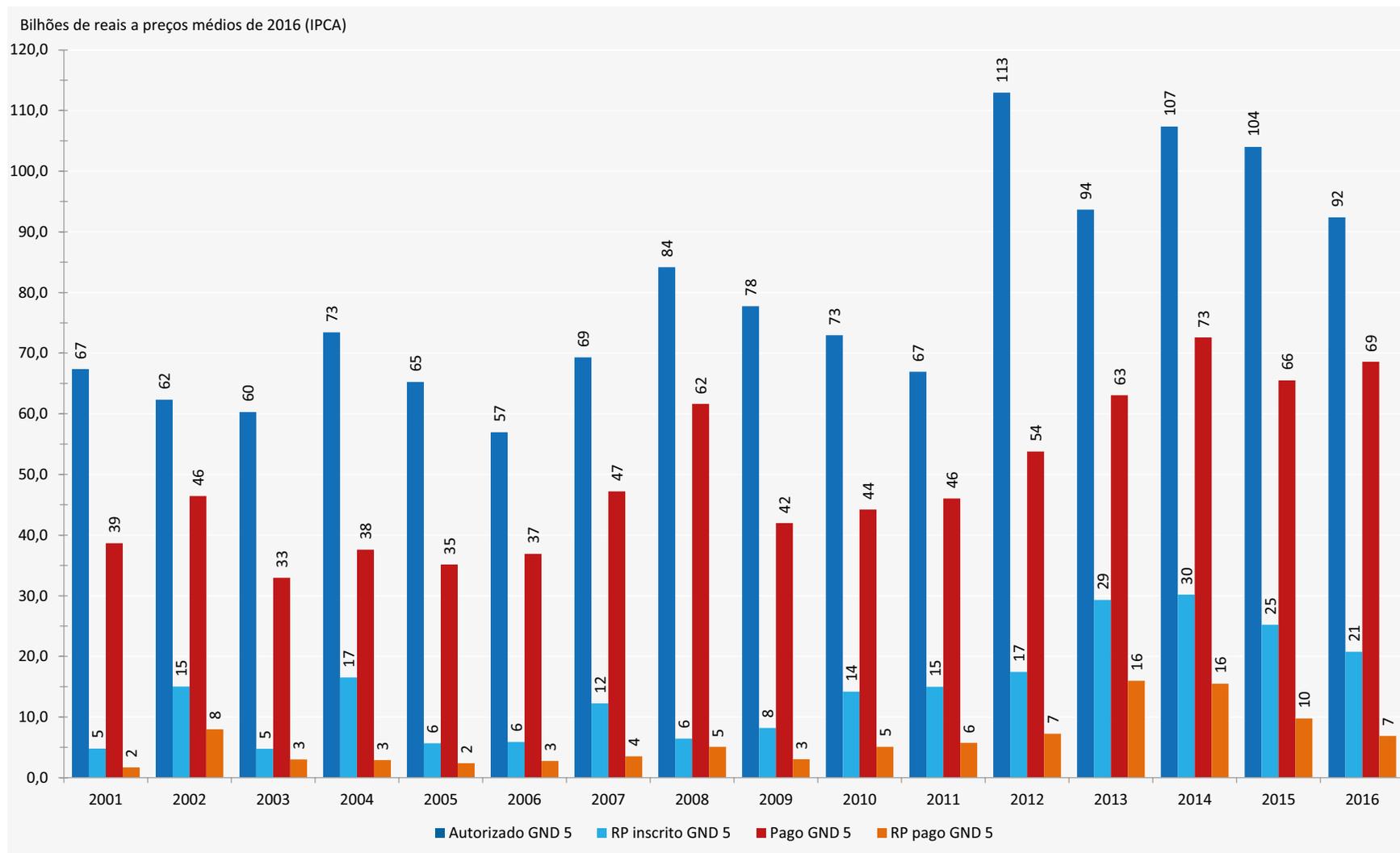
Gráfico 37 – Execução acumulada de investimentos (2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

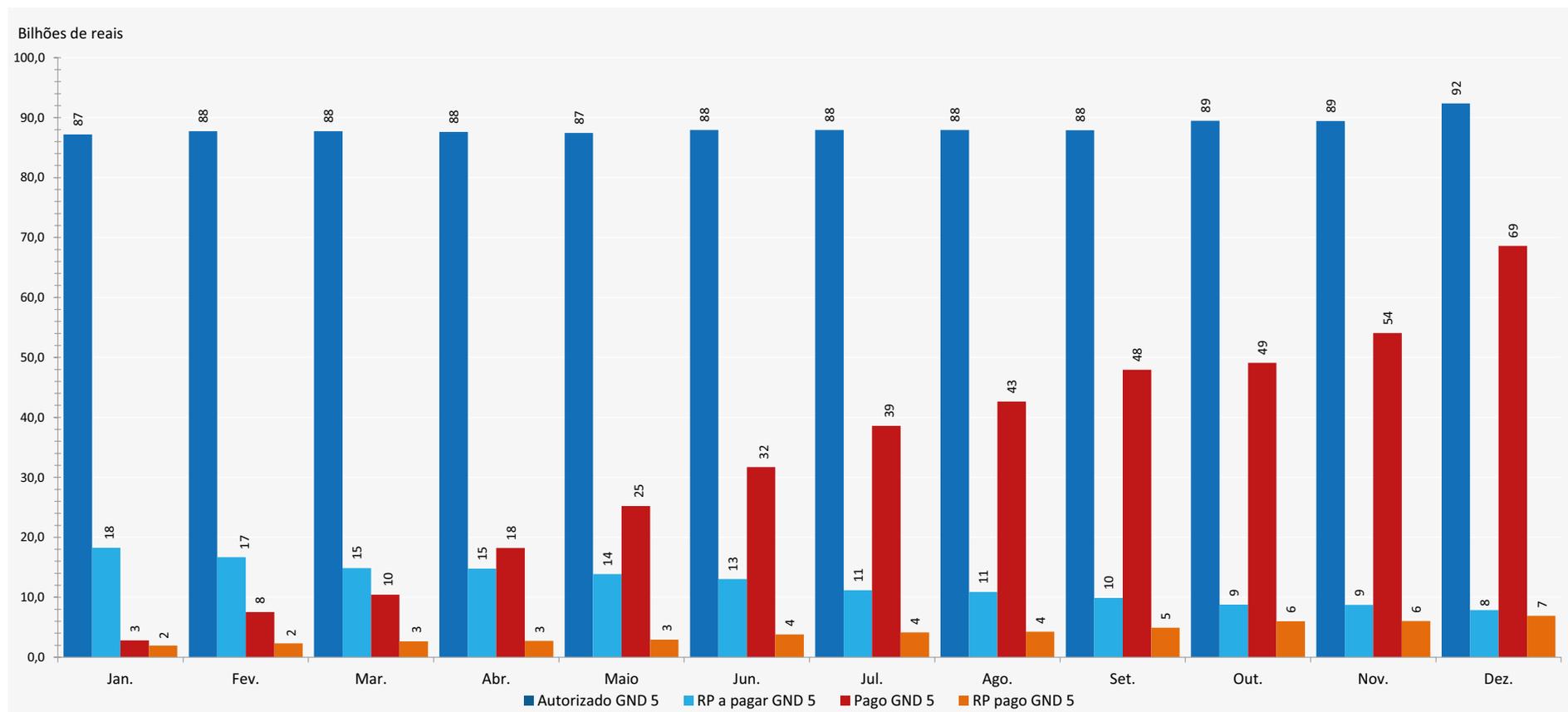
Gráfico 38 – Execução de inversões financeiras – GND 5 (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico 39 – Execução acumulada de inversões financeiras (2016)



Fonte: Prodasen/Safi.

Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

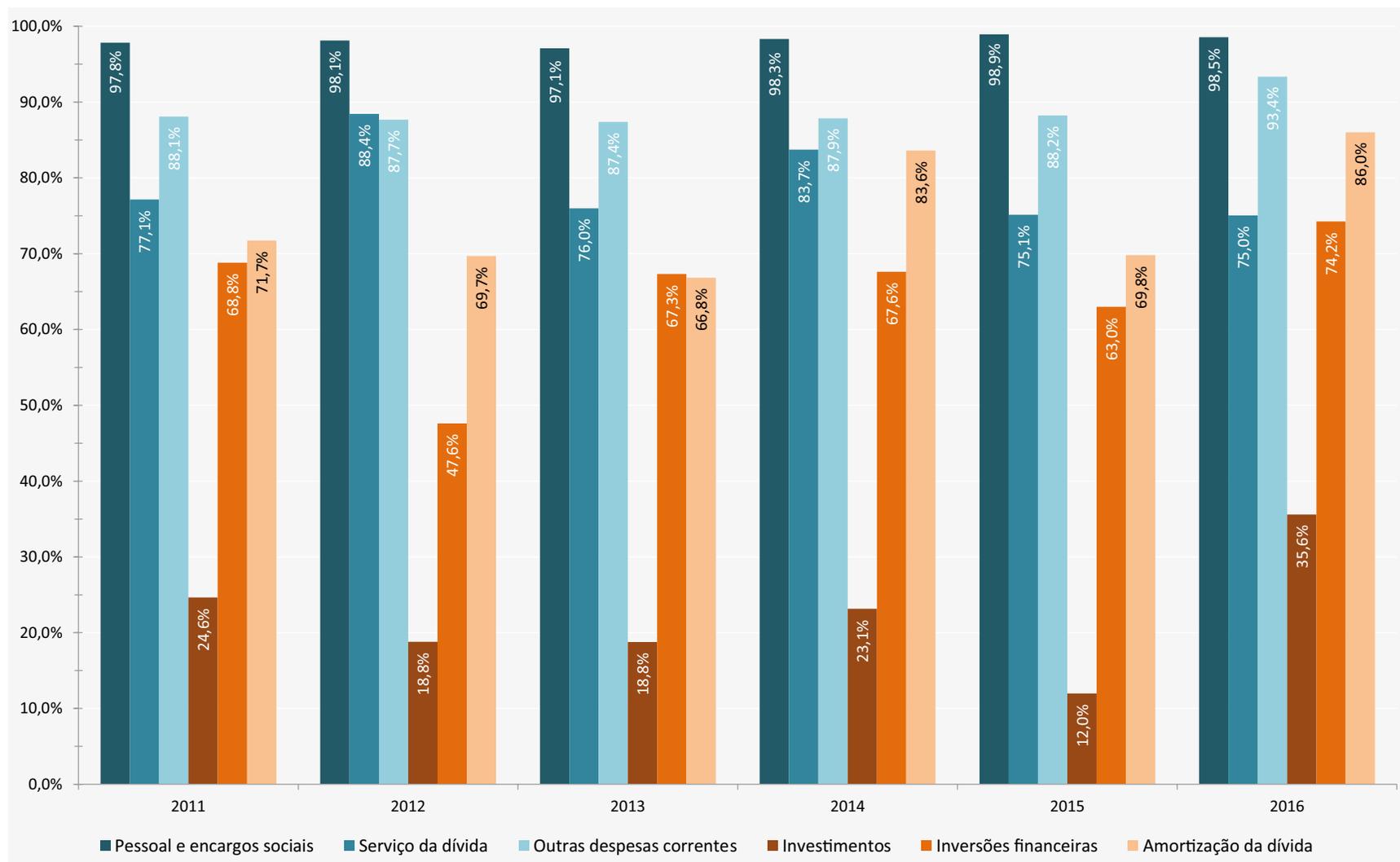
Tabela 10 – Despesa dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social por GND (2015-2016)

Valores em bilhões de reais.

GND	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Pessoal e encargos sociais	280,1	277,3	276,0	0,9	257,8	255,1	1,6	98,5%	98,9%	7,9%
Juros e encargos da dívida	273,1	205,0	204,9	0,0	277,3	208,4	0,0	75,0%	75,1%	-1,7%
Outras despesas correntes	1.157,5	1.139,3	1.080,6	66,5	1.111,2	980,4	81,6	93,4%	88,2%	8,0%
Investimentos	47,3	38,1	16,8	31,2	80,4	9,6	29,3	35,6%	12,0%	23,4%
Inversões financeiras	92,4	76,5	68,6	6,9	95,7	60,3	9,0	74,2%	63,0%	9,0%
Amortização/refinanciamento da dívida	1.075,8	925,3	925,3	0,0	1.080,0	753,9	0,0	86,0%	69,8%	22,7%
<b>Total</b>	<b>2.926,2</b>	<b>2.661,5</b>	<b>2.572,2</b>	<b>105,6</b>	<b>2.902,4</b>	<b>2.267,6</b>	<b>121,6</b>	<b>87,9%</b>	<b>78,1%</b>	<b>12,1%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 40 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada por GND (2011-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

Entre as transferências da União a estados, Distrito Federal e municípios por determinação constitucional ou legal, as principais referem-se às transferências para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os montantes desses fundos correspondem a, respectivamente, 21,5% e 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

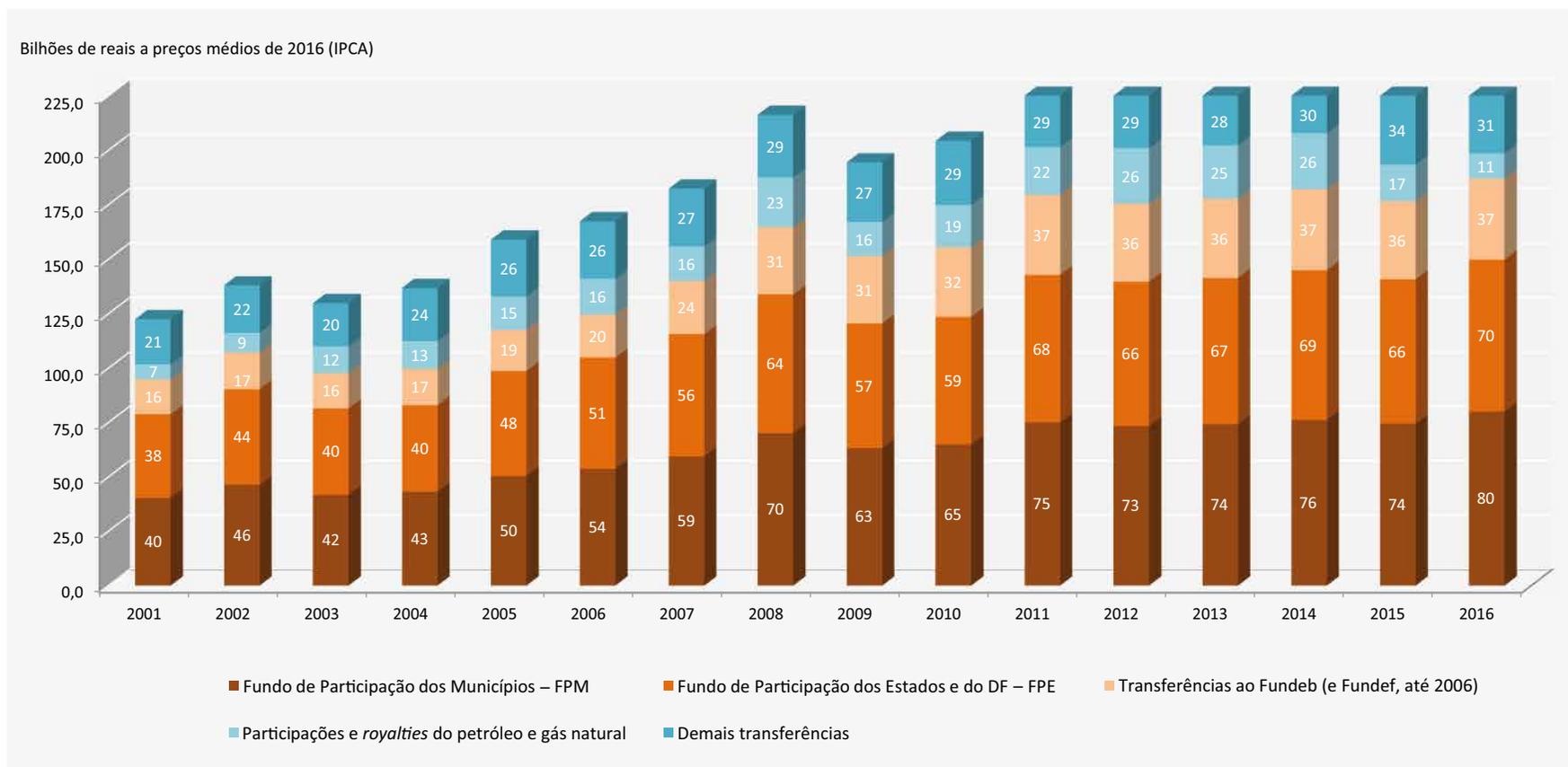
Além do FPE e do FPM, destacam-se, em conformidade com o art. 60 do ADCT, as transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Constituem receitas do Fundeb 20% incidentes sobre:

- a) receitas estaduais e do DF: ITCMD, ICMS, IPVA e imposto residual sobre a parcela pertencente aos estados e DF (arts. 155 e 157, II, da CF);
- b) cotas municipais: ITR, IPVA e ICMS (art. 158, II, III e IV, da CF);
- c) FPE, FPM e IPI-Exportação (art. 159, I, “a” e “b”, e II, da CF); e
- d) compensação pela desoneração de ICMS aos estados exportadores (LC n° 87/1998 e § 1° do art. 3° da Lei n° 11.494/2007).

Além disso, a União complementa o Fundeb com 10% do total dos recursos do fundo, nos termos da alínea “d” do inciso VII do art. 60 do ADCT.

# 7 Transferências constitucionais E LEGAIS (2001-2016)

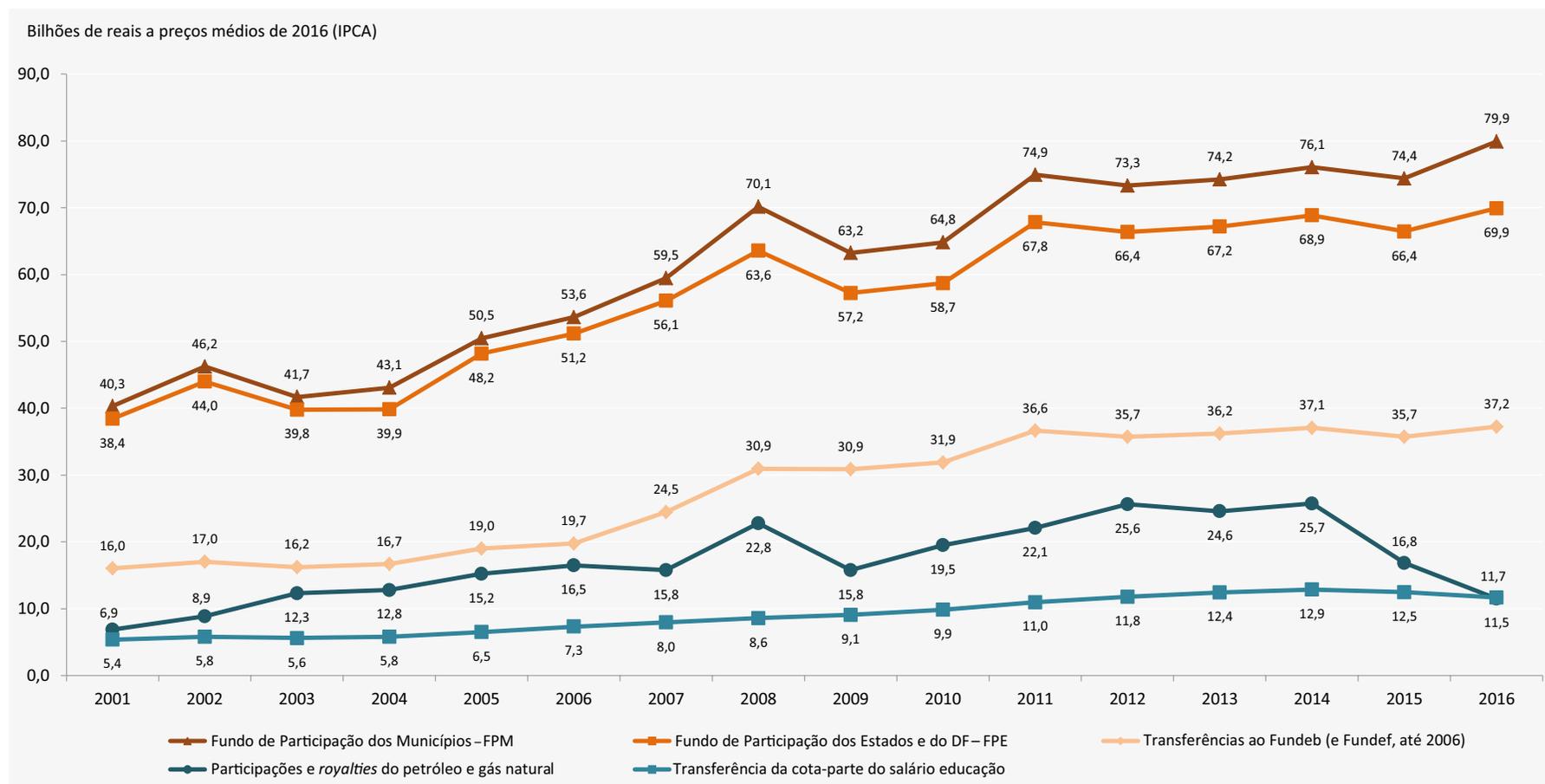
Gráfico 41 – Transferências constitucionais e legais (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: órgão orçamentário "73000" exceto GND 1. Valores pagos mais RAP pagos.

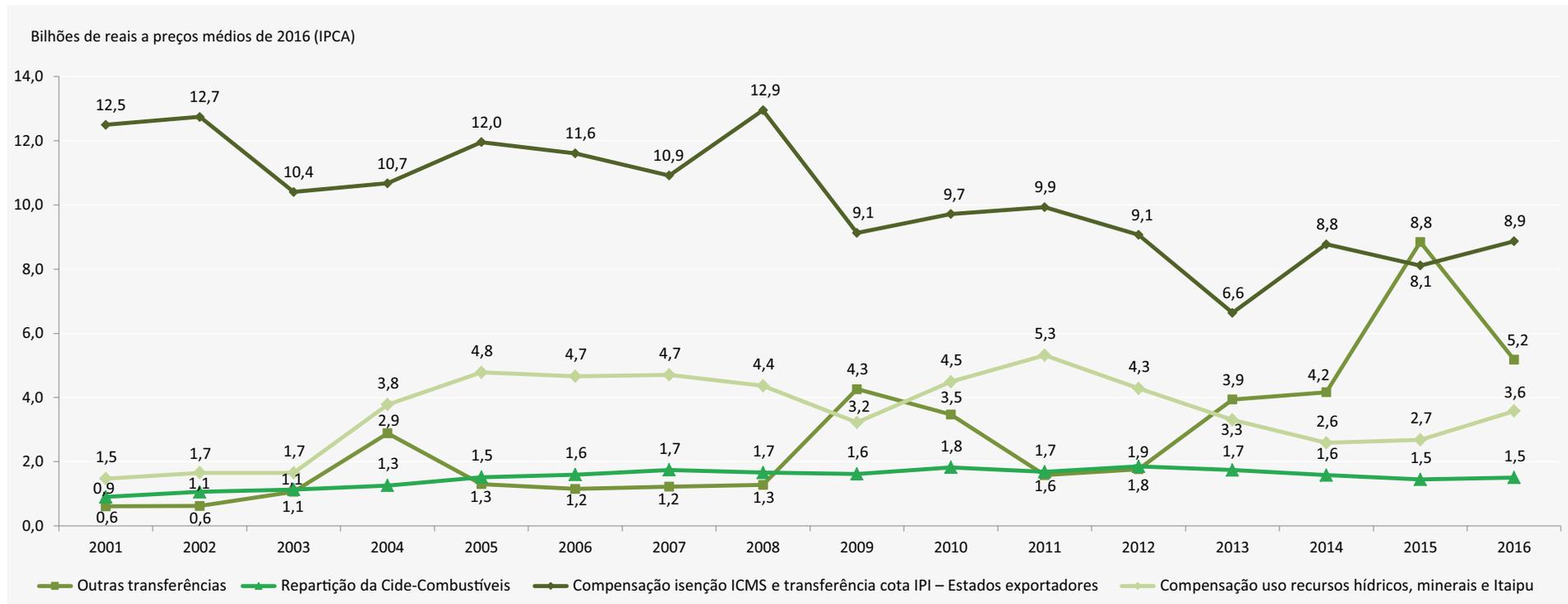
Gráfico 42 – Principais transferências constitucionais (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: órgão orçamentário "73000" exceto GND 1. Valores pagos mais RAP pagos.

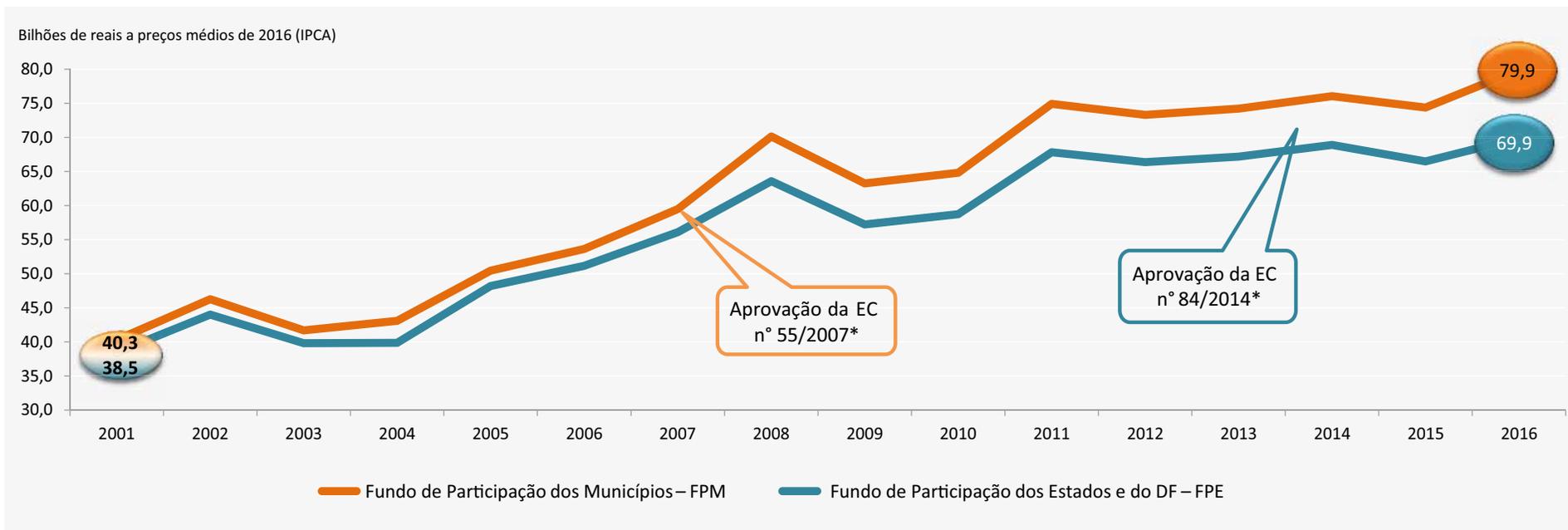
Gráfico 43 – Demais transferências legais (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: órgão orçamentário "73000" exceto GND 1. Valores pagos mais RAP pagos.

Gráfico 44 – Evolução do FPM x FPE (2001-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: valores pagos mais RAP pagos.

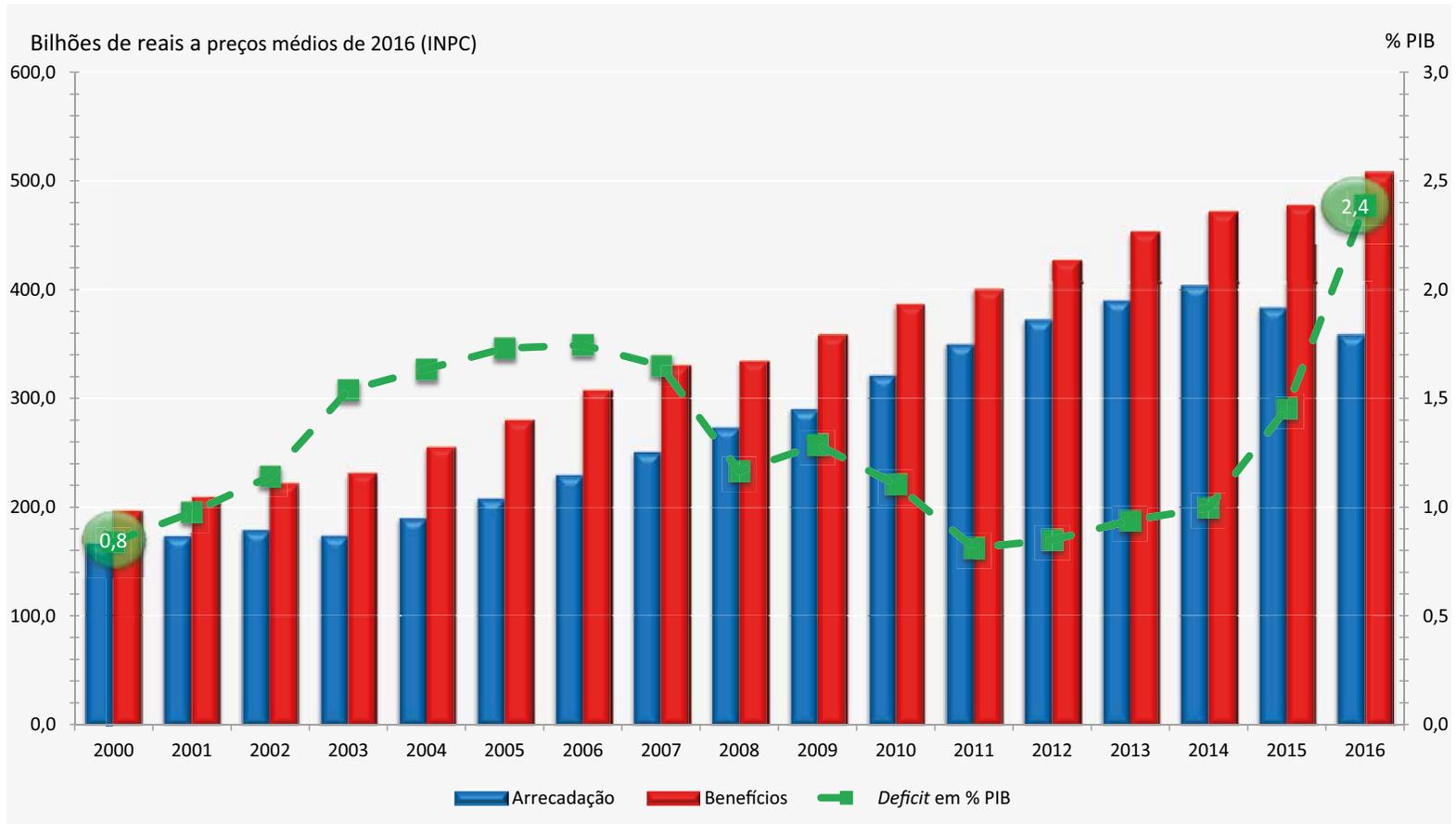
\* As EC nº 55/2007 e nº 84/2014 aumentaram em 1,0% cada uma o repasse do IPI para municípios.

Entre 2000 e 2006, conforme demonstrado no gráfico 45, a Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social (NFPS) apresentou trajetória crescente em percentual do PIB. Essa trajetória passou a declinar a partir de 2007, atingindo o menor percentual em 2011 e 2012, cerca de 0,9% do PIB. O declínio deve-se, principalmente, ao aumento da arrecadação motivado pelo aumento do salário médio dos trabalhadores e pela ampliação do número de contribuintes para a Previdência Social. De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social, o quantitativo de contribuintes pessoas físicas que fizeram pelo menos uma contribuição no ano para o Regime Geral de Previdência Social cresceu de 39,85 milhões, em 2003, para 67,15 milhões, em 2012, o que implicou elevação de 68,5%. A partir de 2012, a NFPS voltou a apresentar trajetória crescente, atingindo em 2016 o percentual de 2,4% do PIB.



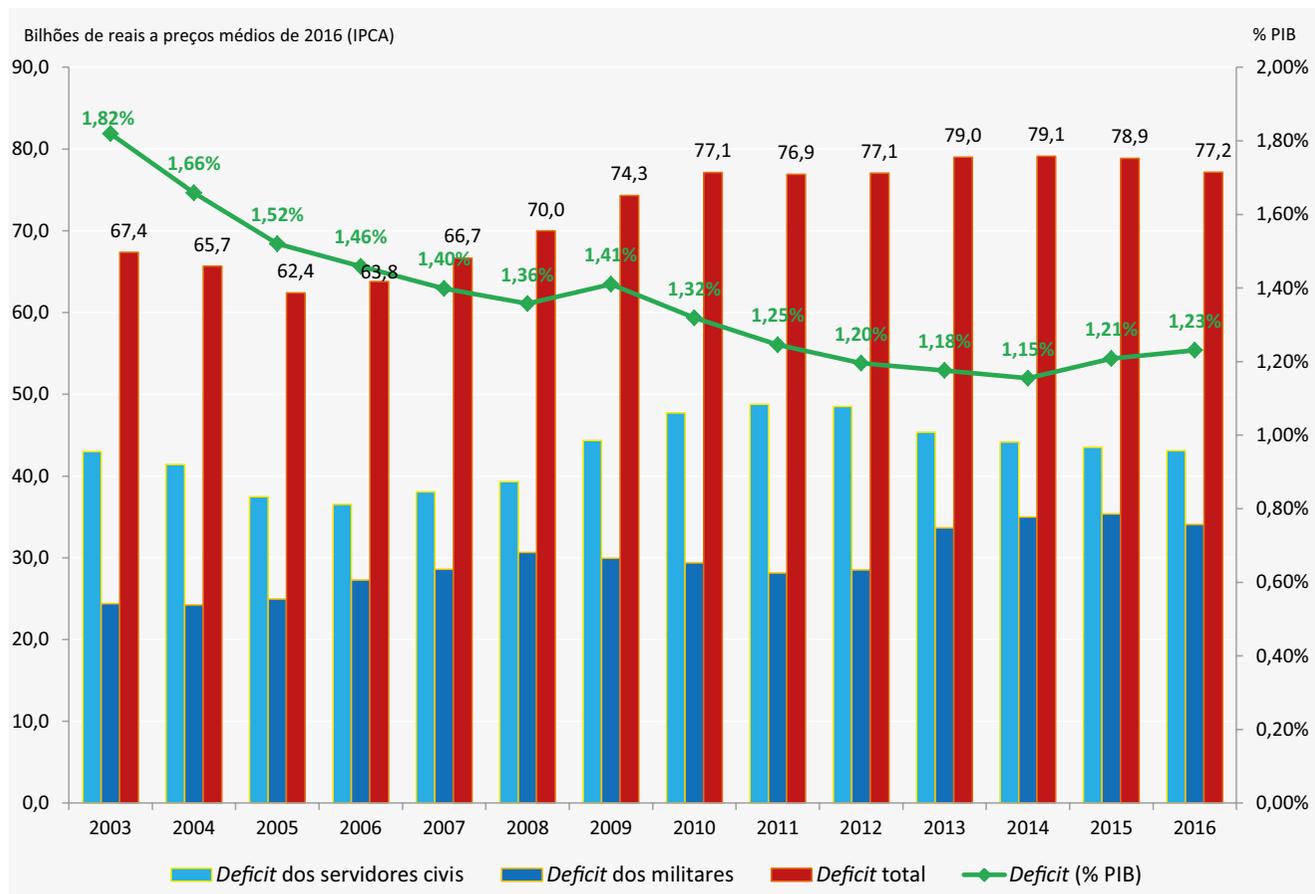
## Previdência e Assistência SOCIAL (2000-2016)

Gráfico 45 – Previdência Social: receita, despesa e NFPS (2000-2016)



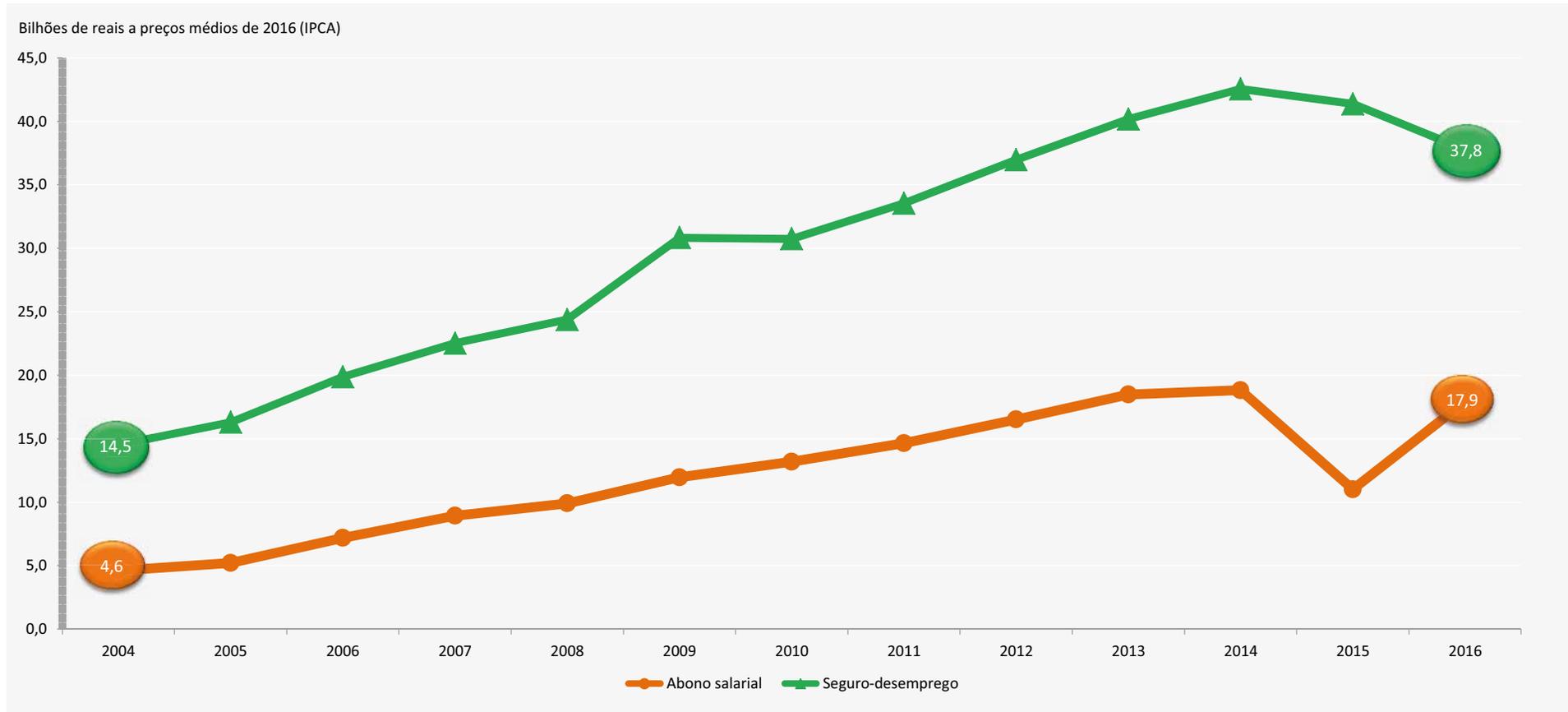
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.

Gráfico 46 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e *deficit* (2003-2016)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO da STN.

Gráfico 47 – Seguro-desemprego x abono salarial (2004-2016)

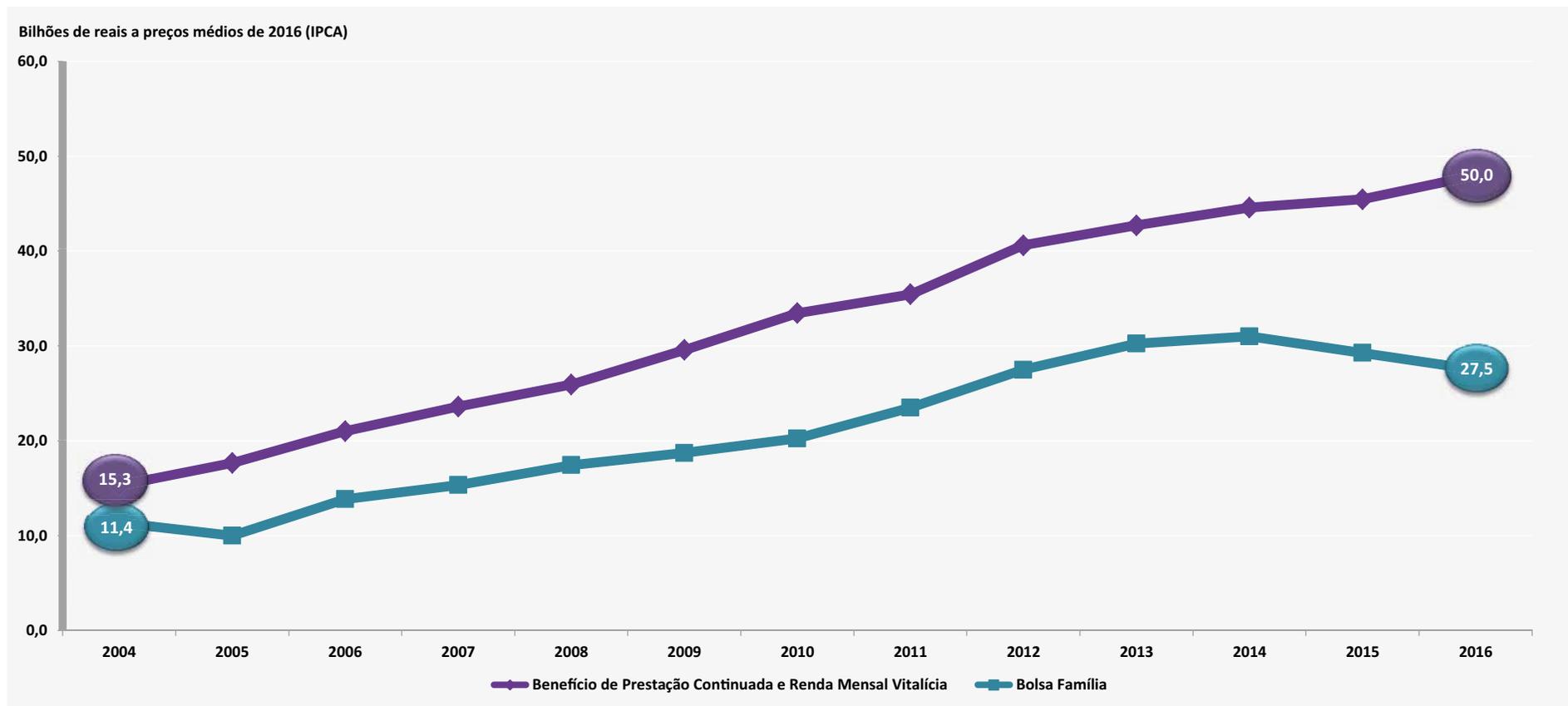


Fonte: Prodasen/Siafi.

As despesas com pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial apresentaram trajetória crescente, em face do incremento do número de trabalhadores formais no mercado de trabalho, da relativa manutenção da taxa de rotatividade

de mão de obra e da sucessão de aumentos reais do salário mínimo. Ressalta-se, contudo, que em 2015 houve uma inflexão das despesas executadas com o abono salarial, provocada pela mudança de calendário de pagamento desse abono.

Gráfico 48 – Execução do Bolsa Família, do benefício de prestação continuada e da renda mensal vitalícia (2004-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Os pagamentos do benefício de prestação continuada (BPC), da renda mensal vitalícia (RMV) e do Programa Bolsa Família (PBF) apresentaram significativa trajetória crescente. No caso do BPC, a razão dessa trajetória deve-se ao aumento do salário mínimo e ao crescimento do quantitativo de beneficiários do BPC. No caso do PBF,

vários fatores contribuíram para o aumento dos gastos, podendo ser enumerados: a) aumento no quantitativo de famílias atendidas; b) mudanças na legislação que incorporaram novos tipos de benefícios; c) elevação da renda familiar *per capita* para acesso ao benefício; e d) aumento no valor dos benefícios.

Segundo consta do *Balanço de quatro anos do PAC 2007-2010*, elaborado pelo MPOG,<sup>1</sup> o PAC, lançado em janeiro de 2007, tinha como principais desafios estabilizar a economia e implementar um novo modelo de desenvolvimento para o país, combinando crescimento com distribuição de renda.

Com esses objetivos, os investimentos públicos dobraram entre 2007 e 2010, passando de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% do PIB nos 12 meses encerrados em outubro de 2010. No período, foram executados 559,6 bilhões de reais, equivalentes a 85,1% do total inicialmente previsto.

Em 2011, foi lançado o PAC 2 (2011-2014), também com objetivos estratégicos para a execução de obras estruturantes. O *11º Balanço do PAC 2*, publicado em 11/12/2014,<sup>2</sup> registrou a conclusão de 99,7% das ações previstas para o período.

Contudo, ao se analisar o percentual de execução das despesas do PAC (filtro RP 3) constante do gráfico 28, observa-se um percentual médio de execução de 82,9% entre 2006 e 2016. Ademais, o gráfico 49 mostra que os pagamentos em cada exercício não se aproximam do montante empenhado, resultando em um acúmulo do estoque de restos a pagar nas despesas do PAC.

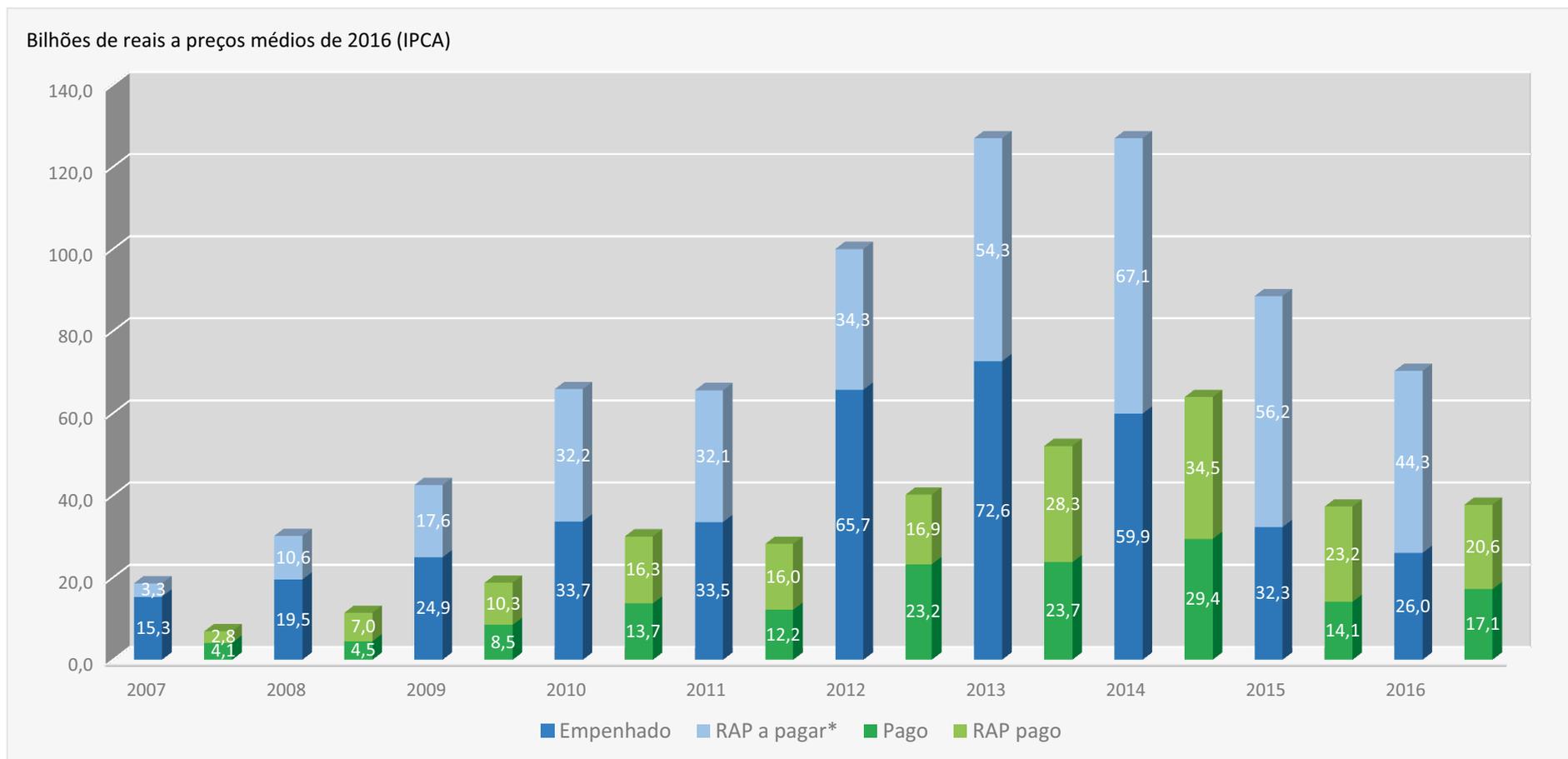
1 Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso: 13 de junho de 2017.

2 Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso: 13 de junho de 2017.



## Programa de Aceleração do CRESCIMENTO (PAC) (2007-2016)

Gráfico 49 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

\* RAP inscrito – RAP cancelado.

Tabela 11 – Nível de execução do PAC por GND (2015-2016)

Valores em milhões de reais.

GND	2016				2015			Nível de execução		Variação (%)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
4 - Investimentos	21.111,2	18.888,0	10.306,6	19.318,2	5.812,3	5.812,3	19.318,2	48,8%	15,6%	31,9%
5 - Inversões financeiras	7.130,1	7.094,0	6.830,4	1.263,0	7.148,5	7.148,5	1.263,0	95,8%	48,2%	-31,4%
<b>Total</b>	<b>28.241,3</b>	<b>25.982,0</b>	<b>17.137,0</b>	<b>20.581,2</b>	<b>12.960,8</b>	<b>12.960,8</b>	<b>20.581,2</b>	<b>60,7%</b>	<b>24,9%</b>	<b>10,1%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 12 – Nível de execução do PAC por GND e órgão (2015-2016)

Valores em milhões de reais.

GND	Órgão (Cod)	2016				2015			Nível de execução		Varição (%)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Investimentos	20000 – Presidência da República	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0	31,4	0,00%	0,00%	-32,93%
	22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	211,8	0,00%	0,00%	-84,51%
	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	36,4	36,4	8,3	0,0			22,71%		-100,00%	-100,0%
	26000 – Ministério da Educação	1.692,8	1.667,4	497,0	2.031,8	6.386,1	198,8	1.542,3	29,36%	3,11%	45,24%
	28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	150,0	150,0	0,0	0,0			0,00%		-100,00%	-100,0%
	32000 – Ministério de Minas e Energia	27,8	2,8	2,4	4,9	10,3	1,2	5,3	8,49%	11,80%	11,71%
	36000 – Ministério da Saúde	983,7	784,5	595,2	583,2	1.443,3	641,5	652,2	60,51%	44,44%	-8,91%
	39000 – Ministério dos Transportes	7.784,1	7.006,8	3.550,1	6.882,0	11.167,3	1.956,2	6.002,8	45,61%	17,52%	31,07%
	41000 – Ministério das Comunicações	0,9	0,9	0,0	6,8	32,2	0,6	2,5	0,00%	1,87%	117,45%
	42000 – Ministério da Cultura	67,4	67,2	61,4	151,4	170,0	30,0	87,5	91,17%	17,63%	81,20%
	47000 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0,2	0,2	0,0	0,6	0,4	0,0	21,1	0,00%	0,00%	-97,28%
	49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	380,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%	0,00%
	51000 – Ministério do Esporte	477,8	336,5	176,4	767,3	1.611,1	244,4	874,1	36,92%	15,17%	-15,63%
	52000 – Ministério da Defesa	4.423,0	4.305,1	3.236,6	3.166,4	5.705,4	1.303,8	1.833,8	73,18%	22,85%	104,07%
	53000 – Ministério da Integração Nacional	3.618,0	2.966,5	1.407,1	1.716,7	3.950,0	1.052,5	2.356,8	38,89%	26,64%	-8,37%
	54000 – Ministério do Turismo	0,0	0,0	0,0	363,7	0,0	0,0	275,0	0,00%	0,00%	32,26%

Valores em milhões de reais.

GND	Órgão (Cod)	2016				2015			Nível de execução		Variação (%)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
	55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	110,5	110,5	76,5	310,3	201,2	19,3	94,3	69,25%	9,57%	240,72%
	56000 – Ministério das Cidades	1.253,8	1.175,4	659,5	3.100,4	5.429,1	322,3	2.462,3	52,60%	5,94%	35,03%
	62000 – Secretaria de Aviação Civil	138,4	35,7	5,9	37,1	260,8	40,9	55,0	4,30%	15,68%	-55,14%
	65000 – Secretaria de Políticas para as Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,3	0,00%	0,00%	-100,00%
	68000 – Secretaria de Portos	346,4	242,1	30,2	141,8	439,3	0,9	123,8	8,72%	0,20%	37,97%
<b>Total</b>	<b>Investimentos</b>	<b>21.111,2</b>	<b>18.888,0</b>	<b>10.306,6</b>	<b>19.318,2</b>	<b>37.186,7</b>	<b>5.812,3</b>	<b>16.651,3</b>	<b>48,82%</b>	<b>15,63%</b>	<b>31,88%</b>
	39000 – Ministério dos Transportes	173,4	173,4	140,0	0,0	500,0	420,0	0,0	80,72%	84,00%	-66,67%
	41000 – Ministério das Comunicações	717,5	717,5	717,5	14,8	804,0	386,8	0,0	99,99%	48,11%	89,31%
	52000 – Ministério da Defesa	117,8	117,8	117,8	0,0	317,1	296,4	0,0	100,00%	93,47%	-60,24%
	56000 – Ministério das Cidades	4.474,3	4.474,3	4.474,3	571,5	10.459,9	4.443,5	4.144,3	100,00%	42,48%	-41,24%
	62000 – Secretaria de Aviação Civil	1.460,7	1.427,8	1.299,9	497,9	2.344,5	1.495,6	339,3	88,99%	63,79%	-2,02%
	68000 – Secretaria de Portos	186,3	183,2	80,9	178,8	335,0	106,2	163,4	43,41%	31,69%	-3,69%
	71000 – Encargos Financeiros da União	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>Inversões financeiras</b>	<b>7.130,1</b>	<b>7.094,0</b>	<b>6.830,4</b>	<b>1.263,0</b>	<b>14.840,5</b>	<b>7.148,5</b>	<b>4.647,0</b>	<b>95,80%</b>	<b>48,17%</b>	<b>-31,39%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>28.241,3</b>	<b>25.982,0</b>	<b>17.137,0</b>	<b>20.581,2</b>	<b>52.027,2</b>	<b>12.960,8</b>	<b>21.298,3</b>	<b>60,68%</b>	<b>24,91%</b>	<b>10,10%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

A seguir são apresentadas tabelas com séries históricas de execução orçamentária por órgão, por função e subfunção.

# 10 Execução ORÇAMENTÁRIA (2004- 2016)

Tabela 13 – Execução por função (2004-2016)

Bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Função	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Administração	20,9	16,2	20,6	15,2	21,7	17,7	27,6	21,4	27,2	21,4	29,9	23,8	32,1	26,7	29,9	24,3	33,5	24,4	32,5	24,4	29,8	23,0	31,9	22,4	28,1	22,7
Agricultura	24,9	14,4	22,7	14,2	24,3	15,2	27,7	13,9	25,5	12,9	28,5	17,7	29,8	13,6	28,6	13,6	29,8	13,7	31,5	12,3	29,2	12,0	31,3	19,6	30,3	19,7
Assistência social	29,0	27,5	30,4	29,5	41,0	38,7	43,6	42,9	48,3	47,2	54,3	52,1	59,3	58,2	64,9	63,3	78,0	72,1	83,3	76,6	84,1	79,3	81,1	75,2	80,1	77,6
Ciência e tecnologia	5,6	4,6	7,4	5,1	7,7	5,2	8,1	5,5	9,1	6,6	10,4	7,6	12,2	8,0	10,8	7,0	14,5	7,7	15,3	8,6	11,4	7,1	11,5	6,6	7,7	6,1
Comércio e serviços	6,0	2,9	7,0	3,0	6,6	3,4	7,8	2,7	8,9	2,2	8,5	2,2	8,7	2,2	8,6	1,7	9,1	1,8	8,8	1,6	7,0	1,6	6,4	1,2	4,1	2,4
Comunicações	1,4	0,8	1,9	0,8	1,2	0,8	1,8	0,8	1,1	0,7	1,2	0,6	1,8	0,8	1,9	1,0	2,1	1,0	2,1	1,4	2,1	1,5	1,8	1,3	1,5	1,3
Cultura	0,9	0,5	1,2	0,7	1,3	0,7	1,8	0,8	2,1	0,9	2,1	1,1	3,3	1,2	2,6	0,9	4,1	1,1	4,4	1,1	3,6	1,1	3,0	0,9	2,3	1,0
Defesa nacional	28,1	24,9	31,4	26,8	32,2	28,5	35,4	30,6	39,8	30,8	46,3	36,5	51,9	41,8	48,2	39,2	56,0	39,5	50,1	39,0	50,6	40,6	50,5	36,3	63,0	57,3
Desporto e lazer	0,8	0,3	1,3	0,2	1,9	0,5	2,8	1,3	2,3	0,3	2,3	0,2	3,1	0,4	3,8	0,4	4,8	0,5	5,2	0,5	3,9	1,0	3,7	0,7	1,7	0,5
Direitos da cidadania	1,3	0,9	2,0	1,2	2,2	1,3	2,3	1,1	3,5	1,6	3,0	1,7	3,4	1,9	2,7	1,4	2,9	0,8	2,6	0,9	2,2	0,9	2,4	0,8	3,7	1,8
Educação	31,4	26,8	34,8	26,5	37,1	31,0	43,9	35,0	49,7	39,4	63,1	48,6	79,8	61,4	88,6	66,4	112,2	76,6	113,2	83,1	121,4	95,9	125,6	96,3	109,9	95,2
Encargos especiais	2.352,4	1.207,3	2.348,9	1.409,0	2.333,4	1.388,0	1.845,1	1.307,4	1.632,4	1.213,7	1.670,4	1.266,4	1.692,1	1.220,2	1.719,1	1.289,2	1.768,1	1.303,4	1.684,1	1.197,4	1.785,5	1.478,1	1.899,2	1.393,6	1.715,5	1.459,2
Energia	1,5	0,7	1,5	0,8	1,0	0,7	1,3	0,7	1,3	0,8	1,5	1,0	1,7	0,8	1,4	0,8	1,6	0,9	1,5	1,0	2,6	1,0	2,5	1,7	2,0	1,7
Essencial à Justiça	4,4	4,1	5,2	4,2	5,8	5,3	7,1	6,0	7,8	7,1	8,2	7,5	8,4	7,8	8,5	7,6	5,6	4,9	6,1	5,3	6,8	6,0	7,5	6,4	6,7	6,3
Gestão ambiental	3,2	1,9	5,1	2,2	4,3	2,1	6,6	2,4	7,4	2,5	6,7	2,7	7,3	3,1	7,3	3,3	11,3	3,7	9,5	4,3	10,3	4,1	8,0	3,3	6,5	3,4
Habitação	1,6	0,5	1,4	0,3	2,8	0,1	1,8	0,0	2,1	0,3	1,9	0,2	0,5	0,0	1,0	0,1	1,0	0,2	0,4	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0
Indústria	7,7	2,4	3,5	2,2	4,4	3,6	5,2	4,3	4,2	2,6	5,3	2,1	4,2	2,2	4,3	2,3	3,5	2,5	3,3	2,4	3,1	2,5	3,0	2,1	2,5	2,1
Judiciária	21,5	19,8	23,3	18,8	26,7	24,7	28,7	26,2	31,5	29,4	32,8	30,2	34,3	31,4	32,4	29,8	34,4	30,4	33,6	30,2	34,9	31,6	35,0	31,6	32,8	31,2
Legislativa	7,3	6,7	8,2	6,8	9,3	8,1	9,4	7,9	9,6	7,8	8,8	7,6	9,0	7,9	8,9	8,0	8,8	7,8	8,9	7,7	8,4	7,5	8,2	7,3	7,3	7,0
Organização agrária	6,0	3,6	7,8	4,8	8,5	5,4	9,0	6,2	9,9	4,1	8,9	4,0	8,5	3,3	7,3	3,0	10,6	2,6	12,6	3,4	7,1	3,0	6,4	1,8	4,2	2,3

Bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Função	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Previdência social	336,4	333,2	358,6	354,4	387,6	385,9	412,1	409,4	430,5	399,1	465,5	437,6	492,7	470,7	509,9	488,3	537,1	515,0	563,5	541,8	587,6	559,2	589,0	559,5	596,1	579,9
Relações exteriores	3,5	2,5	3,2	2,6	2,7	2,5	3,2	2,6	2,8	3,1	3,0	2,4	3,3	2,8	3,1	2,7	3,2	3,0	3,0	2,8	2,8	2,8	3,3	3,4	3,4	2,8
Reserva de contingência	37,0	0,0	35,6	0,0	40,8	0,0	39,3	0,0	35,9	0,0	30,3	0,0	20,4	0,0	27,8	0,0	25,3	0,0	31,7	0,0	36,3	0,0	33,2	0,0	75,0	0,0
Saneamento	0,4	0,0	0,4	0,1	0,3	0,0	3,1	0,1	3,3	0,8	4,9	1,3	3,6	0,8	2,5	0,4	5,8	1,0	4,3	0,8	2,7	0,5	2,7	0,3	0,6	0,4
Saúde	69,6	60,9	73,8	62,8	76,8	65,8	86,2	70,2	87,4	73,7	94,1	78,3	96,8	83,5	105,2	90,1	119,2	95,6	117,4	96,5	118,9	102,3	122,9	102,1	112,3	100,2
Segurança pública	6,5	5,0	7,1	4,9	8,0	6,0	10,5	8,0	12,8	9,1	14,1	10,3	16,4	12,0	14,4	9,1	15,4	9,0	14,2	9,0	12,6	8,6	11,8	8,4	10,3	8,4
Trabalho	22,8	21,2	24,7	23,8	30,4	29,6	35,0	34,2	39,5	36,4	48,5	45,2	48,0	46,8	53,8	50,8	65,3	55,6	84,9	80,5	86,6	82,5	76,1	71,0	73,7	70,0
Transporte	11,2	5,0	16,8	6,4	16,4	6,4	24,9	9,6	26,9	7,8	30,5	12,8	37,6	16,5	33,8	15,0	46,1	16,1	30,3	13,2	30,8	14,5	26,8	10,6	17,2	10,1
Urbanismo	3,4	1,5	6,0	1,1	5,6	1,1	9,4	1,3	10,0	1,8	10,6	2,6	11,1	2,7	10,3	1,8	12,3	1,5	11,1	1,3	9,4	1,6	10,4	1,2	4,8	1,5
<b>Total</b>	<b>3.046,5</b>	<b>1.795,9</b>	<b>3.091,8</b>	<b>2.028,3</b>	<b>3.141,8</b>	<b>2.078,4</b>	<b>2.740,5</b>	<b>2.052,5</b>	<b>2.573,0</b>	<b>1.964,0</b>	<b>2.695,3</b>	<b>2.104,3</b>	<b>2.781,2</b>	<b>2.128,6</b>	<b>2.841,7</b>	<b>2.221,3</b>	<b>3.021,4</b>	<b>2.292,2</b>	<b>2.969,4</b>	<b>2.247,3</b>	<b>3.092,5</b>	<b>2.569,9</b>	<b>3.195,3</b>	<b>2.465,8</b>	<b>3.003,4</b>	<b>2.572,2</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 14 – Execução por função (2015-2016)

Valores em bilhões de reais.

Função	2016				2015			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Encargos especiais	1.715,5	1.478,8	1.459,2	12,2	1.746,6	1.281,6	33,41	85,1%	73,4%	11,9%
Previdência social	596,1	595,5	579,9	26,4	541,6	514,5	22,68	97,3%	95,0%	12,9%
Saúde	112,3	108,3	100,2	8,5	113,0	93,9	6,35	89,2%	83,1%	8,5%
Educação	109,9	106,7	95,2	13,9	115,5	88,6	9,44	86,6%	76,7%	11,3%
Assistência social	80,1	79,8	77,6	3,9	74,6	69,2	2,73	96,9%	92,8%	13,2%
Trabalho	73,7	72,4	70,0	1,9	70,0	65,3	1,58	95,1%	93,4%	7,6%
Defesa nacional	63,0	62,1	57,3	7,9	46,4	33,3	6,31	91,0%	71,8%	64,3%
Judiciária	32,8	32,0	31,2	1,8	32,2	29,0	1,49	95,3%	90,1%	8,2%
Agricultura	30,3	26,0	19,7	3,7	28,8	18,0	12,30	65,1%	62,6%	-22,6%
Administração	25,7	24,4	22,7	1,1	23,8	20,6	2,21	88,4%	86,5%	4,6%
Transporte	17,2	14,2	10,1	7,9	24,6	9,8	7,02	58,4%	39,6%	7,2%
Segurança pública	10,3	9,7	8,4	1,3	10,8	7,8	1,14	81,4%	71,7%	9,1%
Ciência e tecnologia	7,7	7,3	6,1	2,4	10,6	6,1	2,16	79,1%	57,7%	3,1%
Legislativa	7,3	7,2	7,0	0,3	7,5	6,8	0,34	96,0%	89,9%	2,7%
Essencial à Justiça	6,7	6,6	6,3	0,5	6,9	5,9	0,38	94,2%	85,2%	8,5%
Gestão ambiental	6,5	5,6	3,4	1,9	7,3	3,0	2,33	52,6%	41,2%	-0,7%
Urbanismo	4,8	3,8	1,5	3,0	9,6	1,1	2,48	31,6%	11,8%	25,6%

Valores em bilhões de reais.

Função	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Organização agrária	4,2	3,0	2,3	1,0	5,9	1,7	1,08	54,3%	28,2%	19,7%
Comércio e serviços	4,1	3,1	2,4	0,8	5,9	1,1	1,70	57,9%	19,0%	12,8%
Direitos da cidadania	3,7	2,4	1,8	0,6	2,2	0,7	0,46	49,5%	32,5%	107,4%
Relações exteriores	3,4	3,0	2,8	0,0	3,1	3,1	0,06	82,4%	100,8%	-10,3%
Indústria	2,5	2,4	2,1	0,2	2,8	2,0	0,17	84,1%	71,6%	6,6%
Cultura	2,3	1,9	1,0	1,1	2,8	0,9	0,91	40,8%	30,6%	17,1%
Energia	2,0	1,9	1,7	0,2	2,3	1,6	0,30	85,7%	67,5%	2,7%
Desporto e lazer	1,7	1,4	0,5	1,4	3,4	0,7	1,35	28,5%	19,2%	-5,5%
Comunicações	1,5	1,4	1,3	0,2	1,6	1,2	0,14	88,5%	74,6%	11,3%
Saneamento	0,6	0,6	0,4	1,4	2,5	0,3	0,95	63,8%	10,5%	46,3%
Reserva de contingência	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
Habitação	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,0	0,08	16,3%	1,3%	35,5%
<b>Total</b>	<b>2.926,2</b>	<b>2.661,5</b>	<b>2.572,2</b>	<b>105,6</b>	<b>2.902,4</b>	<b>2.267,6</b>	<b>121,57</b>	<b>87,9%</b>	<b>78,1%</b>	<b>12,1%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 15 – Execução por subfunção (2004-2016)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Subfunção	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Refinanciamento da dívida interna	1649,5	702,7	1.675,7	918,2	1.426,3	628,3	1.039,0	626,1	730,2	451,7	621,6	405,7	864,9	544,5	918,7	650,5	708,4	392,1	879,2	560,0	871,1	725,6	788,3	607,6	754,3	645,9
Previdência básica	223,6	221,9	270,8	269,1	295,1	294,4	313,3	312,4	327,4	298,2	354,1	327,8	374,4	353,9	391,0	370,8	419,4	398,6	443,8	423,9	467,1	439,8	469,4	440,9	499,7	484,3
Serviço da dívida interna	288,3	219,2	269,0	220,8	486,4	419,8	359,3	302,5	412,2	335,9	506,6	420,5	320,7	294,8	364,2	307,7	501,2	458,4	400,5	312,6	408,3	342,9	593,5	415,4	475,7	372,6
Outros encargos especiais	163,2	110,4	87,2	53,6	106,6	80,8	182,1	148,3	214,4	186,1	217,5	191,7	206,9	121,9	87,8	40,2	202,6	172,6	71,8	49,4	182,4	147,1	211,8	121,5	207,4	186,4
Outras transferências	233,6	224,5	192,6	176,3	199,4	181,6	217,1	201,2	210,0	198,5	206,3	160,6	195,9	168,0	216,4	187,8	232,5	191,5	236,2	195,1	242,7	201,1	221,0	180,1	205,4	191,2
Administração geral	61,0	56,0	67,6	56,5	82,3	77,9	91,9	84,4	100,9	89,8	110,4	102,3	117,6	108,8	118,6	108,7	144,9	132,5	146,4	133,1	145,4	134,6	144,3	134,1	155,7	148,5
Previdência do regime estatutário	78,6	77,9	79,8	78,9	84,0	83,6	88,5	87,7	93,1	92,2	100,9	100,1	106,7	106,1	107,4	106,8	106,3	105,7	108,4	107,4	109,6	108,9	108,9	108,6	86,3	85,9
Reserva de contingência	41,3	0,0	35,6	0,0	40,8	0,0	39,3	0,0	35,9	0,0	30,3	0,0	20,4	0,0	27,8	0,0	25,3	0,0	31,7	0,0	38,0	0,0	39,2	0,0	77,4	0,0
Proteção e benefícios ao trabalhador	0,9	0,8	22,7	22,4	28,2	27,8	32,6	32,1	36,3	34,7	45,4	43,5	45,2	45,0	51,0	49,3	55,0	54,0	60,6	57,8	71,1	69,1	62,5	59,2	67,3	64,4
Transferências para a educação básica									49,0	45,9	61,3	49,8	62,3	54,1	70,2	60,8	74,4	61,5	72,0	61,5	72,2	60,6	69,0	58,9	64,5	60,1
Assistência hospitalar e ambulatorial	4,7	4,2	37,2	34,2	40,2	36,6	45,0	39,9	47,2	41,5	52,1	46,6	56,1	50,0	60,3	53,1	64,1	54,6	60,8	51,7	62,1	54,9	65,8	56,5	58,1	53,2
Ensino superior	14,9	14,1	18,5	14,6	18,2	15,9	20,5	17,3	22,0	18,2	26,3	20,5	30,2	22,6	33,0	25,2	33,3	24,2	35,2	27,8	36,8	30,7	37,5	32,3	33,6	29,6
Assistência comunitária	1,1	0,8	1,7	1,0	3,1	2,1	3,5	2,2	3,7	1,9	22,6	20,6	24,9	22,6	28,3	25,8	36,3	31,5	40,4	35,7	38,7	35,4	35,5	31,2	32,8	30,2
Assistência ao portador de deficiência	0,3	0,2	10,2	10,1	11,7	11,7	12,9	12,9	14,0	14,0	16,1	15,9	17,9	17,9	19,2	18,9	21,5	20,5	22,7	21,5	23,6	22,7	25,4	24,5	27,0	26,6
Atenção básica	2,7	2,2	13,3	11,8	14,7	12,8	16,7	14,5	16,8	15,4	17,6	15,5	18,6	17,0	21,3	18,2	25,9	20,3	26,4	23,0	29,6	25,7	28,6	24,5	26,7	24,7

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Subfunção	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Assistência ao idoso	0,1	0,1	7,8	7,7	9,5	9,3	10,8	10,8	11,9	11,9	14,2	13,7	15,6	15,6	16,3	16,3	19,4	18,3	20,1	19,1	21,0	20,2	20,1	19,3	21,1	20,7
Serviços financeiros	0,4	0,3	1,0	0,7	1,1	0,9	0,9	0,7	0,7	0,4	0,8	0,6	0,8	0,4	0,7	0,2	9,9	4,5	9,2	7,2	14,4	14,3	18,0	15,2	18,7	17,1
Fomento ao trabalho	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	17,2	15,2	18,2	17,4	19,3	19,1	28,6	20,6	23,0	21,9	22,4	20,4	20,7	18,6	16,6	15,4
Suporte profilático e terapêutico	5,3	3,8	6,4	5,0	7,1	5,6	7,9	6,2	8,3	6,4	9,7	7,3	9,3	7,3	10,0	8,8	12,0	9,7	13,8	10,7	12,9	10,7	14,6	12,0	14,9	13,0
Serviço da dívida externa	125,8	73,7	86,6	46,2	81,2	56,9	48,2	31,2	32,5	23,7	36,3	25,1	27,2	19,7	45,0	28,4	26,6	15,4	25,8	22,9	16,5	11,0	15,1	11,8	14,9	11,8
Promoção da produção agropecuária																	1,6	0,0	12,5	3,6	11,5	4,1	12,9	8,0	13,3	8,6
Ensino profissional	1,8	1,5	2,3	1,4	2,2	1,7	2,5	1,8	3,6	2,2	4,7	2,9	6,0	4,5	8,5	5,5	12,3	7,7	14,1	10,2	15,9	12,5	15,5	11,1	12,3	10,3
Abastecimento	3,7	1,4	4,6	2,8	4,9	2,4	4,9	1,8	5,2	1,0	12,4	6,7	12,8	4,0	10,0	2,8	10,7	2,7	11,1	2,4	9,9	1,3	10,7	5,1	10,0	4,8
Refinanciamento da dívida externa	60,9	18,8	77,9	19,3	75,2	48,9	48,9	30,3	34,6	6,4	17,7	7,8	14,1	13,8	11,7	9,7	17,1	5,7	17,6	10,1	10,5	3,4	19,7	11,5	8,6	4,6
Transporte rodoviário	6,6	1,9	10,9	3,5	10,1	3,5	15,7	5,4	14,7	2,9	16,4	5,6	19,6	7,6	19,6	7,3	25,3	5,6	15,6	3,8	14,4	3,5	10,5	1,1	7,0	3,0
Educação básica																	12,1	6,4	12,3	5,6	10,8	6,4	10,0	4,4	6,8	4,3
Vigilância epidemiológica	2,1	1,6	3,8	2,9	4,4	3,1	4,0	2,6	4,1	2,7	5,6	2,7	4,7	3,4	4,8	3,7	5,2	3,8	5,8	4,2	5,2	4,2	6,1	4,0	6,5	4,8
Defesa aérea	3,3	2,1	3,5	2,2	3,4	2,4	4,3	2,3	5,2	3,1	5,9	3,2	5,8	3,3	5,1	2,7	8,7	4,2	6,5	3,9	6,9	4,2	6,7	2,8	5,1	3,6
Promoção industrial	0,1	0,0	2,0	0,9	2,8	1,1	2,0	1,6	3,7	2,2	6,3	3,3	7,8	3,9	5,8	3,5	8,7	6,4	5,7	4,8	6,3	5,3	7,0	5,5	5,0	3,5
Tecnologia da informação	4,9	3,5	5,5	3,8	5,4	3,8	5,7	4,3	5,8	3,6	8,4	4,7	6,4	3,8	5,9	3,8	6,0	3,4	5,3	3,1	4,4	2,7	4,4	2,4	4,2	3,1
Alimentação e nutrição	3,3	3,2	6,0	5,7	6,5	6,2	6,4	6,2	6,8	6,4	7,7	7,2	10,8	10,4	10,5	10,1	11,4	10,5	12,1	10,8	5,7	4,9	4,9	4,5	4,1	3,7
Recursos hídricos	1,0	0,3	2,6	0,6	1,9	0,3	3,2	0,5	4,7	0,6	4,0	0,8	4,1	0,9	4,0	0,8	7,5	1,6	6,0	2,1	6,6	1,9	4,9	1,3	3,8	1,6
Desenvolvimento científico	1,2	0,8	1,4	0,8	2,5	1,9	2,5	1,8	2,6	1,7	2,9	2,1	2,9	2,0	2,9	1,9	3,8	2,3	5,7	3,4	6,6	4,3	6,4	2,9	3,3	2,4

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Subfunção	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	2,4	1,7	2,8	2,0	3,5	1,9	4,1	2,3	3,9	2,3	5,8	3,7	7,0	3,8	6,2	3,2	9,3	3,6	7,8	3,3	4,3	1,4	4,4	2,2	3,1	2,3
Comércio exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	4,2	1,3	2,4	1,2	3,5	1,3	4,3	1,4	4,1	1,3	5,0	1,3	4,0	1,0	3,0	2,2
Previdência especial	1,8	1,7	1,9	1,8	1,9	1,7	3,2	2,8	3,7	2,8	3,4	2,9	3,6	3,1	3,4	3,1	3,5	3,2	3,3	3,0	3,4	3,1	3,4	3,1	3,0	2,8
Demais subfunções	58,1	44,7	82,7	53,5	81,2	53,5	103,6	58,5	107,9	59,2	122,6	66,6	139,4	75,4	133,6	65,3	126,1	37,0	96,1	29,5	79,6	29,9	74,7	23,0	46,3	25,1
<b>Total</b>	<b>3.046,5</b>	<b>1.795,9</b>	<b>3.091,8</b>	<b>2.028,3</b>	<b>3.141,8</b>	<b>2.078,4</b>	<b>2.740,5</b>	<b>2.052,5</b>	<b>2.573,0</b>	<b>1.964,0</b>	<b>2.695,3</b>	<b>2.104,3</b>	<b>2.781,2</b>	<b>2.128,6</b>	<b>2.841,7</b>	<b>2.221,3</b>	<b>3.021,4</b>	<b>2.292,2</b>	<b>2.969,4</b>	<b>2.247,3</b>	<b>3.092,5</b>	<b>2.569,9</b>	<b>3.195,3</b>	<b>2.465,8</b>	<b>3.003,4</b>	<b>2.572,2</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 16 – Execução por subfunção (2015-2016)

Valores em bilhões de reais.

Subfunção	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Ação legislativa	0,9	0,9	0,8	0,1	1,0	0,7	0,2	85,7%	64,6%	11,9%
Controle externo	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	75,2%	58,8%	10,7%
Ação judiciária	2,8	2,6	2,3	0,7	2,7	1,9	0,4	82,5%	69,4%	30,1%
Defesa do interesse público no processo judiciário	0,7	0,7	0,6	0,2	1,1	0,8	0,1	84,1%	73,8%	-10,2%
Representação judicial e extrajudicial	0,7	0,7	0,6	0,1	0,7	0,6	0,1	84,2%	81,6%	7,8%
Planejamento e orçamento	0,5	0,4	0,2	0,3	0,7	0,2	0,3	39,7%	22,2%	-6,6%
Administração geral	155,7	152,3	148,5	3,8	132,7	123,3	4,4	95,4%	92,9%	19,3%
Administração financeira	1,2	1,0	0,7	0,3	1,0	0,6	0,2	62,0%	62,6%	32,7%
Controle interno	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	69,8%	62,6%	16,1%
Normatização e fiscalização	1,4	1,2	1,0	0,2	1,4	0,5	0,3	75,3%	35,3%	62,3%
Tecnologia da informação	4,2	4,0	3,1	0,8	4,0	2,2	0,8	75,0%	54,2%	33,9%
Ordenamento territorial	0,7	0,2	0,1	0,2	1,0	0,1	0,3	13,0%	5,4%	-24,8%
Formação de recursos humanos	1,4	1,2	1,0	0,1	1,5	1,2	0,1	74,7%	79,1%	-11,2%
Administração de receitas	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	67,2%	14,1%	362,3%
Administração de concessões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	84,1%	47,4%	22,4%
Comunicação social	1,0	0,8	0,6	0,3	1,1	0,5	0,2	63,4%	48,8%	28,6%
Defesa aérea	5,1	4,9	3,6	2,6	6,1	2,5	1,9	71,1%	41,2%	40,1%
Defesa naval	1,9	1,8	1,4	1,2	3,5	0,9	1,3	76,0%	25,5%	20,7%
Defesa terrestre	2,0	1,9	1,2	1,4	3,1	0,9	1,3	60,9%	27,7%	23,0%
Policiamento	1,3	1,0	0,6	0,5	2,1	0,6	0,4	46,0%	30,9%	8,7%
Defesa civil	1,6	1,5	1,0	0,4	2,0	1,0	0,3	63,8%	49,7%	13,5%
Informação e inteligência	1,1	1,0	0,9	0,2	0,7	0,2	0,2	83,0%	33,1%	187,5%
Relações diplomáticas	1,0	0,8	0,7	0,0	1,1	1,1	0,0	70,1%	98,9%	-34,5%
Cooperação internacional	0,3	0,2	0,1	0,1	0,4	0,2	0,9	58,7%	46,4%	-75,4%

Valores em bilhões de reais.

Subfunção	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Assistência ao idoso	21,1	21,0	20,7	0,7	18,5	17,8	0,6	98,5%	96,3%	16,2%
Assistência ao portador de deficiência	27,0	26,9	26,6	0,8	23,4	22,5	0,7	98,7%	96,4%	18,2%
Assistência à criança e ao adolescente	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	3,5%	3,8%	-10,7%
Assistência comunitária	32,8	32,3	30,2	1,7	32,6	28,7	1,4	92,2%	87,8%	6,3%
Previdência básica	499,7	499,5	484,3	25,9	431,7	405,5	22,2	96,9%	93,9%	19,3%
Previdência do regime estatutário	86,3	86,1	85,9	0,1	100,1	99,9	0,3	99,5%	99,7%	-14,2%
Previdência complementar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,1%	45,2%	1,2%
Previdência especial	3,0	2,8	2,8	0,1	3,1	2,9	0,1	94,6%	92,2%	-4,0%
Atenção básica	26,7	26,1	24,7	2,0	26,3	22,5	1,5	92,6%	85,5%	11,0%
Assistência hospitalar e ambulatorial	58,1	56,3	53,2	2,4	60,5	51,9	2,2	91,6%	85,8%	2,8%
Suporte profilático e terapêutico	14,9	14,5	13,0	2,0	13,4	11,0	1,1	87,5%	82,2%	23,8%
Vigilância sanitária	0,4	0,3	0,3	0,0	0,4	0,3	0,0	77,8%	81,4%	-4,4%
Vigilância epidemiológica	6,5	6,4	4,8	1,8	5,6	3,7	0,7	74,0%	65,4%	49,0%
Alimentação e nutrição	4,1	4,1	3,7	0,2	4,5	4,1	0,2	90,5%	92,5%	-10,9%
Proteção e benefícios ao trabalhador	67,3	66,5	64,4	2,5	57,5	54,4	1,3	95,5%	94,7%	19,9%
Relações de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	58,1%	28,5%	-9,9%
Empregabilidade	0,1	0,1	0,0	0,1	0,3	0,0	0,1	4,1%	5,5%	-58,2%
Fomento ao trabalho	16,6	16,1	15,4	0,0	19,0	17,1	0,4	92,8%	89,7%	-12,0%
Ensino fundamental	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Ensino médio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Ensino profissional	12,3	11,7	10,3	2,1	14,2	10,2	1,3	84,0%	71,5%	8,1%
Ensino superior	33,6	32,2	29,6	1,9	34,4	29,7	1,9	87,9%	86,1%	-0,2%
Educação infantil	0,7	0,6	0,2	0,9	4,7	0,1	0,3	32,1%	1,3%	174,8%
Educação de jovens e adultos	0,4	0,4	0,3	0,2	0,5	0,1	0,3	80,3%	27,7%	15,3%
Educação especial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-91,5%
Educação básica	6,8	6,5	4,3	3,0	9,2	4,0	2,0	62,9%	43,8%	21,1%

Valores em bilhões de reais.

Subfunção	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	0,2	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	60,5%	24,1%	27,6%
Difusão cultural	0,8	0,5	0,2	0,2	1,0	0,2	0,2	24,5%	18,6%	-7,7%
Custódia e reintegração social	2,6	1,5	1,2	0,3	0,3	0,0	0,1	45,6%	11,7%	831,0%
Direitos individuais, coletivos e difusos	0,8	0,6	0,4	0,3	1,4	0,4	0,3	48,7%	29,2%	-0,7%
Assistência aos povos indígenas	1,5	1,3	1,2	0,1	1,5	1,2	0,1	80,5%	83,0%	-1,1%
Infraestrutura urbana	2,2	1,7	0,1	1,7	4,6	0,0	1,5	2,8%	0,2%	18,9%
Serviços urbanos	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	98,4%	45,7%	127,7%
Transportes coletivos urbanos	1,1	0,8	0,5	1,0	3,5	0,3	0,8	43,4%	8,8%	41,9%
Habitação urbana	0,3	0,3	0,2	0,1	0,4	0,2	0,1	69,9%	42,9%	24,2%
Saneamento básico rural	0,4	0,4	0,1	0,5	0,5	0,0	0,3	25,0%	9,9%	105,5%
Saneamento básico urbano	1,4	1,2	0,7	1,9	3,6	0,4	1,3	51,6%	11,0%	49,4%
Preservação e conservação ambiental	0,9	0,7	0,2	0,1	1,0	0,3	0,1	25,1%	26,4%	-10,8%
Controle ambiental	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	47,6%	42,0%	1,8%
Recuperação de áreas degradadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,6%	3,6%	755,1%
Recursos hídricos	3,8	3,1	1,6	1,7	4,5	1,2	2,2	40,6%	26,4%	-3,3%
Meteorologia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	91,1%	75,0%	-5,1%
Desenvolvimento científico	3,3	3,1	2,4	1,6	5,9	2,6	1,4	72,8%	44,8%	-1,3%
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	3,1	2,9	2,3	1,2	4,0	2,0	1,2	74,8%	50,6%	8,3%
Difusão do conhecimento científico e tecnológico	0,6	0,5	0,4	0,1	0,5	0,4	0,1	78,9%	74,4%	8,3%
Promoção da produção vegetal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0%	0,0%	-100,0%
Promoção da produção animal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	11,5%
Defesa sanitária animal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-59,7%
Abastecimento	10,0	7,4	4,8	1,2	9,8	4,7	4,6	48,1%	48,2%	-36,3%
Extensão rural	0,6	0,5	0,2	0,4	1,1	0,1	0,4	38,1%	10,3%	16,3%
Irrigação	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	29,5%	23,7%	-19,4%
Promoção da produção agropecuária	13,3	11,9	8,6	2,1	11,8	7,4	6,7	64,4%	62,4%	-23,7%

Valores em bilhões de reais.

Subfunção	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Defesa agropecuária	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	64,4%	26,7%	49,2%
Reforma agrária	1,8	0,6	0,4	0,3	2,4	0,3	0,3	25,2%	11,6%	32,8%
Promoção industrial	5,0	3,6	3,5	0,0	6,5	5,0	0,0	69,5%	77,7%	-30,3%
Produção industrial	0,7	0,7	0,5	0,2	0,7	0,4	6,2	68,2%	57,7%	-90,1%
Mineração	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	47,9%	27,9%	9,1%
Propriedade industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Normalização e qualidade	0,0	0,0	0,0	0,1	0,7	0,4	0,0	51,5%	62,9%	-78,3%
Promoção comercial	0,9	0,7	0,1	0,8	1,2	0,0	0,5	7,2%	3,7%	40,3%
Comercialização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Comércio exterior	3,0	2,2	2,2	0,0	3,7	0,9	1,0	73,3%	24,5%	15,2%
Serviços financeiros	18,7	18,7	17,1	2,2	16,6	13,9	0,2	91,2%	84,0%	36,6%
Turismo	1,0	0,8	0,1	0,7	2,0	0,1	0,7	9,9%	3,6%	12,1%
Telecomunicações	0,3	0,3	0,3	0,1	0,6	0,4	0,1	84,9%	70,0%	-19,6%
Energia elétrica	0,8	0,8	0,8	0,1	1,1	0,8	0,1	94,2%	65,7%	0,0%
Combustíveis minerais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	38,3%	7,7%	61,6%
Biocombustíveis	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	68,1%	81,2%	15,7%
Transporte aéreo	0,2	0,1	0,0	0,1	0,5	0,0	0,2	9,2%	9,7%	-48,6%
Transporte rodoviário	7,0	6,1	3,0	6,1	9,6	1,0	5,2	43,7%	10,1%	46,7%
Transporte ferroviário	1,2	1,0	0,7	0,4	2,5	1,4	0,7	61,4%	55,9%	-43,6%
Transporte hidroviário	0,9	0,6	0,3	0,5	1,0	0,1	0,3	34,8%	9,0%	134,4%
Desporto de rendimento	0,9	0,8	0,3	0,8	2,0	0,4	0,9	30,7%	22,4%	-17,5%
Desporto comunitário	0,5	0,5	0,1	0,6	1,3	0,1	0,4	13,5%	7,4%	19,5%
Lazer	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	135,5%
Refinanciamento da dívida interna	754,3	645,9	645,9	0,0	725,0	558,8	0,0	85,6%	77,1%	15,6%
Refinanciamento da dívida externa	8,6	4,6	4,6	0,0	18,1	10,6	0,0	53,7%	58,3%	-56,3%
Serviço da dívida interna	475,7	372,6	372,6	0,0	545,8	382,0	0,0	78,3%	70,0%	-2,5%

Valores em bilhões de reais.

Subfunção	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	2015 f/e (%)	2016/2015
Serviço da dívida externa	14,9	11,8	11,8	0,0	13,9	10,9	0,0	79,3%	78,1%	8,7%
Outras transferências	205,4	197,7	191,2	6,0	203,3	165,6	13,0	93,1%	81,5%	10,4%
Outros encargos especiais	207,4	197,4	186,4	4,7	194,7	111,8	11,8	89,9%	57,4%	54,6%
Transferências para a educação básica	64,5	64,2	60,1	4,9	63,4	54,2	5,1	93,1%	85,4%	9,5%
Reserva de contingência	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>2.926,2</b>	<b>2.661,5</b>	<b>2.572,2</b>	<b>105,6</b>	<b>2.902,4</b>	<b>2.267,6</b>	<b>121,6</b>	<b>87,9%</b>	<b>78,1%</b>	<b>12,1%</b>
Energia elétrica	0,8	0,8	0,8	0,1	1,1	0,8	0,1	94,2%	65,7%	0,0%
Combustíveis minerais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	38,3%	7,7%	61,6%
Biocombustíveis	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	68,1%	81,2%	15,7%
Transporte aéreo	0,2	0,1	0,0	0,1	0,5	0,0	0,2	9,2%	9,7%	-48,6%
Transporte rodoviário	7,0	6,1	3,0	6,1	9,6	1,0	5,2	43,7%	10,1%	46,7%
Transporte ferroviário	1,2	1,0	0,7	0,4	2,5	1,4	0,7	61,4%	55,9%	-43,6%
Transporte hidroviário	0,9	0,6	0,3	0,5	1,0	0,1	0,3	34,8%	9,0%	134,4%
Desporto de rendimento	0,9	0,8	0,3	0,8	2,0	0,4	0,9	30,7%	22,4%	-17,5%
Desporto comunitário	0,5	0,5	0,1	0,6	1,3	0,1	0,4	13,5%	7,4%	19,5%
Lazer	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	135,5%
Refinanciamento da dívida interna	754,3	645,9	645,9	0,0	725,0	558,8	0,0	85,6%	77,1%	15,6%
Refinanciamento da dívida externa	8,6	4,6	4,6	0,0	18,1	10,6	0,0	53,7%	58,3%	-56,3%
Serviço da dívida interna	475,7	372,6	372,6	0,0	545,8	382,0	0,0	78,3%	70,0%	-2,5%
Serviço da dívida externa	14,9	11,8	11,8	0,0	13,9	10,9	0,0	79,3%	78,1%	8,7%
Outras transferências	205,4	197,7	191,2	6,0	203,3	165,6	13,0	93,1%	81,5%	10,4%
Outros encargos especiais	207,4	197,4	186,4	4,7	194,7	111,8	11,8	89,9%	57,4%	54,6%
Transferências para a educação básica	64,5	64,2	60,1	4,9	63,4	54,2	5,1	93,1%	85,4%	9,5%
Reserva de contingência	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>2.926,2</b>	<b>2.661,5</b>	<b>2.572,2</b>	<b>105,6</b>	<b>2.902,4</b>	<b>2.267,6</b>	<b>121,6</b>	<b>87,9%</b>	<b>78,1%</b>	<b>12,1%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 17 – Execução por órgão (2004-2016)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Órgão	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Câmara dos Deputados	4,6	4,3	5,0	4,3	5,7	4,9	5,9	4,8	6,2	4,6	5,5	4,7	5,8	4,9	6,0	5,2	6,0	5,3	6,3	5,5	5,9	5,4	5,8	5,4	5,4	5,2
Senado Federal	4,1	3,9	4,9	4,1	4,9	4,5	4,8	4,3	4,7	4,5	4,3	3,9	4,7	4,3	4,7	4,5	4,7	4,4	4,6	4,2	4,5	4,1	4,3	4,0	3,9	3,8
Tribunal de Contas da União	1,3	1,2	1,5	1,3	1,9	1,8	1,9	1,8	1,9	1,6	2,0	1,8	2,0	1,9	1,9	1,8	1,9	1,8	1,9	1,8	1,9	1,8	2,0	1,8	1,9	1,8
Supremo Tribunal Federal	0,5	0,4	0,6	0,5	0,6	0,5	0,8	0,6	0,8	0,6	0,9	0,7	0,8	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6
Superior Tribunal de Justiça	0,9	0,9	1,1	0,9	1,1	1,1	1,5	1,2	1,3	1,2	1,5	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3	1,2	1,4	1,2	1,4	1,3	1,5	1,3	1,3	1,3
Justiça Federal	8,7	8,1	10,7	9,4	12,5	11,5	13,9	12,9	15,5	14,9	18,3	17,4	10,3	9,5	10,0	9,3	10,1	9,3	10,2	9,6	10,9	10,1	11,1	10,2	10,4	10,0
Justiça Militar da União	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Justiça Eleitoral	5,1	4,5	4,8	4,0	5,8	5,2	5,7	5,2	7,2	6,5	7,0	6,0	7,9	6,7	6,4	5,7	7,5	6,4	6,5	5,7	7,4	6,5	7,2	6,2	7,3	6,9
Justiça do Trabalho	13,0	12,4	13,4	11,4	15,5	14,8	16,1	15,1	17,1	16,5	19,1	18,5	18,2	17,6	18,0	17,3	18,9	17,4	19,1	17,6	18,7	17,4	19,1	18,1	17,9	17,3
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1,6	1,5	1,8	1,5	1,9	1,7	2,0	1,8	2,0	2,0	2,2	2,1	2,4	2,3	2,4	2,2	2,5	2,2	2,4	2,2	2,4	2,4	2,5	2,3	2,5	2,4
Conselho Nacional de Justiça													0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1
Presidência da República	6,4	5,4	5,8	4,2	5,8	4,8	8,0	5,7	11,2	7,4	13,1	8,6	13,0	8,8	11,5	8,1	14,5	8,1	3,1	2,0	2,6	2,0	2,7	1,9	2,6	1,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14,3	6,2	10,6	7,3	11,0	7,4	11,8	7,2	12,4	7,4	15,4	11,8	14,6	9,8	14,3	9,4	15,2	9,0	14,7	9,1	13,6	9,1	13,6	8,7	12,8	8,8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	8,0	5,3	9,7	5,7	9,4	5,7	9,5	5,9	10,6	6,7	10,4	7,2	11,9	8,0	10,4	6,5	12,9	7,1	13,4	8,0	12,1	7,9	11,0	6,3	9,3	6,0
Ministério da Fazenda	21,0	17,7	20,9	17,1	21,5	18,8	26,5	22,4	28,0	23,2	30,1	24,8	31,8	25,6	30,9	25,9	32,7	25,4	32,7	25,5	33,9	24,3	35,4	24,0	26,5	21,9
Ministério da Educação	39,5	34,7	42,2	34,2	45,2	39,4	51,6	43,1	57,7	48,1	71,6	57,5	87,4	71,2	96,5	75,6	114,0	83,7	116,4	88,1	119,9	94,5	119,2	93,5	106,0	90,7

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Órgão	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2,3	1,3	2,0	1,2	2,0	1,3	2,5	1,8	2,3	1,4	2,8	1,6	2,8	1,7	2,7	1,7	4,8	2,0	3,6	1,9	3,4	2,0	3,6	2,0	3,1	1,7
Defensoria Pública da União																					0,4	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5
Ministério da Justiça	9,1	7,9	10,2	8,0	11,2	9,1	13,4	11,1	15,3	12,1	15,2	12,6	16,6	13,3	17,3	12,4	18,0	11,7	16,2	11,6	15,1	10,9	14,7	10,8	15,8	12,0
Ministério de Minas e Energia	6,2	1,2	8,5	1,5	7,9	1,2	9,6	1,4	10,4	1,7	11,6	1,8	11,1	1,7	11,5	1,9	11,0	1,8	14,0	1,9	5,9	1,9	4,9	2,6	8,3	5,4
Ministério da Previdência Social	270,0	267,3	293,0	289,5	318,5	316,6	338,0	335,8	351,5	321,2	381,5	354,3	403,8	382,0	418,3	396,9	445,1	423,4	469,3	448,4	493,5	464,9	495,1	465,8	-	-
Ministério Público da União	3,3	3,1	3,8	3,2	4,3	3,9	5,1	4,1	5,3	4,8	5,3	4,9	5,4	5,0	5,5	4,9	5,4	4,8	5,9	5,2	6,0	5,4	6,5	5,8	5,9	5,7
Ministério das Relações Exteriores	3,7	2,8	3,5	2,9	3,0	2,7	3,4	2,8	3,1	3,4	3,3	2,7	3,7	3,1	3,6	3,0	3,5	3,3	3,3	3,1	3,2	3,2	3,7	3,7	3,6	3,0
Ministério da Saúde	77,3	68,0	81,2	69,7	83,9	72,5	92,8	76,8	94,1	80,3	101,7	85,9	105,0	91,7	114,1	98,9	128,4	104,8	126,7	105,7	128,5	111,6	131,7	110,9	120,9	108,7
Ministério do Trabalho e Emprego	57,6	38,7	59,7	43,3	63,6	49,3	63,6	52,0	67,8	56,5	73,1	65,6	71,7	69,2	78,7	75,2	90,6	77,5	89,0	81,7	91,4	83,8	94,3	89,2	-	-
Ministério dos Transportes	20,2	7,5	19,3	9,1	17,5	8,8	25,2	11,1	25,1	8,3	26,4	12,2	32,0	15,6	31,5	14,6	38,0	12,3	26,6	11,4	25,8	11,9	20,8	7,7	14,0	8,9
Ministério do Trabalho e Previdência Social																									609,1	588,6
Ministério das Comunicações	4,5	2,0	6,9	1,9	7,3	1,9	8,6	2,0	8,3	1,9	10,3	2,0	5,1	2,1	6,4	2,2	7,6	2,0	6,7	2,1	15,5	2,3	12,2	2,1	6,6	2,3
Ministério da Cultura	1,1	0,6	1,3	0,8	1,4	0,9	1,9	0,9	2,2	1,0	2,2	1,3	3,4	1,4	3,1	1,1	4,1	1,3	4,3	1,3	3,9	1,3	3,7	1,1	2,6	1,1
Ministério do Meio Ambiente	3,6	2,0	4,2	2,0	4,3	2,2	4,9	2,4	5,2	2,4	5,6	2,5	5,8	2,7	5,2	2,9	5,2	2,7	5,9	2,8	3,9	2,9	3,6	2,7	3,1	2,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2,9	1,4	4,2	3,2	4,8	3,9	8,2	5,3	6,8	4,3	7,5	5,1	8,9	7,0	7,1	5,3	9,3	5,3	9,9	5,9	7,5	5,4	6,0	5,2	6,2	5,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5,1	3,8	6,3	4,9	6,8	5,1	7,2	5,2	7,8	3,8	7,3	3,9	7,7	4,0	6,8	3,5	9,4	3,2	12,2	4,3	6,7	3,6	6,7	3,2	4,1	3,1
Ministério do Esporte	0,8	0,3	1,3	0,2	1,9	0,5	2,8	1,3	2,3	0,3	2,3	0,2	3,1	0,4	4,0	0,4	4,9	0,5	5,3	0,5	4,0	1,0	3,8	0,7	1,7	0,5

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Órgão	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		
	Autorizado	Pago																									
Ministério da Defesa	62,3	55,2	66,2	58,2	69,7	62,6	73,1	66,2	79,7	67,5	87,4	75,9	95,5	83,3	91,1	80,8	97,0	80,0	93,8	80,8	96,0	84,0	95,6	80,3	86,4	79,7	
Ministério da Integração Nacional	12,2	9,6	14,9	9,9	14,1	9,9	19,0	10,9	22,4	13,1	23,5	13,6	13,8	5,9	10,8	3,4	18,9	4,8	15,5	6,3	13,3	5,3	9,8	3,8	7,8	3,9	
Ministério do Turismo	1,0	0,5	2,0	0,6	3,1	1,2	3,7	1,1	5,0	0,9	4,7	0,9	6,4	1,0	5,3	0,4	4,7	0,4	4,6	0,3	1,9	0,3	2,2	0,2	1,1	0,2	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	29,0	27,5	30,3	29,3	41,0	38,7	43,6	42,9	48,3	47,2	54,3	52,1	59,8	58,7	65,4	63,8	77,7	72,1	82,1	76,0	84,5	79,6	82,0	76,2	81,1	78,6	
Ministério das Cidades	6,0	2,8	8,5	2,1	9,3	2,3	15,9	3,0	14,5	3,2	24,2	6,9	24,4	3,8	31,4	3,3	38,2	6,2	33,7	10,5	32,2	15,6	40,5	18,5	13,1	8,9	
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos																									0,5	0,2	
Ministério da Pesca e Aquicultura											0,1	-	1,2	0,3	0,8	0,2	0,5	0,1	0,8	0,2	0,5	0,1	0,8	0,1	-	-	
Conselho Nacional do Ministério Público													0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Gabinete da Vice-Presidência da República																			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Secretaria de Assuntos Estratégicos																			0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	-	-	
Secretaria de Aviação Civil																			5,3	2,3	5,0	2,2	6,0	2,3	19,2	2,4	
Advocacia-Geral da União																			3,4	3,2	3,4	3,2	3,5	3,3	3,4	3,3	
Secretaria de Direitos Humanos																			0,5	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	-	0,0	
Secretaria de Políticas para as Mulheres																			0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	-	-	
Controladoria-Geral da União																			1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2016 (IPCA).

Órgão	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Autorizado	Pago																								
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial																		0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	-	-	
Secretaria de Portos																		1,4	0,2	1,8	0,3	1,2	0,3	1,0	0,3	
Secretaria da Micro e Pequena Empresa																				0,1	0,1	0,1	0,1	-	-	
Encargos Financeiros da União	420,5	303,2	346,2	263,0	584,8	496,3	496,9	420,9	573,5	488,0	708,7	600,8	514,8	408,8	462,5	348,0	685,3	621,6	454,4	356,0	560,9	469,8	746,7	488,3	651,6	527,7
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	149,9	144,6	182,0	166,2	185,3	171,3	201,5	188,7	237,0	223,1	249,9	202,2	237,6	212,1	256,5	236,4	274,8	237,8	279,1	238,3	283,7	240,4	265,0	225,2	254,2	237,2
Operações oficiais de crédito	50,3	16,2	43,2	13,8	37,8	16,5	39,0	16,1	37,3	14,0	40,1	15,1	46,9	22,5	48,2	26,0	66,6	32,0	62,1	31,7	65,0	38,1	70,1	47,5	66,8	49,5
Refinanciamento da dívida pública mobiliária federal	1.710,4	721,5	1.753,7	937,6	1.501,5	677,2	1.087,9	656,3	764,8	458,1	639,3	413,5	879,0	558,2	930,3	660,2	725,5	397,9	896,8	570,1	881,6	729,0	808,0	619,1	762,9	650,6
Reserva de contingência	8,3	-	6,5	-	13,6	-	12,0	-	6,0	-	5,2	-	2,8	-	7,7	-	3,4	-	1,0	-	8,8	-	12,6	-	38,9	-
Receita do Tesouro da União																		-	-	-	-	-	-			
Não aplicável	-	0,0	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não informado																								-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.046,5</b>	<b>1.795,9</b>	<b>3.091,8</b>	<b>2.028,3</b>	<b>3.141,8</b>	<b>2.078,4</b>	<b>2.740,5</b>	<b>2.052,5</b>	<b>2.573,0</b>	<b>1.964,0</b>	<b>2.695,3</b>	<b>2.104,3</b>	<b>2.781,2</b>	<b>2.128,6</b>	<b>2.841,7</b>	<b>2.221,3</b>	<b>3.021,4</b>	<b>2.292,2</b>	<b>2.969,4</b>	<b>2.247,3</b>	<b>3.092,5</b>	<b>2.569,9</b>	<b>3.195,3</b>	<b>2.465,8</b>	<b>3.003,4</b>	<b>2.572,2</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 18 – Execução por órgão (2015-2016)

Valores em bilhões de reais.

Órgão	2016				2015			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	015 f/e (%)	2016/2015
Câmara dos Deputados	5,4	5,3	5,2	0,1	5,4	4,96	0,22	97,2%	92,3%	2,7%
Senado Federal	3,9	3,9	3,8	0,1	3,9	3,69	0,07	97,8%	94,2%	4,5%
Tribunal de Contas da União	1,9	1,9	1,8	0,1	1,8	1,68	0,07	96,1%	92,3%	8,4%
Supremo Tribunal Federal	0,6	0,6	0,6	0,0	0,6	0,53	0,03	96,5%	85,1%	3,9%
Superior Tribunal de Justiça	1,3	1,3	1,3	0,1	1,3	1,16	0,04	95,7%	86,1%	15,6%
Justiça Federal	10,4	10,3	10,0	0,4	10,2	9,42	0,45	96,3%	92,1%	6,0%
Justiça Militar da União	0,5	0,5	0,5	0,0	0,5	0,44	0,01	97,2%	92,6%	7,9%
Justiça Eleitoral	7,3	7,1	6,9	0,6	6,6	5,72	0,42	94,1%	86,6%	20,9%
Justiça do Trabalho	17,9	17,6	17,3	0,5	17,6	16,66	0,53	96,9%	94,9%	3,8%
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2,4	2,4	2,4	0,1	2,3	2,15	0,06	97,6%	92,7%	13,8%
Conselho Nacional de Justiça	0,2	0,1	0,1	0,0	0,3	0,10	0,05	63,8%	36,0%	16,4%
Presidência da República	2,3	2,1	1,9	0,3	2,2	1,74	0,24	81,9%	79,4%	12,8%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12,7	9,7	8,8	1,1	12,4	7,97	1,23	69,5%	64,2%	8,5%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7,5	7,1	6,0	2,4	10,1	5,82	2,15	79,8%	57,7%	5,5%
Ministério da Fazenda	24,2	23,9	21,9	0,6	24,2	22,09	1,63	90,5%	91,3%	-5,0%
Ministério da Educação	103,4	100,3	90,7	11,0	109,6	86,02	9,22	87,7%	78,5%	6,7%
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2,0	1,9	1,7	0,1	2,4	1,80	0,08	83,7%	75,2%	-1,9%
Defensoria Pública da União	0,5	0,5	0,5	0,0	0,5	0,42	0,02	89,7%	78,5%	12,1%

Valores em bilhões de reais.

Órgão	2016				2015			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	015 f/e (%)	2016/2015
Ministério da Justiça	15,0	13,3	12,0	1,3	13,1	9,96	1,23	79,6%	76,2%	18,6%
Ministério de Minas e Energia	7,3	5,6	5,4	0,3	3,3	2,39	0,38	74,7%	71,9%	107,1%
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	26,4	455,3	428,33	22,88	0,0%	94,1%	-94,2%
Ministério Público da União	5,9	5,8	5,7	0,4	6,0	5,30	0,30	96,2%	88,4%	7,9%
Ministério das Relações Exteriores	3,6	3,1	3,0	0,0	3,4	3,40	0,06	83,6%	100,6%	-13,2%
Ministério da Saúde	120,9	116,8	108,7	8,6	121,1	101,95	6,35	89,9%	84,2%	8,3%
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	1,9	86,7	82,03	3,01	0,0%	94,6%	-97,7%
Ministério dos Transportes	14,0	12,7	8,9	7,5	19,1	7,12	6,60	63,8%	37,3%	19,8%
Ministério do Trabalho e Previdência Social	608,7	606,9	588,6	0,0				96,7%	0,0%	-100,0%
Ministério das Comunicações	2,5	2,4	2,3	0,1	2,6	1,94	0,10	93,0%	73,9%	19,6%
Ministério da Cultura	2,3	2,0	1,1	1,1	2,8	1,01	0,88	49,2%	36,3%	17,7%
Ministério do Meio Ambiente	3,0	2,8	2,6	0,3	3,2	2,48	0,22	85,9%	77,7%	7,4%
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	6,2	5,6	5,3	0,2	5,5	4,80	0,54	85,6%	86,5%	3,7%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4,0	3,8	3,1	0,9	6,1	2,97	1,17	77,4%	48,5%	-1,5%
Ministério do Esporte	1,7	1,4	0,5	1,4	3,5	0,66	1,35	27,8%	19,1%	-5,6%
Ministério da Defesa	86,1	84,5	79,7	7,8	87,8	73,84	6,29	92,6%	84,1%	9,3%
Ministério da Integração Nacional	7,8	6,5	3,9	2,6	9,0	3,48	3,01	49,7%	38,6%	-0,4%
Ministério do Turismo	1,1	0,8	0,2	0,7	2,1	0,20	0,69	20,2%	9,4%	5,3%
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	81,1	80,8	78,6	3,9	75,4	70,07	2,76	96,9%	92,9%	13,2%
Ministério das Cidades	12,2	11,2	8,9	5,4	36,4	17,04	8,56	72,8%	46,8%	-44,1%

Valores em bilhões de reais.

Órgão	2016				2015			Execução		Variação % (pago + RP pago) 2016/2015
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2016 c/a (%)	015 f/e (%)	
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,5	0,3	0,2	0,0				42,3%	0,0%	-100,0%
Ministério da Pesca e Aquicultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,10	0,04	0,0%	13,4%	-78,9%
Conselho Nacional do Ministério Público	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,06	0,01	91,9%	78,0%	1,8%
Gabinete da Vice-Presidência da República	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,01	0,00	65,6%	80,9%	-24,6%
Secretaria de Assuntos Estratégicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,33	0,01	0,0%	91,6%	-96,3%
Advocacia-Geral da União	3,4	3,4	3,3	0,1	3,3	3,05	0,05	96,8%	93,8%	10,3%
Secretaria de Aviação Civil	3,0	2,8	2,4	0,6	4,2	2,11	0,53	80,0%	50,2%	15,5%
Secretaria de Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,4	0,09	0,08	0,0%	22,0%	-48,2%
Secretaria de Políticas para as Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,07	0,05	0,0%	26,7%	-64,0%
Controladoria-Geral da União	0,9	0,9	0,9	0,0	0,9	0,86	0,02	95,4%	95,3%	4,2%
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,02	0,01	0,0%	23,4%	-55,6%
Secretaria de Portos	1,0	0,7	0,3	0,5	1,1	0,28	0,48	33,7%	25,4%	6,2%
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,05	0,00	0,0%	46,9%	-76,0%
Encargos financeiros da União	645,4	533,7	527,7	1,2	685,2	449,07	12,50	81,8%	65,5%	14,6%
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	254,2	246,1	237,2	7,2	243,7	207,11	10,83	93,3%	85,0%	12,2%
Operações oficiais de crédito	66,8	60,3	49,5	7,0	64,4	43,67	14,07	74,1%	67,8%	-2,1%
Refinanciamento da dívida pública mobiliária federal	762,9	650,6	650,6	0,0	743,1	569,37	0,00	85,3%	76,6%	14,3%
Reserva de contingência	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>2.926,2</b>	<b>2.661,5</b>	<b>2.572,2</b>	<b>105,6</b>	<b>2.902,4</b>	<b>2.267,6</b>	<b>121,6</b>	<b>87,9%</b>	<b>78,1%</b>	<b>12,1%</b>

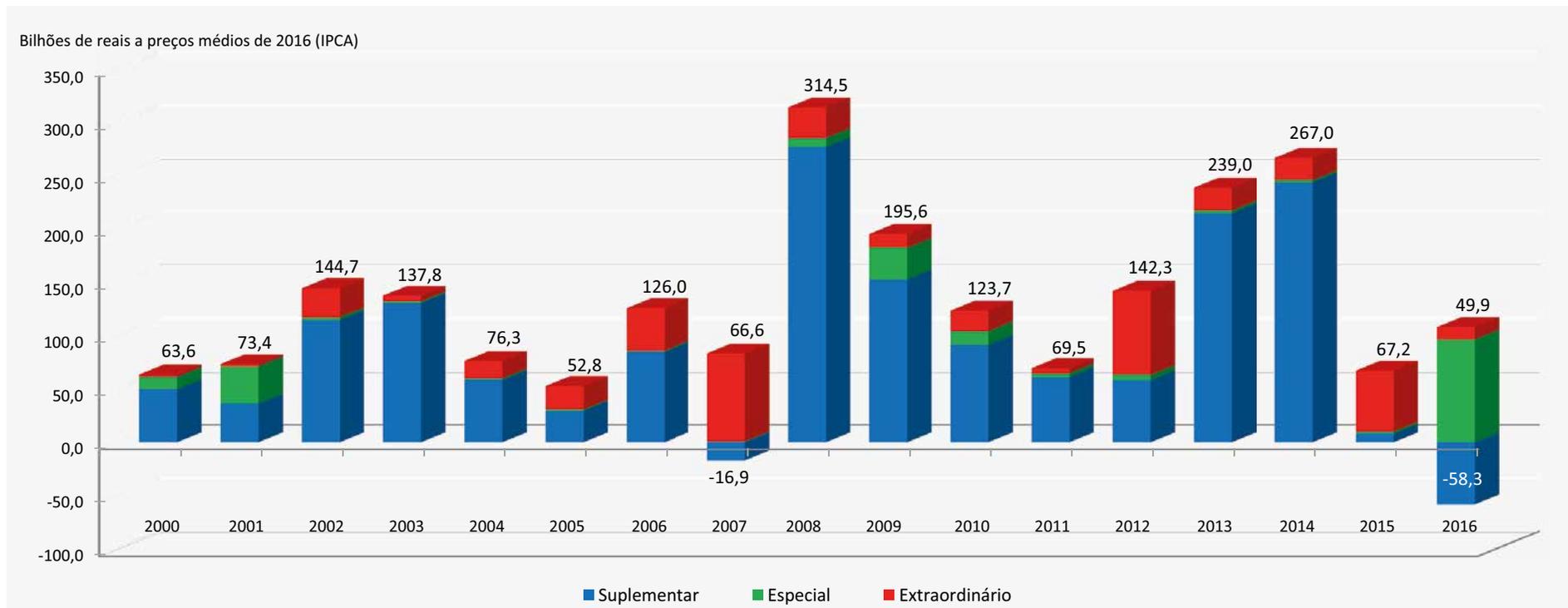
Fonte: Prodasen/Siafi.

Lei orçamentária anual pode ser alterada por intermédio de créditos adicionais, nos termos dos arts. 40 e 46 da Lei nº 4.320/1964 e do art. 167, § 3º, combinado com o art. 62 da Constituição Federal.

Os créditos adicionais são classificados como suplementares (os destinados a reforço de dotação orçamentária); especiais (os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica); e extraordinários (os destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública).

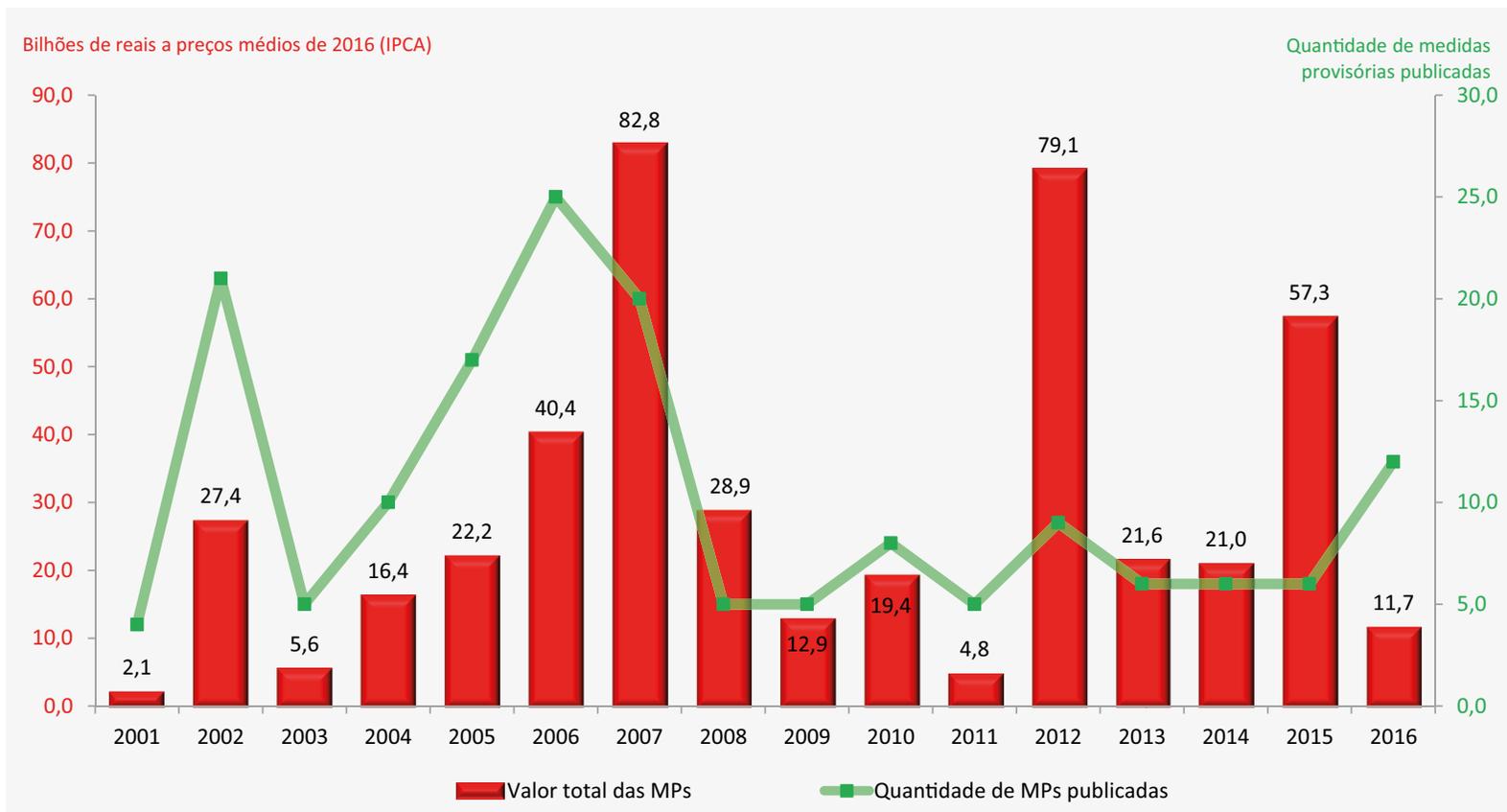
# 11 Créditos ADICIONAIS (2000-2016)

Gráfico 50 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente decorrentes de créditos adicionais (2000-2016)



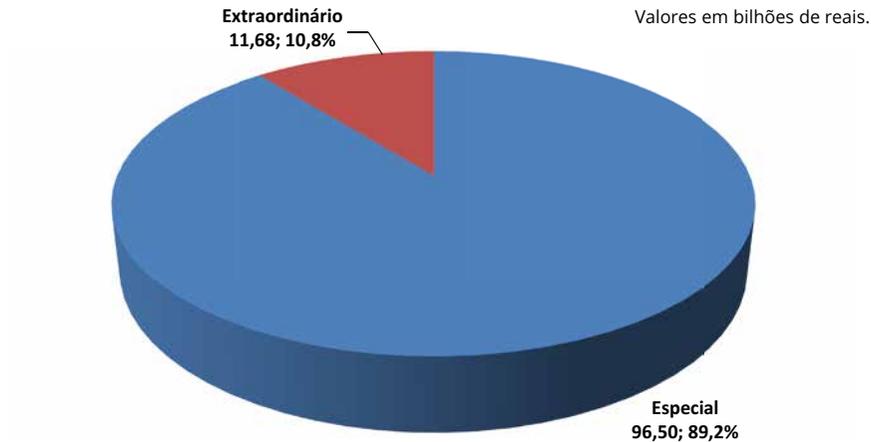
Fonte: Siop.

Gráfico 51 – Créditos extraordinários (2001-2016)



Fonte: Siop e [www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao](http://www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao).

Gráfico 52 – Créditos adicionais (2016)



Fonte: Siop.

Obs.: os créditos suplementares diminuiram, em termos líquidos, as autorizações orçamentárias em 58,3 bilhões de reais, enquanto os créditos especiais e extraordinários cresceram 108,2 bilhões de reais ao orçamento.

Tabela 19 – Créditos adicionais (2016)

Valores em bilhões de reais.

Tipo de Crédito	Dotação inicial	2.953,55
	Créditos adicionais	49,86
	Suplementar	-58,32
	Especial	96,50
	Extraordinário	11,68
Dotação autorizada total		3.003,41

Fonte: Siop.

Contingenciamento é o procedimento por meio do qual o Poder Executivo determina, por decreto, a limitação orçamentária e financeira de programações constantes da lei orçamentária anual com objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário e o cumprimento de metas fiscais.

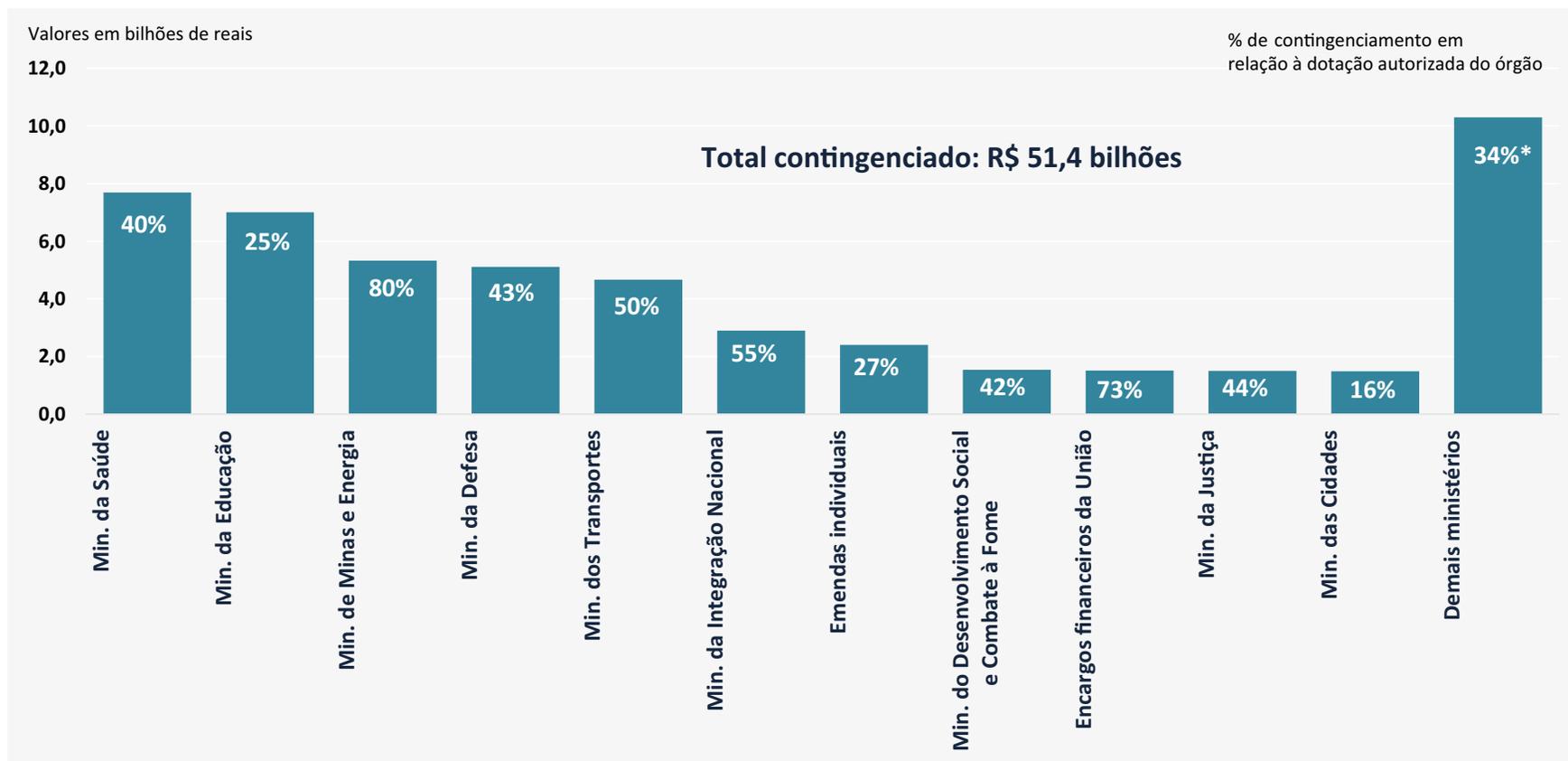
Esse procedimento está previsto na LRF (art. 9º) e pode ser acionado se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas para o exercício na lei de diretrizes orçamentárias.

Os demais Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios fixados pela LDO.

Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados deverá ocorrer de forma proporcional às reduções efetivadas.

# 12 Limites de empenho e MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (contingenciamento) (2007-2016)

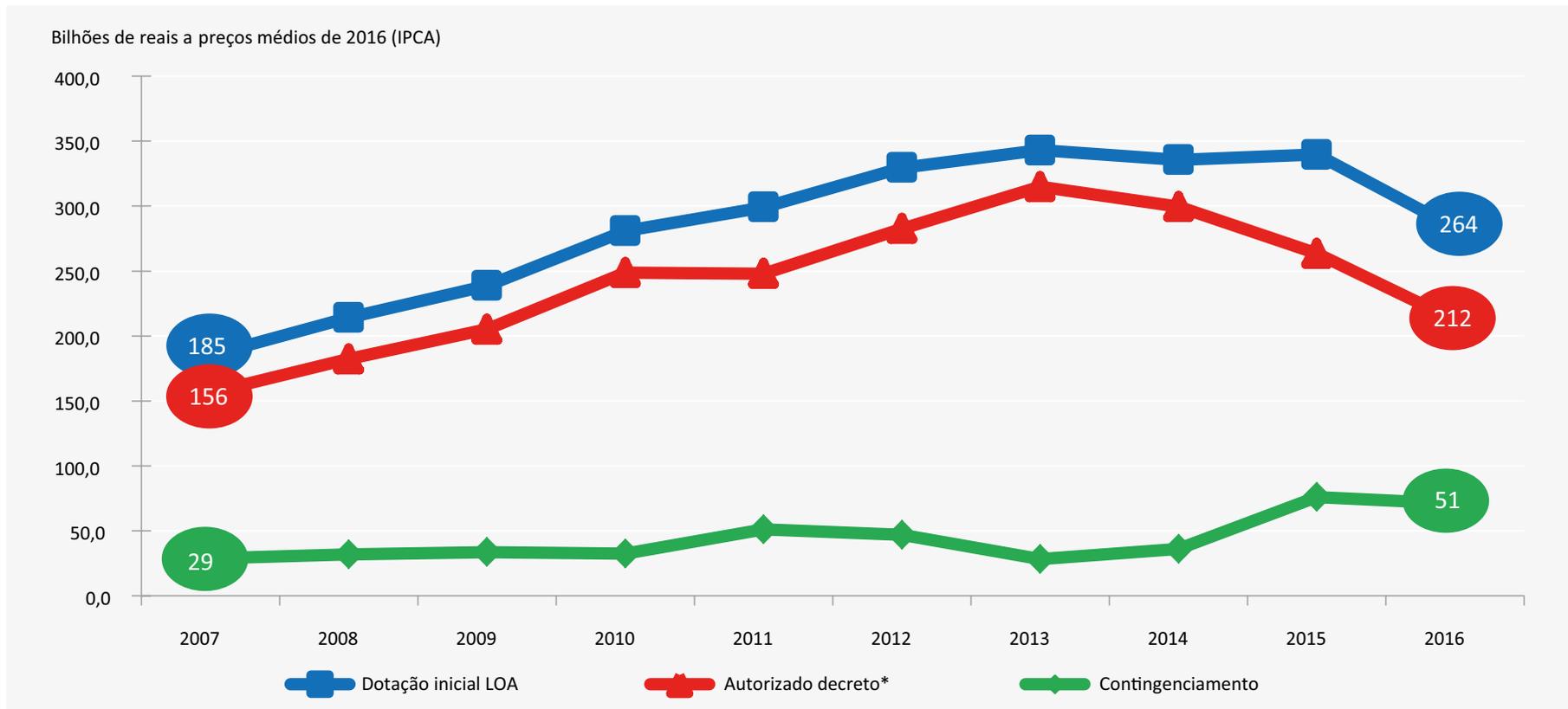
Gráfico 53 – Participação por órgão no contingenciamento (2016)



Fonte: Prodasen/Siafi e Decreto nº 8.700/2016.

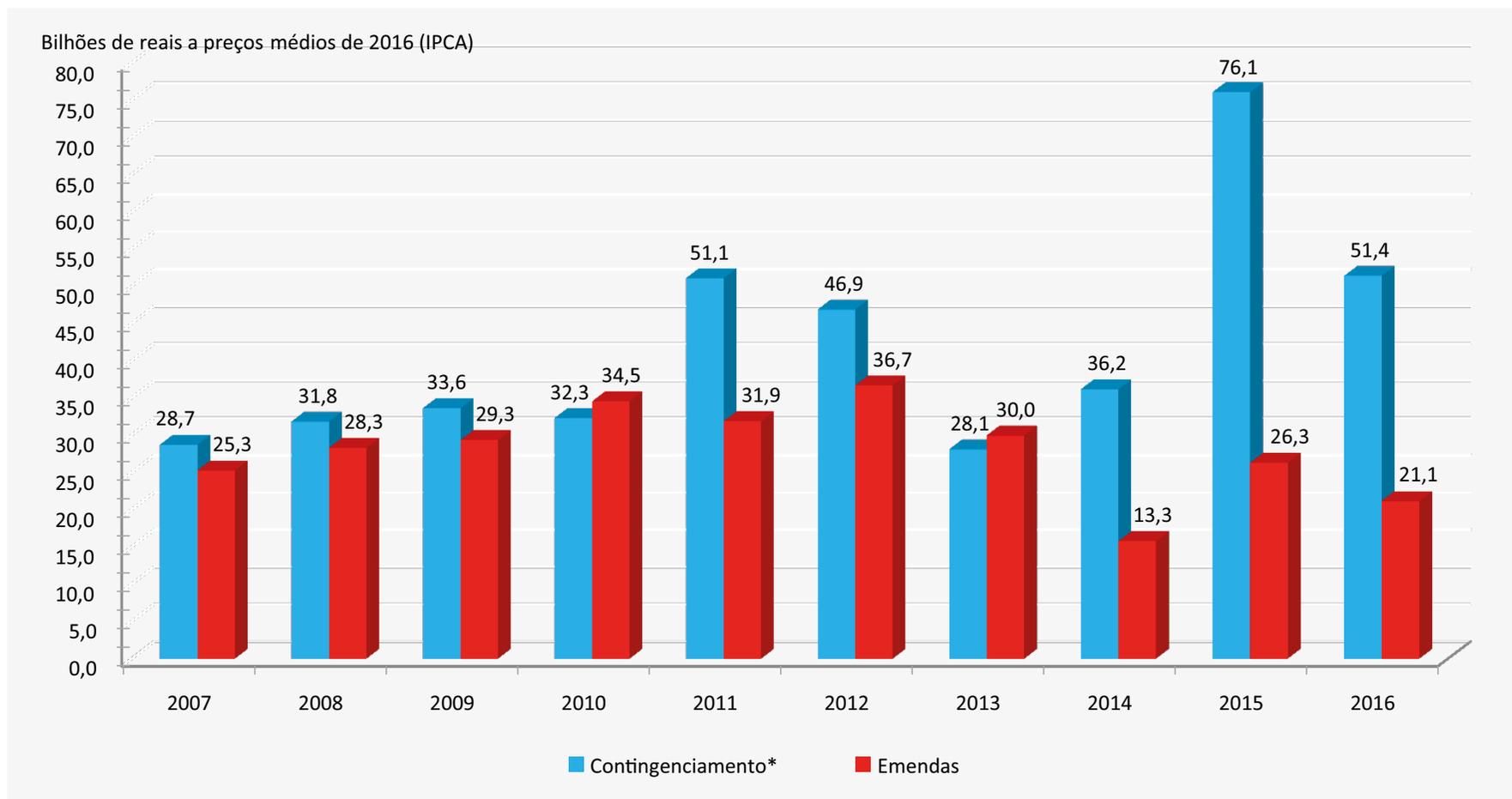
\* % médio de contingenciamento em relação à dotação autorizada do órgão.

Gráfico 54 – Contingenciamento: autorizado na LOA x limites dos decretos (2007-2016)



Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.  
 \* Primeiro decreto de contingenciamento do exercício.

Gráfico 55 – Emendas x montante inicial do contingenciamento (2007-2016)



Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

\*Dados retirados do primeiro decreto de contingenciamento de cada exercício.

A Resolução nº 1 de 2006-CN estabelece que parlamentares, comissões permanentes e bancadas estaduais podem apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA e créditos adicionais).

Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas à despesa, de acordo com montante definido anualmente pela Comissão Mista de Orçamento. As emendas individuais permitem a transferência de recursos federais para o atendimento de demandas localizadas nos estados e municípios brasileiros. A partir de 2014, por determinação da LDO daquele exercício, as emendas individuais passaram a ser de execução obrigatória, tendo sido identificadas pelo Identificador de resultado primário – RP 6. Com a aprovação da LDO 2015 e da PEC do Orçamento Impositivo (Emenda Constitucional nº 86, de 2015), a norma passou a ser permanente.

A LDO 2015 previu um marcador especial para identificar as programações derivadas de emendas individuais, o que permitirá um acompanhamento mais preciso de sua execução. Até 2015, a forma de avaliar a execução de emendas era selecionar o conjunto de programações da LOA incluídas por emendas individuais. Havia dois tipos de programações selecionadas: dotação orçamentária que recebeu recursos de diversas emendas individuais ou a que recebeu recursos de uma única emenda individual.

O primeiro caso é frequentemente denominado “programações exclusivas de emendas individuais” ou, mais simplificadamente, “emendas individuais exclusivas”. O segundo é comumente denominado “programações puras” ou “emendas individuais puras”. Neste caso, é perfeitamente possível correlacionar a execução da programação com o autor da emenda.

O montante de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais representa cerca de 95% do total das programações afetadas por emendas individuais, ao que se conclui que esta seleção é representativa para o propósito de avaliar a execução das emendas individuais como um todo. Valendo-se dessa seleção, a tabela 20 mostra como se deu a execução financeira (valores pagos) das programações exclusivas (excluindo-se, portanto, as programações que constaram do PL, ou que receberam recursos originários de emendas coletivas e de relator). Observe-se que o pagamento das programações incluídas por emendas individuais “exclusivas” (valor autorizado) é diferido ao longo de vários exercícios. A tabela mostra também, para cada exercício financeiro, o montante pago em prol das citadas programações exclusivas, bem como a contribuição percentual de cada exercício.

# 13 Execução de EMENDAS (2010-2016)

Gráfico 56 – Total de emendas por órgão (2016)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 20 – Execução de emendas individuais exclusivas (2011-2016)

Valores em milhões de reais.

Programações	Autorizado	Valor pago												Total pago	
		2011		2012		2013		2014		2015		2016			
2004 a 2010		1.746,4	96,1%	1.414,5	56,1%	484,2	20,0%	179,9	7,7%	194,3	4,6%	137,7	3,1%	4.157,0	23,6%
2011	6.397,2	71,7	3,9%	816,9	32,4%	672,2	27,8%	213,3	9,1%	134,3	3,2%	83,3	1,9%	1.991,6	11,3%
2012	8.398,1	-	0,0%	288,6	11,5%	1.119,2	46,3%	652,8	27,9%	351,1	8,4%	155,9	3,6%	2.567,7	14,5%
2013	8.453,5	-	0,0%	-	0,0%	139,6	5,8%	1.169,3	49,9%	1.253,2	30,0%	635,3	14,5%	3.197,4	18,1%
2014	8.241,7	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	125,7	5,4%	2.223,7	53,2%	1.239,7	28,3%	3.589,1	20,3%
2015	4.035,1	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	21,8	0,5%	528,2	12,1%	549,9	3,1%
2016	8.453,1	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.596,3	36,5%	1.596,3	9,0%
<b>Total</b>	<b>43.978,8</b>	<b>1.818,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.520,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.415,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.341,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.178,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.376,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.649,0</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs: Inclusive restos a pagar.

Tabela 21 – Percentual de pagamento de emendas individuais em relação ao valor autorizado (2011-2016)

Valores em milhões de reais.

Programações	Autorizado	Percentual autorizado (%)						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
2011	6.397,2	1,1%	12,8%	10,5%	3,3%	2,1%	1,3%	31,1%
2012	8.398,1		3,4%	13,3%	7,8%	4,2%	1,9%	30,6%
2013	8.453,5			1,7%	13,8%	14,8%	7,5%	37,8%
2014	8.241,7				1,5%	27,0%	15,0%	43,5%
2015	4.035,1					0,5%	13,1%	13,6%
2016	8.453,1						18,9%	18,9%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Na tabela 21, apresenta-se, para cada exercício, a relação percentual entre o valor pago e o autorizado das programações incluídas exclusivamente por emendas individuais, no período entre 2011 e 2016. Verifica-se que, decorridos cinco anos, do valor total autorizado em 2011, apenas 31,1% foram efetivamente pagos. Percebe-se, ainda, para todos os anos, baixo percentual de execução financeira no exercício para o qual a programação foi aprovada, atingindo no máximo 18,9% do valor autorizado.

A execução financeira a partir de 2014, sob a égide do orçamento impositivo, apresenta diferenças em relação aos exercícios anteriores. As emendas de 2014 tiveram uma execução de 27,0% em 2015 e de 15,0% em 2016, totalizando 43,5% de pagamentos efetivados do montante autorizado – já refletindo o impacto da legislação sobre a execução das emendas.

Tabela 22 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas por região/UF (2016)

Valores em milhões de reais.

Região	UF	Exercícios anteriores	2016					Total pago (a+d)
		RP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Centro-Oeste	Centro-Oeste	2,0	8,3	5,1	0,7	61,4%	8,5%	2,7
	DF	27,7	300,9	237,3	36,6	78,9%	12,2%	64,3
	GO	87,9	419,7	300,3	66,2	71,5%	15,8%	154,1
	MS	68,5	301,6	185,8	40,3	61,6%	13,4%	108,8
	MT	61,3	274,7	161,7	52,3	58,9%	19,0%	113,6
<b>Subtotal</b>		<b>247,4</b>	<b>1.305,1</b>	<b>890,2</b>	<b>196,1</b>	<b>68,2%</b>	<b>15,0%</b>	<b>443,5</b>
Exterior	Nacional	0,0	0,2	0,2	0,1	95,3%	71,5%	0,1
<b>Subtotal</b>		<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>95,3%</b>	<b>71,5%</b>	<b>0,1</b>
Nacional	Nacional	8,2	1.111,2	553,4	358,6	49,8%	32,3%	366,9
<b>Subtotal</b>		<b>8,2</b>	<b>1.111,2</b>	<b>553,4</b>	<b>358,6</b>	<b>49,8%</b>	<b>32,3%</b>	<b>366,9</b>
Nordeste	Nordeste	0,9	16,8	10,9	3,7	64,8%	22,1%	4,6
	AL	64,8	266,1	180,9	27,6	68,0%	10,4%	92,5
	BA	238,5	848,6	585,1	101,9	68,9%	12,0%	340,4
	CE	130,5	559,1	305,2	128,2	54,6%	22,9%	258,7
	MA	134,6	554,2	422,4	100,5	76,2%	18,1%	235,1
	PB	70,6	503,1	376,1	52,6	74,8%	10,4%	123,1
	PE	79,0	748,0	330,0	85,3	44,1%	11,4%	164,3
	PI	78,2	476,3	213,9	42,7	44,9%	9,0%	121,0
	RN	50,8	311,4	214,6	52,0	68,9%	16,7%	102,8
SE	50,4	400,0	250,0	54,5	62,5%	13,6%	104,9	
<b>Subtotal</b>		<b>898,2</b>	<b>4.683,7</b>	<b>2.889,1</b>	<b>649,0</b>	<b>61,7%</b>	<b>13,9%</b>	<b>1.547,2</b>

Valores em milhões de reais.

Região	UF	Exercícios anteriores	2016					Total pago (a+d)
		RP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Norte	AC	39,6	276,7	166,8	32,9	60,3%	11,9%	72,5
	AM	38,9	423,6	288,5	24,2	68,1%	5,7%	63,1
	AP	48,0	236,4	155,0	53,4	65,6%	22,6%	101,4
	PA	93,4	652,6	342,8	62,7	52,5%	9,6%	156,1
	RO	43,8	435,7	341,2	25,7	78,3%	5,9%	69,6
	RR	74,0	309,5	210,8	20,0	68,1%	6,5%	94,0
	TO	53,7	338,3	148,4	22,7	43,9%	6,7%	76,4
<b>Subtotal</b>		<b>391,5</b>	<b>2.672,7</b>	<b>1.653,6</b>	<b>241,6</b>	<b>61,9%</b>	<b>9,0%</b>	<b>633,1</b>
Sudeste	Sudeste	0,0	1,2	0,6	0,0	48,6%	0,0%	0,0
	ES	35,2	369,2	168,8	28,2	45,7%	7,6%	63,3
	MG	245,9	1.275,3	874,1	348,2	68,5%	27,3%	594,1
	RJ	140,8	838,2	532,0	156,8	63,5%	18,7%	297,5
	SP	334,5	1.327,0	913,2	168,4	68,8%	12,7%	502,9
<b>Subtotal</b>		<b>756,4</b>	<b>3.810,8</b>	<b>2.488,7</b>	<b>701,5</b>	<b>65,3%</b>	<b>18,4%</b>	<b>1.457,9</b>
Sul	Sul	0,3	21,9	3,2	0,8	14,6%	3,5%	1,1
	PR	169,0	689,1	500,5	120,2	72,6%	17,4%	289,2
	RS	153,5	773,3	608,0	94,2	78,6%	12,2%	247,6
	SC	89,2	504,7	369,7	88,3	73,3%	17,5%	177,4
<b>Subtotal</b>		<b>411,9</b>	<b>1.989,0</b>	<b>1.481,4</b>	<b>303,4</b>	<b>74,5%</b>	<b>15,3%</b>	<b>715,3</b>
<b>Total</b>		<b>2.713,6</b>	<b>15.572,6</b>	<b>9.956,6</b>	<b>2.450,4</b>	<b>63,9%</b>	<b>15,7%</b>	<b>5.164,0</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 23 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2011-2016)

Valores em milhões de reais.

Programações	Autorizado	Valor pago						Total pago
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	
2004 a 2010		1.243,3	621,8	236,7	126,0	138,3	49,9	2.416,1
2011	7.973,4	53,2	451,9	143,0	111,9	23,3	12,5	795,9
2012	10.706,0		119,0	282,4	145,9	40,3	14,7	602,2
2013	10.350,9			27,7	27,4	11,9	1,8	68,8
2014	8.049,6				17,5	83,5	42,1	143,2
2015	7.841,8					1,4	32,2	33,6
2016	5.976,5						535,5	535,5
		1.296,5	1.192,6	689,9	428,7	298,9	688,7	4.595,3

Fonte: Prodasen/Siafi.

Obs.: inclusive restos a pagar.

A programação incluída exclusivamente por emendas coletivas é aquela inserida na LOA tendo por origem apenas emendas coletivas. Portanto, excluem-se dos valores da tabela 23 todas as programações coincidentes com as constantes do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, bem como as que receberam contribuições de outros tipos de emendas (emendas individuais e emendas de relator).

A tabela mostra, quanto aos valores pagos relativos às programações exclusivas

de emendas coletivas, que esses valores apresentam, de modo geral, tendência decrescente. Contudo, a LDO 2016 passou a incluir dispositivos tornando de execução obrigatória duas emendas coletivas por bancada estadual e identificando tais programações no orçamento com o RP 7. O fato de o montante total pago ter subido de 33,6 milhões de reais em 2015 para 535,5 milhões de reais em 2016 reflete a execução dessas emendas denominadas de prioritárias pela LDO.

A inscrição em restos a pagar está prevista no art. 36 da Lei nº 4.320/1964. Segundo esse dispositivo, as despesas orçamentárias que não forem pagas no exercício em que foram empenhadas serão inscritas, em 31 de dezembro, como restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas.

As despesas processadas são aquelas que atingiram o estágio da liquidação, ou seja, os bens ou serviços foram entregues e aceitos pela Administração no exercício em que foi realizado o empenho. As não processadas são aquelas cujo reconhecimento depende da implementação de providências por parte dos fornecedores ou da própria Administração em exercícios posteriores ao do empenho.

# 14 Restos a PAGAR (2012-2016)

Tabela 24 – Restos a pagar inscritos e pagos por GND (2016)

Valores em bilhões de reais.

GND	2015				Anos anteriores				Total
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2016
Pessoal e encargos sociais	1,4	0,2	0,8	0,3	0,8	0,5	0,1	0,2	2,1
Juros e encargos da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	73,0	5,7	62,7	4,6	14,0	3,6	3,8	6,5	87,0
Investimentos	27,6	0,4	18,4	8,8	48,2	4,8	12,9	30,6	75,8
Inversões financeiras	11,9	2,9	5,5	3,6	8,8	3,1	1,4	4,3	20,7
Amortização/refinanciamento da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>114,0</b>	<b>9,2</b>	<b>87,4</b>	<b>17,4</b>	<b>71,7</b>	<b>12,1</b>	<b>18,2</b>	<b>41,5</b>	<b>185,7</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 25 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras – PAC e demais (2016)

Valores em bilhões de reais.

GND		2015				Anos anteriores				Total
		RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2016
Investimentos	PAC	15,5	0,0	11,4	4,1	29,9	2,5	7,9	19,5	45,5
	Demais	12,1	0,4	7,0	4,7	18,3	2,3	4,9	11,1	30,4
Inversões financeiras	PAC	1,0	0,0	1,0	0,0	0,4	0,0	0,3	0,1	1,4
	Demais	10,9	2,9	4,5	3,6	8,4	3,1	1,1	4,1	19,3
<b>Total</b>		<b>39,6</b>	<b>3,3</b>	<b>23,8</b>	<b>12,4</b>	<b>57,0</b>	<b>7,9</b>	<b>14,3</b>	<b>34,8</b>	<b>96,6</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 26 – Restos a pagar por modalidade de aplicação (2016)

Valores em bilhões de reais.

Modalidade de aplicação	2015				Anos anteriores				Total
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2016
Transferências a estados e ao Distrito Federal	9,5	2,0	5,7	1,8	12,3	2,1	2,4	7,8	21,8
Transferências a estados e ao DF – fundo a fundo	0,5	0,0	0,3	0,1	0,4	0,1	0,1	0,3	0,9
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	0,1	0,0	0,0	0,1	0,6	0,1	0,1	0,5	0,7
Transferências a municípios	14,2	0,9	8,5	4,8	22,7	2,1	4,8	15,7	36,9
Transferências a municípios – fundo a fundo	3,0	0,0	2,6	0,4	2,7	0,3	0,8	1,6	5,7
Execução orçamentária delegada a municípios	0,4	0,0	0,1	0,2	0,2	0,0	0,1	0,1	0,6
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	2,2	0,1	1,8	0,3	1,3	0,2	0,4	0,7	3,4
Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
Transferências a instituições multigovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Transferências a consórcios públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Transferências ao exterior	0,3	0,0	0,2	0,1	0,5	0,4	0,0	0,0	0,7
Aplicações diretas	80,6	5,9	65,7	8,9	30,4	6,6	9,4	14,4	111,0
Aplicações diretas – operações intraorçamentárias	3,1	0,1	2,4	0,6	0,4	0,3	0,0	0,1	3,5
Aplicação direta – ações e serviços de saúde (art. 24, LC nº 141/12)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>114,0</b>	<b>9,2</b>	<b>87,4</b>	<b>17,4</b>	<b>71,7</b>	<b>12,1</b>	<b>18,2</b>	<b>41,5</b>	<b>185,7</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 27 – Restos a pagar por Poder/órgão (2016)

Valores em bilhões de reais.

Poder/órgão	2015				Anos anteriores				Total RAP inscrito até 31/12/2016
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	
Poder Judiciário	2,0	0,1	1,6	0,2	0,7	0,2	0,2	0,2	2,6
Poder Legislativo	0,4	0,0	0,3	0,1	0,3	0,3	0,0	0,0	0,7
Ministério Público	0,4	0,0	0,3	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	0,6
Defensoria Pública	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Ministério da Previdência Social	26,7	0,2	26,3	0,2	0,4	0,3	0,0	0,1	27,2
Ministério da Educação	11,8	0,2	8,9	2,8	10,3	0,5	2,1	7,7	22,1
Operações oficiais de crédito	12,6	4,0	5,2	3,3	8,5	3,1	1,8	3,7	21,1
Ministério das Cidades	5,0	0,0	2,7	2,3	12,3	1,1	2,8	8,4	17,3
Ministério da Saúde	8,3	0,2	6,9	1,1	7,6	0,7	1,6	5,2	15,8
Ministério dos Transportes	6,5	0,1	5,4	1,0	5,8	0,8	2,1	2,9	12,3
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	10,7	2,8	7,2	0,7	0,9	0,8	0,0	0,0	11,5
Ministério da Defesa	7,7	0,1	6,8	0,8	1,8	0,2	1,1	0,6	9,4
Ministério da Integração Nacional	2,1	0,1	1,5	0,5	3,8	0,6	1,1	2,1	5,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4,0	0,5	3,3	0,2	1,4	0,4	0,6	0,4	5,4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2,3	0,1	1,7	0,5	1,9	0,3	0,7	0,9	4,2
Ministério do Turismo	0,5	0,0	0,1	0,3	3,3	0,3	0,6	2,3	3,7
Ministério do Esporte	1,4	0,0	0,8	0,5	2,0	0,3	0,6	1,1	3,4
Ministério da Justiça	1,3	0,1	0,8	0,4	2,0	0,4	0,5	1,2	3,3
Ministério da Fazenda	0,8	0,0	0,4	0,3	2,2	0,1	0,2	2,0	3,0
Demais órgãos do Poder Executivo	9,6	0,4	7,1	2,0	6,4	1,7	2,1	2,6	16,0
<b>Total</b>	<b>114,0</b>	<b>9,2</b>	<b>87,4</b>	<b>17,4</b>	<b>71,7</b>	<b>12,1</b>	<b>18,2</b>	<b>41,5</b>	<b>185,7</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 28 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2012-2016)

Valores em milhões de reais.

Ano empenho	RAP inscritos no ano subsequente	RAP cancelados até 2016	RAP pagos até 2016	Saldo atual de RAP a pagar (até 31/12/2016)
2012	3.695,2	905,8	2.279,0	510,4
2013	4.919,9	670,4	3.057,7	1.191,8
2014	5.750,5	422,1	3.463,4	1.865,0
2015	1.268,1	59,1	528,2	680,8
<b>Total</b>	<b>15.633,7</b>	<b>2.057,3</b>	<b>9.328,3</b>	<b>4.248,0</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 29 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2012-2016)

Valores em milhões de reais.

Ano empenho	RAP inscritos no ano subsequente	RAP cancelados até 2016	RAP pagos até 2016	Saldo atual de RAP a pagar (até 31/12/2016)
2012	662,3	97,1	483,2	82,0
2013	107,6	66,5	41,1	0,0
2014	149,6	4,0	125,7	19,9
2015	85,6	0,4	32,2	52,9
<b>Total</b>	<b>1.005,0</b>	<b>168,0</b>	<b>682,2</b>	<b>154,8</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 30 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas por órgão (2016)

Valores em milhões de reais.

Órgão	Exercícios anteriores	2016					Total pago (a+d)
	RAP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	%(c/b)	%(e/b)	
Conselho Nacional de Justiça	3,5	46,8	-	-	-	-	3,5
Controladoria-Geral da União	-	5,6	0,0	0,0	0,63	0,63	0,0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	6,7	-	-	-	-	-	6,7
Justiça do Trabalho	13,8	6,6	6,6	4,4	99,94	66,65	18,2
Justiça Eleitoral	33,7	7,8	7,8	7,4	99,66	94,25	41,1
Justiça Federal	8,3	0,8	0,8	0,7	98,26	91,90	9,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1,0	283,5	130,1	-	45,90	-	1,0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	-	78,5	4,0	-	5,09	-	-
Ministério da Cultura	-	11,8	-	-	-	-	-
Ministério da Defesa	7,9	310,6	264,2	0,5	85,07	0,17	8,4
Ministério da Educação	5,6	428,1	266,9	150,0	62,34	35,04	155,6
Ministério da Integração Nacional	20,0	578,8	146,9	0,0	25,39	0,00	20,0
Ministério da Justiça	-	175,7	40,3	-	22,92	-	-
Ministério da Saúde	5,8	1.690,6	735,8	355,7	43,52	21,04	361,5
Ministério das Cidades	24,1	702,7	95,0	-	13,51	-	24,1
Ministério das Comunicações	-	60,3	-	-	-	-	-
Ministério de Minas e Energia	-	4,4	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento Agrário	-	29,2	13,3	-	45,63	-	-
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	-	12,9	9,8	-	75,92	-	-
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	-	197,3	150,0	-	76,01	-	-
Ministério do Esporte	5,4	12,8	-	-	-	-	5,4
Ministério do Meio Ambiente	-	13,3	-	-	-	-	-

Valores em milhões de reais.

Órgão	Exercícios anteriores	2016					Total pago (a+d)
	RAP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	%(c/b)	%(e/b)	
Ministério do Trabalho e Previdência Social	-	0,7	-	-	-	-	-
Ministério do Turismo	19,9	118,2	34,8	-	29,47	-	19,9
Ministério dos Transportes	8,0	839,3	452,2	13,3	53,88	1,59	21,3
Ministério Público da União	26,6	3,4	3,4	3,4	100,00	100,00	30,0
Reserva de contingência	-	98,1	-	-	-	-	-
Secretaria de Aviação Civil	-	141,3	70,0	-	49,54	-	-
Secretaria de Portos	-	117,2	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>190,2</b>	<b>5.976,5</b>	<b>2.431,9</b>	<b>535,5</b>	<b>40,69</b>	<b>8,96</b>	<b>725,7</b>

Fonte: Prodasen/Siafi.

Conheça outros títulos da Edições Câmara em:  
[livraria.camara.leg.br](http://livraria.camara.leg.br)

